



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**SERVIÇO SOCIAL E CAPITALISMO MONOPOLISTA:
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO
DA NOVA IMAGEM PROFISSIONAL**

Camila Oliveira Carvalho

Rio de Janeiro

2015

CAMILA OLIVEIRA CARVALHO

**SERVIÇO SOCIAL E CAPITALISMO MONOPOLISTA: PROJETO ÉTICO-
POLÍTICO E AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DA NOVA IMAGEM
PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Fátima Grave Ortiz

Rio de Janeiro

2015

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus. Em seguida, a minha família:

- a minha mãe, já falecida, mas que enquanto esteve presente sempre foi à pessoa que mais me apoiou e contribuiu para os mesmos estudos,
- aos meus avós, que contribuíram para minha formação, também já falecidos,
- a minha irmã, a quem estimo como filha,
- ao meu marido, por toda paciência e amparo neste processo,
- a minha tia, pelo apoio e compreensão do significado desta formação na minha vida, estes foram essenciais na construção desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, diante das dificuldades, se fez presente em minha vida e me concedeu, inicialmente, a graça de ser aprovada no vestibular de uma universidade pública de grande prestígio, em 2007.

Agradeço a minha mãe, Cássia, pessoa inigualável, que me ensinou sempre o correto e me apoiou em todos os momentos da minha vida, bons ou ruins, sem qualquer julgamento enquanto esteve presente.

Agradeço aos meus avós, já falecidos, que me incentivaram e, até mesmo, custearam minha educação enquanto puderam.

A minha irmã, Carolina, a quem sempre tive um carinho maternal desde o dia do seu nascimento, sentimento esse que só aumentou após a perda de nossa mãe, pois esta menina, que é minha filha do coração, é a principal motivação diária que tenho para continuar vivendo desde então.

Ao meu marido e amigo Ronaldo, com quem construí uma nova família, a pouco mais de um ano. Ele que sempre esteve presente nos momentos de dor e alegria, que me faz sorrir apesar de toda a diversidade, que me ensinou a não desistir dos meus sonhos e hoje compõe o meu alicerce.

A minha tia, Cátia, que mesmo longe está sempre presente e que quando está perto preenche, com um jeito todo especial os espaços vazios deixados pelos familiares que já se foram, me mostrando que esta família ainda resiste apesar de todas as diversidades.

A minha orientadora, Fátima Grave Ortiz, por quem tenho grande admiração, como pessoa e profissional, principalmente pela sensibilidade que demonstrou a todas as fases complicadas que enfrentei para conclusão desta jornada.

Aos professores que compõem a minha banca de Conclusão de Graduação, Gustavo Javier Repetti e Luis Eduardo Acosta Acosta, que foram muito solícitos e compreensivos neste momento importantíssimo da minha formação profissional.

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão

Não aprendia as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa Funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém

Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social

Problema Social

Seu Jorge

RESUMO

CARVALHO, Camila Oliveira. **Serviço Social e capitalismo monopolista:** projeto ético-político e as condições para o surgimento da nova imagem profissional. ...f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2015.

A pesquisa geradora desta monografia analisa a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, sua relação com o capitalismo monopolista e o Estado e como esta incidiu sobre a renovação da imagem profissional. Esta pesquisa foi efetuada, basicamente, pela revisão bibliográfica principal sobre o tema e recurso a um documento do CFESS (CFESS, 2005). Essa temática tem relevância por tentar entender como o processo de renovação da imagem profissional está se desenvolvendo na contemporaneidade, após os avanços materializados pela categoria na perspectiva de romper com traços tradicionais ou conservadores. E ainda, por verificar as possibilidades, limitações e os desafios colocados para a consolidação efetiva da imagem profissional renovada, considerando a conjuntura nacional e internacional nos dias de hoje, e seus rebatimentos na prática do assistente social no cotidiano. Os resultados obtidos constatarem que a teoria e a prática são indissociáveis na atuação do assistente social, e que o lastro conservador da formação histórico-social da profissão traz elementos ligados a este conservadorismo que ainda se perpetuam no imaginário social e profissional, mesmo com todos os esforços da categoria para desconstruí-los. Além disso, também observasse que ainda é atribuída pouca importância a esta temática pelos profissionais durante sua atuação profissional, há pouca discussão sobre estratégias, que podem ser efetuadas pela categoria para contribuir com a consolidação da imagem profissional renovada. Existe pouca expressividade na disputa política por espaços vinculados a chefias ou gerências dos campos de trabalho, o que poderia ser uma das alternativas a subalternidade profissional e a perpetuação da imagem do Serviço Social vinculada ao conservadorismo. Isto nos remete a concluir que o processo de renovação do Serviço Social ainda está em construção e que é preciso avançar muito para que a imagem renovada desta profissão se concretize no imaginário social. O comprometimento com a consolidação da imagem profissional renovada é um quesito indispensável para o assistente social, pois esta consolidação pode se configurar como uma alternativa para que a categoria avance no processo de renovação do Serviço Social, afirmando seu projeto profissional crítico e representando uma oportunidade concreta ao enfrentamento da conjuntura atual de desconstrução de direitos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
 1 CAPITALISMO MONOPOLISTA E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESTADO E PARTICULARIDADES DA IMAGEM PROFISSIONAL.....	 10
1.1. Capitalismo monopolista e Estado.....	10
1.2. As condições sócio-históricas para o surgimento do Serviço Social no Brasil: considerações sobre o projeto reformista-conservador.....	42
1.3. Particularidades da imagem do Serviço Social no Brasil: entre as protoformas e a profissão.....	54
 2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	 77
2.1. A erosão do Serviço Social tradicional e a renovação profissional.....	79
2.2. A “virada” do Serviço Social e as condições para o surgimento de uma nova imagem profissional.....	106
2.3. Uma nova imagem para o Serviço Social.....	117
 CONCLUSÃO.....	 136
 REFERÊNCIAS.....	 140

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata da trajetória sócio-histórica do Serviço Social, da sua relação com o capitalismo monopolista e com o Estado, e como esta incidu sobre a renovação da imagem profissional. Nessa perspectiva foram explorados os diversos elementos que perpassam a formação, a intervenção e a organização desta profissão, em suas diferentes fases até a tentativa de rompimento com o conservadorismo a partir do e estabelecimento do processo de renovação do Serviço Social, em especial da vertente nominada por Netto (2008) de “intenção de ruptura”.

O interesse no estudo deste tema se deu a partir de minha primeira aproximação com o campo de trabalho do assistente social, durante os dois anos em que estive lotada como estagiária de Serviço Social no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) e aluna de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), no período de fevereiro de 2011 a março de 2013.

No campo de estágio passei por diversos setores da unidade hospitalar, tive muitas assistentes sociais como supervisoras de estágio e pude acompanhar as múltiplas demandas que chegam à porta do Serviço Social, seja na perspectiva da intervenção, do planejamento, da avaliação ou por demandas espontâneas, encaminhamentos internos e externos.

Isso ocorreu, na época, porque além de ser estagiária e estudante, eu desenvolvia também atividade laborativa com carga horária de quarenta e oito horas semanais, o que dificultava e às vezes até impossibilitava o cumprimento das atividades de estágio durante a semana. Por estes motivos estagiei a maior parte desses dois anos aos finais de semana no Serviço de Intercorrências Clínicas e Cirúrgicas (SICC), mas conhecido como o setor de emergência fechada do HUCFF.

Entretanto, este setor teve muitos problemas com relação a recursos humanos e foi fechado por este motivo e por questões políticas – dado o contexto de sucateamento, terceirização e tentativas de privatização de recursos da saúde e da educação pública em geral, como estratégia da ofensiva neoliberal de mercantilizar tais serviços. No caso do HUCFF, temos como exemplos mais emblemáticos desta ofensiva a tentativa de implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) ¹, a terceirização dos serviços e as relações de trabalho precarizadas dos funcionários, incluindo alguns assistentes sociais.

Com o fechamento deste setor, fui obrigada a cumprir as horas de estágio durante a semana, o que prejudicou o cumprimento da tal carga horária. Em entendimento com a chefia de Serviço Social do HUCFF junto a seção de estágio da ESS-UFRJ, mediante a este prejuízo, foi autorizado que eu voltasse a cumprir o estágio aos finais de semana, mesmo com o SICC fechado, pois sempre havia um(a) assistente social plantonista nestes dias, que nem sempre era o(a) mesmo(a) profissional, para atender a todos os setores do hospital, e eu o(a) acompanhava no trabalho executado. Quando a demanda de intervenção efetiva era pouca, devido ao movimento do hospital ser menor aos finais de semana, me dedicava à atualização de documentos, pesquisa, avaliação do trabalho executado nos vários setores da unidade hospitalar e/ou reuniões com as profissionais para estudos sobre o Serviço Social na saúde.

A experiência no campo de estágio revelou que o Serviço Social era muitas vezes mal entendido pelos demais profissionais, que exigiam dos assistentes sociais o cumprimento de tarefas burocráticas e não condizentes com suas competências e atribuições.

¹ Apesar de a EBSERH ainda não ter sido votada pelo CONSUNI, na época do fechamento do SICC, já era encarada como realidade por diversos profissionais do HUCFF e amplamente defendida pela diretoria do hospital, na época. Este posicionamento deixa claro que na concepção dos defensores da aprovação desta empresa, ela é a única solução para os diversos problemas enfrentados pelo hospital. Muitos destes profissionais e diretores já estavam trabalhando para implantar a EBSERH, inclusive, afirmavam que a emergência só seria reaberta após a chegada oficial da empresa pública de direito privado nesta unidade de saúde. Ao mesmo tempo, se organizou um movimento coletivo de resistência para impedir a aprovação da EBSERH, composto por profissionais, discentes e docentes do hospital e da UFRJ em geral. Isto ocorre porque tal empresa fere diversos princípios constitucionais, é uma forma velada de privatização do serviço público de saúde – trata a saúde pública como uma mercadoria, ao invés de considerá-la como um direito universal e essencial a vida humana –, o que representa um enorme prejuízo para os usuários deste serviço.

Neste sentido, meu primeiro ímpeto de pesquisa foi entender a subalternidade profissional do assistente social no Hospital, isto é, compreender porque este profissional é chamado a atender as demandas mais diversas dentro da instituição, muitas vezes incorporando atividades que não são atribuições exclusivas do Serviço Social, mas que passam a ser consideradas como obrigação destes profissionais pela dinâmica de funcionamento do hospital, descobrir o que levava os assistentes sociais a serem enxergados pela equipe profissional como: secretário do médico, investigador de maus tratos, polícia do hospital, controlador da entrada e saída de pacientes, ouvidoria, dentre outros, saber por que a equipe multiprofissional não possuía clareza do papel do assistente social dentro do hospital.

Além disso, pretendia descobrir qual a imagem que o próprio assistente social tem de si e de seus colegas de profissão, qual a imagem que o usuário dos serviços prestados por este profissional faz do Serviço Social e como estas imagens se colocam como possibilidades ou dificuldades no cotidiano de ação do assistente social.

Diante disso, o tema a ser pesquisado nesta monografia precisou ser construído ao longo do processo junto a orientadora, que identificou neste emaranhado de possibilidades e vontades diversas aquilo que seria possível construir – considerando as limitações de um trabalho de conclusão de graduação e as dificuldades enfrentadas por mim na vida pessoal e profissional durante sua construção – até chegarmos ao entendimento de que era necessário resgatar inicialmente a trajetória da profissão, sua vinculação com o contexto internacional e nacional, principalmente na fase imperialista do capital, e do processo de constituição da imagem social do Serviço Social para se aproximar, mesmo que minimamente, das múltiplas questões levantadas por mim no campo de estágio.

A pesquisa foi efetuada, basicamente, pela revisão bibliográfica principal existente sobre o tema e recurso a um documento do CFESS (CFESS, 2005). Este estudo foi sistematizado nesta monografia desta forma porque entendo que o assistente social deve

conhecer os aspectos que perpassam o desenvolvimento histórico-social da profissão, para compreender efetivamente suas atribuições privativas e sua imagem profissional construída ao longo deste processo, na perspectiva de contribuir para a construção de uma nova imagem profissional, tanto no que se refere à autoimagem do profissional, quanto à imagem consolidada no imaginário social, de acordo com os princípios e valores éticos presentes no projeto ético-político desta categoria.

Isto posto, esta monografia está disposta em dois grandes capítulos: o primeiro intitulado – “Capitalismo monopolista e surgimento do Serviço Social: refuncionalização do Estado e particularidades da imagem profissional”, objetiva identificar, tomando como base o capitalismo monopolista, suas determinações sócio-históricas, políticas e econômicas, que estiveram presentes na formação burguesa brasileira, de seu Estado e no desenvolvimento imperialista mundial, os elementos determinantes para a emergência do Serviço Social e sua imagem profissional.

O segundo capítulo intitulado – “O processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro”, objetiva determinar o que levou ao esgotamento do modelo de Serviço Social “tradicional” na América Latina, como este esgotamento refletiu no processo de renovação profissional nestes países e, principalmente, no Brasil e em que aspectos isso contribuiu para a “virada” da profissão e para a construção de uma nova imagem profissional.

Acredito que a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso causou um grande impacto na minha formação profissional, pois ele permitiu que eu enxergasse a indissociabilidade entre a teoria e a prática, principalmente, e me permitiu entender que os diversos questionamentos feitos por mim durante a fase de estágio correspondem às dificuldades enfrentadas pelo assistente social no seu dia a dia profissional.

Além disso, me mostrou que as limitações em relação à imagem da profissão, que se colocam cotidianamente no campo de atuação do assistente social, são partes indissociáveis

da formação histórico-social da profissão e elementos, essencialmente, ligados ao conservadorismo, que ainda se perpetuam no imaginário social e profissional, mesmo com todos os esforços da categoria para desconstruí-los.

Isso me leva a considerar que os assistentes sociais precisam pensar coletivamente estratégias, considerando seus limites e possibilidades, para efetivar a renovação da imagem profissional e, assim, diminuir os reflexos negativos da imagem antiga do Serviço Social no seu trabalho e na forma como esta profissão é vista. Este é mais um desafio a categoria, porém, as possibilidades de sucesso nesta perspectiva, assim como em muitas outras, estão no conhecimento e amadurecimento teórico-metodológico dos assistentes sociais e no entendimento e apreensão dos valores e princípios ético-políticos do atual projeto profissional.

1. CAPITALISMO MONOPOLISTA E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESTADO E PARTICULARIDADES DA IMAGEM PROFISSIONAL

1.1. CAPITALISMO MONOPOLISTA E ESTADO

O capitalismo monopolista, ou também chamado por alguns autores (MANDEL, 1985; NETTO, 2007; NETTO; BRAZ, 2007) de imperialismo, se destaca pelas alterações ímpares existentes na estrutura sócio-política e econômica. Para realizar tais alterações foram necessárias mudanças nas formas de organização do capital, da exploração da força de trabalho para intensificação da extração da mais valia, dentre outros processos que veremos mais a frente.

O fator principal, no que diz respeito às mudanças advindas do capitalismo monopolista, é que um novo papel social precisava ser dado ao Estado, porque a partir dessa fase capitalista, ele (o Estado) precisava compor uma estrutura política forte para conduzir as transformações iminentes a esse processo, sem que elas representassem risco para os interesses dos capitalistas monopolistas.

É exatamente como se deu essa passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopólica e as diferenças que surgem entre eles, tanto no momento de transição, quanto após a instauração dos monopólios – não só na Europa e nos países centrais, mas também, no seu processo de mundialização – que discutiremos nesta seção.

Para isso, concordo com Netto e Braz (2007) quando afirmam que, primeiramente, é necessário entender que, o capital é relação social e que as relações sociais são, antes de qualquer coisa, históricas, ou seja, mutáveis. E, essas mudanças não ocorrem pela vontade individual, mas sim pela vontade coletiva e organizada das classes sociais, por isso é importante conhecer as dimensões históricas do capitalismo e as transformações sociais produzidas por ele.

Ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169).

Quando se fala destas relações sociais, sua produção e reprodução – que tem como consequência desses processos os desdobramentos da questão social² – é preciso entender que se trata, especificamente da produção e reprodução das condições de vida, de cultura e da produção da riqueza (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 52).

Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, é importante compreender que elas vão desde as alterações estritas nas atividades econômicas, inovações tecnológicas e organizacionais até as alterações sócio-políticas e culturais no curso do desenvolvimento do capital. E, neste curso está a chave para as mudanças na estrutura da sociedade, principalmente pelas lutas de classes e processos de disputas fomentados por este desenvolvimento.

Cabe aqui, para exemplificar a luta de classes, ressaltar a importância do ano de 1848 como um marco quanto à organização da luta dos trabalhadores, em resposta a exploração capitalista, a extração de sua mais valia e as expressões da “questão social” – ainda dentro do modelo capitalista concorrencial –, já que é a partir dele que os trabalhadores inseridos nessa luta passam a ter uma consciência de “classe para si”, constituindo-se como sujeitos revolucionários, elevando a luta de classes a outro patamar. Sobre isso:

De um lado, as vanguardas operárias ganham consciência do antagonismo entre proletariado e burguesia; superado o impacto da derrota de 1848, a partir dos anos

² “A questão social se expressa em suas refrações [...] e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico, [...], o de constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera da reprodução social.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51 e 52).

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

Nos termos de Netto (2007), em consonância com o pensamento de Iamamoto, por “questão social”, no sentido universal do termo, quer significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista.

sessenta, elas encontrarão formas de articulação internacional e nacional – em âmbito internacional, a *Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864-1876) e a *Internacional Socialista* (criada em 1889 e cuja crise se manifestou em 1914); em âmbito nacional, o moderno *movimento sindical*, que se tornará muito significativo desde o último decênio do século, e os *partidos políticos operários* (socialistas e social-democratas). Com efeito, a dolorosa experiência de 1848 contribuiu decisivamente para converter o operariado de “classe em si” para “classe para si”, situando-o como o *sujeito revolucionário* potencialmente capaz para promover a transformação da ordem burguesa numa sociedade sem exploração. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 174 e 175, grifos dos autores).

Não podemos esquecer que neste mesmo contexto, de acordo com Behring e Boschetti (2011), a partir da segunda metade do século XIX, as expressões da “questão social” começaram a **ganhar mais expressividade, através da intensificação da luta de classes** com forte reação à exploração e superexploração – característica do capitalismo e intensificada pelos monopólios – exigindo, principalmente, a redução da jornada de trabalho.

Este é o primeiro momento em que a classe trabalhadora estava organizada, tanto no território nacional quanto no internacional, dando maior visibilidade a questão social. Esta organização da classe operária e suas reivindicações, neste momento, passaram a representar um incômodo maior para a acumulação capitalista e foi justamente por isso que o Estado foi chamado a criar alternativas para conter, frear e barrar os avanços e ameaças intrínsecas nessa luta de classes.

Portanto, com o monopólio da força, em meio a e embebido da luta de classes, atua o Estado, sob a direção do capital, mas com relativa autonomia, ainda que nesse período esta fosse muito reduzida, o que levou Marx e Engels a caracterizarem o Estado como comitê de classe da burguesia, no seu *Manifesto do Partido Comunista* (1998). O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio de legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 55, grifos dos autores).

Tudo isso é possível de ser comprovado, a partir da análise das diferentes fases do capitalismo e como este sofreu mudança ao longo dos anos até chegar a sua fase de maturidade: o imperialismo.³ Como vimos antes, estas mudanças e complexificações das

³ Não é o objetivo deste trabalho a avaliação de todas as fases do capitalismo e sim da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e este último em específico, por isso não nos aprofundaremos nessa análise. Mas cabe aqui caracterizar brevemente as fases do capitalismo e a cronologia de seu desenvolvimento para situar

relações sociais dentro do capitalismo só foram possíveis por causa da luta de classes, mas também existia outro fator fundamental para estas transformações, que estava nas alternativas que surgiram ao longo do desenvolvimento capitalista para conter as crises cíclicas deste modo de produção. E, na fase imperialista estas alternativas se complexificavam de tal forma que levou a constituição de um Estado imperialista interventivo que tinha como uma de suas funções principais tomar medidas para frear essas crises ou diminuir seus efeitos.

Feitas estas primeiras observações importantes, voltamos nossa análise para a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, e seguimos na mesma direção de Netto e Braz (2007) sobre três processos distintos, que surgiram de forma interligada, na segunda metade do século XIX que foram cruciais para esta transição.

Segundo os autores (2007), o primeiro deles possuía natureza científico-técnica e se refere aos avanços tecnológicos, principalmente para a indústria (com a introdução do aço, petróleo, diesel, vapor, energia elétrica e outros), tanto no maquinário como nas formas de distribuição da produção – desenvolvimento dos meios de transporte a partir dessas novas tecnologias. Isto representou uma mudança no próprio perfil da indústria, pois a partir dessas modificações no cotidiano da produção foi necessário desenvolver a indústria pesada para dar conta desses avanços e permitir o aumento da acumulação capitalista.

A indústria pesada se desenvolve a tal ponto que outros ramos industriais anteriores a ela foram deixados em “segundo plano” na ordem de importância na idade dos monopólios,

o leitor, são elas (Netto e Braz, 2007): O capitalismo comercial ou mercantil (do século XVI a meados do século XVIII), nele destacou-se o surgimento da burguesia, como sendo o “terceiro estado” dentro do absolutismo, com papel fundamental econômico pelas relações comerciais estabelecidas, mas apesar de seu enriquecimento ainda não ocupava um lugar político de destaque já que este era ocupado pela nobreza e pelo clero, além do monarca absoluto; O capitalismo concorrencial ou “liberal” ou “clássico” (a partir do fim do século XVIII – 1780 até o último terço do século XIX), nele verifica-se o processo de “cercamento dos campos”, urbanização, industrialização, formação do exército industrial de reserva, dentre outros que serão aprofundados posteriormente; E, finalmente o capitalismo monopolista ou imperialismo (surge entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX), nele é possível destacar a complexificação das relações iniciadas no capitalismo concorrencial, principalmente com o surgimento dos monopólios industriais, mas também contemplar mudança no papel que passa a ser desempenhado pelos bancos, através do capital financeiro, e do Estado, que precisa intervir mais na economia e nas relações sociais capitalistas para dar folego a este modelo e conter as expressões da “questão social”, seja através da repressão ou através das políticas sociais, conforme veremos ao longo deste capítulo.

em função dos avanços tecnológicos e a partir da necessidade deles continuarem a se avolumar para alimentar os monopólios e a concorrência entre estes. Os outros dois processos que compõem esse momento de transição são de natureza estritamente econômica: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos.

Em relação aos surgimentos dos monopólios, Netto e Braz (2007) nos mostram que eles aparecem na sequência imediata à crise de 1873, intensificando processos como a centralização e a concentração de capitais, que desde sua formação inicial já eram característicos do capitalismo. Assim, esse surgimento não se caracterizou como algo inesperado, porque a acumulação capitalista exige o intenso reinvestimento na produção para sua reprodução – além da inversão⁴ da aplicação de parte do capital em outras mercadorias para diversificar a produção e evitar o subconsumo – ampliando cada vez mais a concentração de capitais nas mãos de grupos pequenos, constituindo os monopólios.

O fator novo que adveio do surgimento dos monopólios está **no alcance** que eles tiveram, principalmente em seus primeiros 30 anos, **causando uma mudança radical na dinâmica econômica**, pois passaram a controlar ramos industriais inteiros – principalmente no âmbito das indústrias pesadas –, empregaram um contingente enorme de trabalhadores e em poucos anos extrapolaram as fronteiras nacionais, estendendo sua dominação para outras regiões do mundo.

Deste modo, entre o fim do século XIX e início do século XX, os monopólios se consolidaram como a principal atividade econômica e transformaram sua dinâmica de tal forma que gerou as condições para a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, caracterizado pelas particularidades da produção industrial que também foi modificada com a introdução dos monopólios.

⁴ Netto (2007) afirma que no capitalismo monopolista o processo de inversão se torna progressivamente mais difícil porque os mercados são concentrados cada vez mais nas mãos de grupos específicos, reduzindo assim as taxas de lucro advindas da diversificação de mercadorias, o que gera a superacumulação.

É justamente pelo agigantamento das proporções que tomaram os monopólios e pelas transformações que ele provocou e provoca em âmbito nacional e internacional, que alguns autores ((MANDEL, 1985; NETTO, 2007; NETTO; BRAZ, 2007) nomeiam esta fase de desenvolvimento capitalista de *Imperialismo*. Já que é a partir dele que surgem “formas específicas de controle” das atividades econômicas, Netto e Braz (2007), como cartéis, trustes, sindicatos, dentre outros, que mudaram a configuração do capitalismo e consolidaram a monopolização.

Quanto à modificação do papel dos bancos, é correto afirmar que esta diretamente ligada ao surgimento dos monopólios, pois são processos interdependentes, e ocorrem praticamente em simultaneidade. Os bancos, até o capitalismo concorrencial, atuavam como intermediários de pagamentos e substituíam as antigas “casas bancárias” existentes no capitalismo comercial, essencialmente.

Com a introdução dos monopólios, pelo desenvolvimento do capitalismo, os bancos passaram a compor as peças chaves do sistema de crédito, ou seja, os capitais inativos vindos da acumulação capitalista junto com as economias guardadas nos bancos pela sociedade em geral formaram um quantitativo de dinheiro, administrado pelo sistema bancário, que passou a ser disponibilizado para empréstimos pessoais e/ou, principalmente, para investimentos empresariais.

Estes últimos serão utilizados para financiar novos investimentos, seja no mesmo ramo ou em outros da produção industrial. Isso ocorreu porque a própria voracidade da competição e a concorrência capitalista foram acentuadas pelos monopólios e estes precisavam recorrer aos empréstimos para continuar competindo entre si. Nasce assim, o **capital financeiro** que aumentou ainda mais a centralização do capital, pois possibilitou o surgimento de sociedades anônimas ou as sociedades por ações.

Para entender melhor o que são essas sociedades, Netto e Braz (2007) afirmam que é preciso ter em mente que os bancos possuem acesso privilegiado as contas dos grandes capitalistas e por adquirirem nesse contexto o controle dos empréstimos, já realizados e a serem efetuados, passaram a ter um posicionamento de notoriedade na dinâmica econômica, porque **controlavam a liberação do crédito**, na perspectiva de diminuir os riscos de não pagamento e, também, podiam investir nos melhores negócios mediante a compra de ações ou participação em sociedades de investimentos de forma anônima.

Assim, os bancos passaram extrapolar o seu papel de mero intermediário de pagamento para compor o capital financeiro e a partir disso, podem se tornar associados aos capitalistas monopolistas. Por isso, “o surgimento dos monopólios industriais é acompanhado pela monopolização também no âmbito do capital bancário.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 179).

Tratemos agora, especificamente, da fase inicial do estágio imperialista, ou seja, dos seus primeiros anos no século XIX. Nesta fase, já era possível ver a notoriedade dos monopólios como principal atividade econômica, mas as pequenas e médias empresas ainda conseguiam sobreviver, mesmo que em menor número, e podiam até se multiplicar, desde que estivessem inteiramente subordinadas às pressões monopolistas.

Também é a partir deste momento que se constituiu a chamada oligarquia financeira, sobre ela, Netto e Braz (2007) nos explicam:

[...] a noção de *oligarquia financeira*: uma vez estabelecido o imperialismo, um número reduzido de grandes capitalistas (industriais e banqueiros) concentra nas suas mãos a vida econômica do país – e claro, não só dos seus países, mas ainda daqueles em que seus grupos econômicos atuam. Na medida em que detêm o poder econômico, esses poucos monopolistas dispõem de enorme influência política – em escala nacional e internacional. Ao longo de todo o século XX, são inúmeros os exemplos da ação concentradora (na economia) e antidemocrática (na política) conduzida pela oligarquia financeira. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 181, grifos dos autores)

Ainda dentro deste cenário dos primeiros anos da idade monopolista, os autores chamam atenção sobre o objetivo do capitalismo monopolista que é o controle dos mercados para maximizar seus lucros, e, a partir do momento que estes capitalistas atingem seu objetivo

em âmbito nacional, passam a disputar o controle dos mercados externos, se associando a empresas similares para ampliar suas áreas de atuação. Assim, “dividem entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 182)

Sobre essa questão de divisão política ⁵ e, principalmente, econômica do mundo, estou de pleno acordo com a avaliação de Netto e Braz (2007), quando eles afirmam que as relações econômicas para além das fronteiras nacionais, caracterizada por eles como mundialização, são traços constitutivos do capitalismo. Já que, estas relações se estabelecem desde a fase mercantil, sendo ampliadas pelo capitalismo concorrencial com a criação do mercado mundial, adentrando pela idade dos monopólios – aí sim, de forma diferenciada e complexificada.

Assim, seguindo a perspectiva de análise destes autores, não considero correto entender este processo somente a partir do capitalismo monopolista, como é feito por muitos outros pensadores que o caracterizam como globalização, é preciso sim, avaliá-lo a partir da divisão social do trabalho – que também cresce, se amplia e se complexifica com o desenvolvimento capitalista desde a fase mercantil. Não se limitando as unidades produtivas, pelo contrário, extrapolando-as e, a partir da mundialização do capitalismo, esta divisão do trabalho é impulsionada e obrigada a se configurar como internacional.

[...] no curso da sua mundialização, o capitalismo induziu a uma *divisão internacional do trabalho*, com espaços nacionais especializando-se (sob o comando do capital) em determinados tipos de produção. Por isso mesmo, o desenvolvimento do capitalismo, do ponto de vista internacional, resultou sempre numa determinada *hierarquização* entre os países, com os mais desenvolvidos estabelecendo as relações de domínio e exploração, [...], sobre os menos desenvolvidos. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 186, grifos dos autores).

⁵ Retomando as novas proporções de mundialização inerentes ao imperialismo, Netto e Braz (2007), chamam de **recolonização** a divisão política de territórios efetuada pelos Estados imperialistas no mundo. Já em 1914, o mundo estava completamente repartido entre os imperialistas e qualquer alteração desta divisão teria que ser efetuada a partir de confrontos de Estados imperialistas. É justamente neste contexto que estão inseridas a Primeira Guerra Mundial, expressão dos confrontos interimperialistas, e posteriormente a Segunda Guerra Mundial, nesta mesma direção.

Esta relação de hierarquização, dominação e exploração presentes nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista, sempre tiveram uma dupla característica, segundo Netto e Braz (2007), é executada de forma desigual e combinada.⁶

O que difere, neste processo de mundialização na idade dos monopólios, são o aprofundamento e as explicitações de suas características, que só foram possíveis porque nesse estágio do capitalismo se constituiu **um sistema econômico mundial**. Ou seja, mesmo respeitando estas relações de dominação, exploração e as hierarquias inerentes ao capitalismo à fase monopolista constituíram e, também, destruíram vínculos entre Estados de todo o planeta, “estabelecendo um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 187).

Quanto à exportação, observamos que esta também já estava presente no capitalismo desde sua fase concorrencial e seu desenvolvimento era amplo no âmbito das mercadorias. Mas, no estágio imperialista é a **exportação de capitais** que ganha papel de destaque e toma proporções ímpares na idade dos monopólios, sendo feita de duas maneiras: capital de empréstimos e capitais produtivos.

Sobre estas duas formas, Netto e Braz (2007) explicam que o objetivo dessas exportações era o alcance do aumento dos lucros e caracterizam as consequências para os capitalistas e para os alvos dessas exportações de capitais de empréstimos e capitais produtivos:

Nos dois casos, o que estimula a exportação de capital é a procura de lucros máximos, seja através dos juros a serem recebidos, seja através dos lucros a serem repartidos – e, nos dois casos, estabelece-se uma relação de *domínio e exploração* entre credor e devedor, que se expressa claramente nos vínculos entre os monopólios

⁶ Desigual porque obedecem a razões políticas, sociais e históricas diferenciadas, se inserem em ritmos diferenciados da dinâmica capitalista em espaços nacionais os mais variados, afetando assim, os países capitalistas e as relações entre eles. Combinado pelo motivo de que o capital dos países centrais pressionam os países dependentes a progredir de forma acelerada, muitas vezes, pulando ou não vivenciando as mesmas etapas já vividas pelos países centrais, para atender as necessidades desses últimos que tem interesse no desenvolvimento dos países mais atrasados, combinando assim, a assimilação de técnicas as mais modernas com relações sociais e econômicas arcaicas, perpetuando a relação de dependência e exploração em relação aos países centrais. (NETTO; BRAZ, 2007).

(e os governos de seus países) e os países (e seus governos) devedores; (NETTO; BRAZ, 2007, p. 181 e 182, grifo dos autores)

Cabe aqui sinalizar que conforme Netto e Braz (2007) sobre as transformações provocadas pela fase monopolista, já é possível observar que estas mudanças extrapolaram os limites estritamente econômicos, em escala nacional e internacional, adquirindo um **caráter político** muito importante, que passaram a provocar também, alterações nas formas de governo, tanto nos países centrais quanto nos subalternos, justamente por conta da subserviência dos Estados aos interesses burgueses.

Com isso, passa-se a exigir, conseqüentemente, a formação de Estados diferenciados e a criação de aparatos desses Estados⁷ que fossem capazes de dar conta de todos os processos de transformação causados pela fase monopólica, que se misturam e se complexificam com o desenvolvimento capitalista, para garanti-lo no cotidiano destas sociedades.

Sobre essas novas formas de governo, Mandel (1985) chama atenção quanto ao fato de que são incorporadas por estes Estados novas superestruturas em seu aparato de governo, a partir do imperialismo – seja na perspectiva de aumento da repressão e exploração da classe trabalhadora ou implantação de reforma ou concessões mínimas de direitos – e, estas superestruturas possuem relações diretas com a proteção e reprodução da estrutura social e das relações de produção fundamentais vigentes.

Ou seja, a partir dessa análise de Mandel (1985), é possível entender que este novo Estado não tinha como objetivo, em sua essência, representar nenhuma mudança expressiva na estrutura de classes capitalista, no sentido de transformação da realidade social vivida pelas classes exploradas.

⁷ Mandel (1985) afirma que não há prova maior do caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho do Estado burguês do que a defesa das relações de produção capitalista e a utilização dos instrumentos do aparelho estatal para a manutenção e defesa destas relações de produção. Isso se percebe ainda mais em contextos de crises pré-revolucionárias ou revolucionárias onde este Estado pode até fazer algumas concessões as classes exploradas – tendo o apoio da burguesia para estas concessões – mas, não ultrapassará os limites que levariam a constituição de uma mudança estrutural na relação de dominação e exploração, pelo contrário, em contextos revolucionários, o aparelho do Estado pode assumir novamente seu papel de força bruta e recorre a violência para garantir as relações de produção capitalista, o que demonstra claramente sua subserviência aos interesses burgueses.

Quando se defronta com esse perigo [ameaça direta ao modo de produção capitalista], a classe burguesa ainda pode continuar manobrando. Pode prometer ou decretar reformas, criar uma impressão temporária de mudança fundamental, de preferência a permitir que ocorra uma verdadeira revolução social. Mas no final será obrigada a lançar mão da última ratio da força bruta. A verdadeira natureza do aparelho do Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente continua sendo o que sempre foi, um ‘grupo de homens armados’ contratados para manter a dominação política de uma classe social. (MANDEL, 1985, p. 349).

O Estado serve, justamente, para manter a estrutura social e econômica vigente. Além disso, o Estado imperialista incorpora outras funções, que não são puramente superestruturais, mas que estão inseridas naquilo que a burguesia entende como atribuição estatal para representação de seus interesses, assim como todos os outros Estados burgueses.

Por isso, Behring e Boschetti (2011) evidenciaram que a intervenção do Estado na primeira fase do capitalismo monopolista, mesmo que esta intervenção ainda fosse feita de forma frágil, não decorreu de uma natureza pré-definida do Estado. Decorreu sim, da necessidade de responder, minimamente, as reivindicações da classe trabalhadora que, levou a uma disputa política forte entre os capitalistas liberais tradicionais e os que simpatizavam com o reformismo social. Quanto a estes últimos serão melhor tratados mais a frente.

A partir desse contexto de guerras mundiais e disputas políticas e econômicas internacionais, que vemos se desenvolver outra característica fundamental para o imperialismo, que esta no novo papel executado pela indústria bélica na economia. Ela já existia no capitalismo concorrencial, assim como muitos outros fatores que se desenvolveram neste modo de produção e/ou eram anteriores a ele. No capitalismo monopolista, a indústria bélica assume um papel completamente diferenciado em razão de passar a ser **um componente central da economia**, juntamente com as atividades conectadas ao belicismo, principalmente, atrelando este as inovações tecnológicas:

A produção de artefatos bélicos, no século XX cada vez mais dependente da aplicação da ciência a fins destrutivos e mortais, concentra-se nas mãos dos grandes monopólios e oferece, comparativamente a outros setores produtivos, fabulosos superlucros (nos anos setenta do século passado, nos Estados Unidos, enquanto a taxa geral de lucro na indústria de transformação era de cerca de 20%, monopólios da indústria bélica auferiam lucros que variavam de 50 a 2.000%). Além disso, a inovação científico-técnica – que é decisiva na produção bélica – permite testar

processos produtivos e componentes que depois serão transladados para a indústria civil (são chamados ‘subprodutos’ da indústria bélica, que ulteriormente constituem elementos comuns a outros ramos da produção). (NETTO; BRAZ, 2007, p. 184).

Desta forma, os Estados imperialistas passam a compor o principal consumidor da indústria bélica e este ramo industrial passou a depender diretamente do orçamento dos Estados, destinados a produção de armas, envolvendo interesses econômicos e políticos de grande proporção em sua produção, consumo e distribuição.

Ainda sobre esta questão, Netto e Braz (2007) nos chamam atenção para o fato de que esta indústria bélica introduziu duas variáveis muito significativas na dinâmica econômica a partir do imperialismo. A primeira é que ela **passa a travar ou reverter um dos fatores causadores de crises que é o subconsumo de massas**, isto quer dizer que as encomendas de grandes proporções efetuadas pelos Estados imperialistas à indústria de armas configura a contenção de crises (mesmo não resolvendo este problema, o ameniza bastante). A segunda variável é que esta **indústria oferece uma solução alternativa, mesmo que provisória, ao problema da superacumulação**:

[...] tivemos oportunidade de mencionar que **a superacumulação se resolve pela desvalorização dos capitais durante uma crise** – mas essa resolução, pelos próprios efeitos das crises, é extremamente onerosa. Com o incremento da indústria bélica, grandes massas de capitais que, em outras aplicações, não poderiam ser valorizados, encontram ocasião de propiciar volumosos lucros a seus proprietários. Também nesse sentido, a indústria bélica funciona como um fator anticrise, em especial porque, no estágio imperialista, há uma tendência crescente à superacumulação. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 185, grifo nosso).

Com isso, os autores querem nos mostrar que a indústria bélica possibilitou a valorização dos capitais, que sem ela, não poderiam ser usados, fariam parte da massa de capitais excedentes, perturbando assim, o processo de acumulação e a própria dinâmica do modo de produção capitalista.

Ou seja, a importância da indústria bélica para o imperialismo tem sido fundamental, não só do ponto de vista da proteção ou expansão territorial, necessária antes mesmo da composição do capitalismo, ou para controle de suas antigas e novas colônias, mas também e,

principalmente, pelo papel econômico que passou a desempenhar – essencialmente como fator de manobra em curto prazo de crises cíclicas do capital monopolista.

Estes foram os fatores principais que contribuíram para a consolidação do capitalismo monopolista e, conseqüentemente, com o rompimento das características fundamentais do capitalismo concorrencial. Entendemos assim, que isso não quer dizer que o capitalismo monopolista não siga as regras básicas anteriores a ele, mas que ele provoca alterações elementares de ordem política, econômica, e social que permitem a transição da fase liberal clássica para a idade monopolista.

Após sua consolidação, entramos no que é caracterizado por Netto (2007) como a fase clássica do imperialismo, compreendida entre os anos de 1890 a 1940, onde os monopólios e as relações sociais advindas deles se desenvolveram, até o enfrentamento de sua principal crise econômica, em 1929. Esta, mais uma vez, incitou a necessidade de mudanças para reverter este novo processo de crise.

Nesse mesmo contexto de enraizamento da fase clássica monopolista, não se pode esquecer que o modo de produção capitalista trouxe desde suas origens a intensificação da exploração dos trabalhadores e, como vimos anteriormente, desde 1848, houve um aumento das organizações da classe operária, que começaram a se enxergar como “classe para si” e incorporaram a luta por direitos, principalmente no que diz respeito à melhoria de condições de trabalho.

Sobre este protagonismo dos movimentos operários organizados, Mandel (1985) explica que eles também influenciaram as mudanças ímpares ocorridas no estágio imperialista, principalmente em relação ao novo papel de Estado e sua forma de arrumação e composição. Porém, o desenvolvimento desses movimentos operários tiveram efeitos contraditórios na fase monopolista, exemplificados por ele:

Por um lado, o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Para o assalariado, a ilusão de igualdade formal enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho reforçava-se

agora cada vez mais com a ilusão de igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor – dissimulando a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa. [...]

Mas, por outro lado, a entrada em larga escala de deputados sociais-democratas e mais tarde de deputados comunistas nos parlamentos burgueses significava que esses órgãos legislativos perdiam cada vez mais sua função de árbitro de interesses conflitantes no *interior* da classe burguesa. A tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal. (MANDEL, 1985, p. 338, grifo do autor).

Com isto, Mandel (1985) quer dizer que a estrutura do Estado burguês é determinada pela preservação permanente de qualquer exercício direto de poder pelas massas ou por parte da classe trabalhadora. Ou seja, dentro da estrutura de classes, econômica e política (principalmente) da sociedade burguesa, o máximo que a massa de trabalhadores pode conseguir é participar de uma democracia indireta, já que o exercício efetivo das liberdades democráticas está condicionado à aquisição de meios materiais econômicos (meios de produção) e as classes trabalhadoras superexploradas, em sua maioria esmagadora, não possuem condições de adquirir estes meios.

Assim, cria-se uma ilusão quanto à condição política das classes subalternas e quanto ao papel do Estado como mediador das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores, na perspectiva de integrar estas duas classes, mesmo que de forma ilusória, já que possuem interesses antagônicos estruturais, para exercer o controle do proletariado não só através da forma, mas também através da falácia de que estas duas classes podem coexistir em harmonia.

Sobre esta ilusão Behring e Boschetti (2011) ressaltam que entre o Estado liberal burguês predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX não houve uma ruptura radical, o que muda é o papel e a funcionalidade do Estado que passou a assumir um caráter mais social e a investir em políticas sociais.

Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimentos em políticas sociais [...]. Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de

direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, outras mudanças de posicionamento do Estado no estágio imperialista decorrem dessa concepção integradora, para além da coerção nas funções estatais. Ainda sobre os movimentos e organizações dos trabalhadores, Netto e Braz (2007) identificam dois processos inseridos nessa perspectiva, que mais tarde culminaram nessa necessidade de mudança do papel do Estado perante a sociedade, os monopólios e, principalmente, o tratamento dado por ele em relação à luta e reivindicações dos trabalhadores:

O primeiro deles se refere ao nível de organização e combatividade de amplos setores operários e a expressividade que o movimento sindical operário ganhou a partir de 1890, passando a mobilizar grandes quantidades de trabalhadores e atrair muitos outros que simpatizavam com seus ideais. O segundo se refere à Revolução Russa de 1917, atraindo a simpatia de vanguardas operárias, engrossando o sentimento revolucionário e aumentando a luta para além de conquista de direitos, ou seja, visando uma nova sociedade.

Esses dois processos obrigam a burguesia a reconhecer alguns direitos de cidadania política e civil, principalmente, e avançar também no reconhecimento de algumas características da cidadania social. E estes ganhos e conquistas de direitos advindos da luta de classe ganham destaque internacional em muitos países centrais europeus.

Somando-se a estes fatores, estão as crises cíclicas do capital, que também se intensificam com a idade dos monopólios e refletem as consequências deste modo de produção no que se refere à superexploração, superacumulação, centralização e concentração de capitais, essencialmente.

Assim, no contexto de crise de 1929 – senão a maior, uma das maiores, vista pelo capitalismo, até os dias de hoje – esse processo de luta e organização dos trabalhadores também se intensifica e surgem outros fatores de caráter econômico que obrigam os

capitalistas a executarem mudanças fundamentais na estrutura social, tanto para reverter o contexto de crise e quanto para impedir que as lutas dos operários imponham o fim da idade monopolista, como muitos gostariam naquele momento. Netto e Braz (2007) nos mostram que o principal ator neste contexto de mudança será o Estado:

A crise de 1929 evidenciou para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. Registramos que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições *externas* para a produção e acumulação capitalista; mas a crise de 1929 revelou que novas modalidades interventivas tornaram-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as *condições gerais* da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 192 e 193, grifos dos autores).

Behring e Boschetti (2011) justificam o fato de o Estado ser o ator principal com relação às mudanças necessárias a partir da crise de 1929, pois esta e todos os processos implícitos criam uma instabilidade econômica, mas também geram uma instabilidade de legitimidade política do capitalismo, que passa a ser questionado em relação a sua capacidade de resolver os problemas causados por seu desenvolvimento.

O Estado, então, passou a se posicionar de formas diferentes nos países centrais europeus, tanto para combater a crise quanto para frear os avanços da classe trabalhadora. Quanto a isto, Netto e Braz (2007) afirmam que estas formas de atuação do Estado estiveram diretamente ligadas ao nível de organização e amadurecimento dos movimentos populares e a partir desse grau de maturidade se instaurou a intervenção democrática ou a intervenção fascista.

Na sequência da crise de 1929, naquelas sociedades onde as ideias democráticas tinham raízes mais fundas e/ou o movimento operário e sindical não registrou derrotas, a nova forma de intervenção do Estado na economia não violentou a democracia política, tal como existia – é o que se constata na experiência da Europa Nórdica, da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Nos países onde tais tradições eram débeis (Itália) e/ou onde o movimento operário foi mais golpeado (Alemanha), a intervenção do Estado deu-se conforme a natureza antidemocrática do capital, levada ao extremo pelos monopólios: com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores, instaurando-se o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o *fascismo*. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 193 e 194, grifo dos autores).

Concordo com estes autores quando afirmam que o fascismo é o sistema político ideal para o desenvolvimento dos monopólios, porque ele permite que a dominação e exploração da classe trabalhadora sejam levadas ao extremo, de acordo com os interesses capitalistas, sem que esta classe possa se manifestar em contrário a essa exploração. Por isso, é evidente que “desde que exista o controle monopolista da economia, a possibilidade do fascismo é sempre real” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 194).

Portanto, o que condicionará a concretização do fascismo nos países em que exista o controle monopolista será o grau de maturidade e organização da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e sindicais existentes nessa nação. Assim, a perpetuação ou destruição da democracia está diretamente ligada à resistência política das classes superexploradas pelo capitalismo monopolista.

Todavia, nos países que naquele momento histórico particular não era possível instituir o fascismo, justamente por conta da força dos movimentos sociais presentes, foi preciso constituir uma ativa intervenção do Estado de forma diferenciada, integradora, através de investimentos diretos nos setores econômicos ou investimentos que objetivassem desonerar os capitalistas no que se refere à reprodução e manutenção da força de trabalho, é nesse contexto que surge a legislação social.

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classes do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerias da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista. (MANDEL, 1985, p. 338 e 339).

O desenvolvimento das políticas sociais nesses países também está imbricado nestes acontecimentos do contexto de crise de 1929 e da depressão que advém dela, de 1914 a 1939, elas se generalizam no período de crescimento do pós-guerra (a partir de 1945), que tem como

sua essência o próprio cenário de guerra e o fascismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Esse processo de generalização e crescimento das políticas sociais segue até os anos sessenta, perdendo fôlego na passagem do capitalismo monopolista clássico para o capitalismo maduro.

Netto (2007) e Mandel (1985) destacam que dentro das funções do Estado, seu papel diferencial na idade dos monopólios em relação aos outros estágios do capitalismo, é **seu novo posicionamento frente à classe trabalhadora**.

Nos outros estágios do capitalismo, principalmente no capitalismo “clássico” ou “liberal”, o Estado respondia os questionamentos dos movimentos dos trabalhadores e as expressões da “questão social” essencialmente através da repressão. No capitalismo monopolista o Estado ainda atua de forma repressiva, mas os avanços no âmbito da organização de movimentos populares, sindicatos e partidos trabalhistas, principalmente, faz com que o Estado tenha que pensar novas formas de atender, mesmo que minimamente, algumas das reivindicações dos trabalhadores para conter seus avanços e permitir a perpetuação dos monopólios e sua superexploração, daí advêm as políticas sociais⁸ e a concessão de alguns direitos e melhorias das condições de vida da classe trabalhadora.

Portanto, a partir do capitalismo monopolista o Estado incorpora funções atreladas à manutenção e a preservação da força de trabalho, que passam também a legitimá-lo perante a sociedade, desonerando as empresas dessa função e desses custos – que ficaram a cargo dos tributos pagos pela massa popular. O que quer dizer que a própria massa popular sustenta serviços como saúde, educação, transporte e muitos outros.

Todas essas funções estatais estão a serviço dos monopólios; porém, elas conferem ao Estado comandado pelo monopólio um alto grau de legitimação. E isso, porque, *num marco democrático, para servir ao monopólio, o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção – deve desenvolver mecanismos de coesão social*. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 205, grifos dos autores).

⁸ Bering e Boschetti (2011) afirmam que não é possível determinar com precisão o momento do surgimento das políticas sociais, mas sua generalização está relacionada com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, principalmente em seu auge pós Segunda Guerra Mundial a partir de 1945. As autoras seguem a perspectiva de Marx (1987) no que diz respeito ao entendimento de que as novas regulamentações sociais e de trabalho pelo Estado surgem a partir das lutas pela jornada normal de trabalho.

Todavia, sobre este processo, Netto (2007) nos faz uma ressalva que considero de extrema importância quanto às novas funções de Estado, frente à classe trabalhadora e as políticas sociais que surgem para atender suas necessidades:

Não se trata aqui, simplesmente da ‘socialização dos custos’ [...] – obviamente que este é o fenômeno geral, através do qual o Estado transfere recursos sociais e públicos aos monopólios. O processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado – como instância política econômica do monopólio – é obrigada não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e seguridade social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. (NETTO, 2007, p. 27).

Sobre isto, Mandel (1985) afirma que o papel intervencionista do Estado nesta fase do capitalismo causa uma hipertrofia, tanto nas funções quanto no orçamento público. Assim, a partir do momento que esta hipertrofia não representa os interesses da burguesia, ela não serve mais para o modo de organização estatal burguês e deve ser substituída ou reorganizada para atender ao seu real propósito que é a garantia do aumento contínuo das taxas de lucro e de mais valia.

A hipertrofia do Estado no capitalismo tardio é inevitável e necessária ao capital total, mas apesar disso cria novas contradições. A nacionalização de parte do capital só faz sentido do ponto de vista da classe burguesa se levar não a uma queda, mas a estabilização, e se possível ao aumento dos lucros do capital privado. Da mesma forma, a redistribuição dos rendimentos sociais para o orçamento nacional não pode levar a uma redução a longo prazo da taxa de mais valia, ou ameaçar a valorização do capital; do ponto de vista da classe burguesa, o orçamento ideal é aquele que gera um aumento da taxa de mais valia e da taxa de lucros. (MANDEL, 1985, p. 342).

Essa mudança radical na funcionalidade do Estado, a partir do estágio clássico do imperialismo, precisou ser articulada também ao surgimento de bases teóricas para tal, porque até o momento, desde a Revolução Burguesa de 1789, os principais pensadores liberais afirmavam que o Estado deveria interferir minimamente na economia, já que existia a mão invisível do mercado que se encarregaria de regular todas as relações econômicas e sociais.

Para entender a importância do papel da ideologia na caracterização do papel do Estado e nas mudanças que ele precisa encarar para continuar sendo funcional aos interesses da burguesia, cabem as observações de Mandel (1985) sobre essa questão:

É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobreproduto social controlará as superestruturas construídas com este. A função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamentos da grande maioria da população em tempos ‘normais’. Deve, portanto, exercer uma influência muito mais poderosa sobre aqueles membros da sociedade que são empregados no próprio aparelho do Estado, pois a ideologia geral da burguesia inevitavelmente continua predominando de forma maciça sobre a classe operária durante os ‘períodos de clama’, no interior da estrutura de divisão de trabalho, do trabalho atomizado e do comércio fetichizado da produção generalizada de mercadorias. Grande número de ‘mitos básicos’ são aceitos, nessas circunstâncias, pela maioria da população, como evidentes por si mesmos, pela mesma razão pela qual constituem um reflexo ideológico das relações sociais vigentes. (MANDEL, 1985, p. 346 e 347).

Assim, no momento em que as teorias e ideologias burguesas não conseguem mais explicar a realidade – e na situação específica do imperialismo é colocada a necessidade de um Estado extremamente intervencionista – é preciso reestruturar também o suporte teórico, que justificaria tais intervenções, para além das condições extraeconômicas.

O pensador pioneiro que reestrutura o pensamento capitalista na fase monopolista foi Keynes e é a partir dele que se constituirá o intervencionismo do Estado naquele momento histórico, sendo ainda mais desenvolvido no período de pós-segunda guerra mundial, com a introdução dos “anos dourados” (NETTO e BRAZ, 2007) da idade dos monopólios. Sobre a revolução teórica que Keynes provoca, Behring e Boschetti (2011) nos explicam:

Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice forma os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83).

Mandel (1985) também nos alerta a entender que estas mudanças na base teórica e ideológica, tão importantes à passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista e seu desenvolvimento posterior, estão atreladas a transformações subjetivas da própria burguesia, tanto em relação ao papel do Estado quanto ao entendimento do que são suas

funções. Foi exatamente o suporte ideológico e teórico do Keynesianismo que trouxe sustentação as mudanças subjetivas da burguesia que fomentou a alteração do papel do Estado no Imperialismo.

Isto porque o Estado imperialista executa funções integradoras jamais desenvolvidas anteriormente, justamente pela complexidade das relações sociais neste estágio, principalmente pelas pressões impostas pelos movimentos organizados da classe trabalhadora e o próprio contexto de crises cíclicas que precisava ser contido, para dar novo folego e possibilitar a continuidade dos lucros advindos do controle dos monopólios em relação aos mercados.

A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal) foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico. Mais tarde Lukács e Gramsci colocaram ênfase maior em sua função integradora, que atribuíam essencialmente à ideologia da classe dirigente. É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente. Nos diferentes modos de produção ou formações socioeconômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas, sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade. (MANDEL, 1985, p. 334).

Com o Estado imperialista interventivo então, as crises cíclicas do capital e seus efeitos são diminuídos e as taxas de crescimento voltam a ser encaradas de forma positiva. O Imperialismo volta a se desenvolver e se ampliar constituindo a segunda fase da idade dos monopólios, compreendido desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até os anos de 1970 (“Anos dourados”).

Então, nos “anos dourados”, chamados por Mandel (1985) de capitalismo tardio⁹, foram ampliados e se enraizaram as práticas dos chamados “Estado social” ou Estado de Bem

⁹ “O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação *simultânea* da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade “pluralista”.” (MANDEL, 1985, p. 341, grifo do autor).

Estar Social ou também caracterizado, muitas vezes, simplesmente como Welfare State¹⁰, nos principais países centrais europeus monopolistas. Esse novo Estado, segundo Mandel (1985), representou uma ampliação da ilusão do papel e funcionalidade do Estado, no que diz respeito ao seu caráter redistributivo, e serviu para camuflar seu verdadeiro papel na fase imperialista e nos remete ao seu compromisso fundamental com a estabilização econômica.

Todas as ilusões subsequentes relativas a um “Estado social” baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões, quanto à possibilidade de ‘socialização através da redistribuição’ não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e seus níveis de lucro. (MANDEL, 1985, p. 339).

Portanto, vemos aqui que as funções do Estado durante a fase de maior crescimento da idade dos monopólios foram ampliadas para manter sob controle a classe operária e seus movimentos reivindicatórios com a falácia da redistribuição dos ganhos do capital, mas também para conter as crises capitalistas e, para isso, foi incorporado pelo Estado muito dos custos, riscos e perdas do capital visando à estabilização econômica e à manutenção dos superlucros.

Isto quer dizer que “há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às ‘condições gerais de produção’ que financia.” (MANDEL, 1985, p. 339) e é a partir desse Estado interventivo que se criam as condições para reprodução desta fase do estágio dos monopólios.

Neste cenário de fim da guerra e retorno de crescimento do estágio imperialista nos “anos dourados”, Netto e Braz (2007) nos levam a entender que há um paradoxo inserido

¹⁰ Behring e Boschetti (2011) nos chamam atenção para o fato de que o termo Welfare State é muitas vezes utilizado genericamente para caracterizar os países que implantaram as políticas sociais sob a ótica do keynesianismo-fordismo, tanto na literatura europeia quanto até mesmo na brasileira, adequando-o as suas realidades. Entretanto, nem sempre este termo é citado com o sentido original do modelo inglês, onde surge, por isso deve-se tomar cuidado com o emprego do termo como sinônimo de processos diferenciados. Do meu ponto de vista, concordo que este termo deve ser usado para caracterizar a generalização das ações do Estado no pós-segunda guerra mundial (MENY; THOENING, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

neste contexto: o fascismo foi derrotado com a ajuda da União Soviética, que recebe apoio de países libertados do controle nazista, o que lhe permitiu romper com o capitalismo. A partir daí, ela desenvolve seu apoio aos movimentos operários, sindicais e aos partidos dos trabalhadores, que já empunhavam barreiras e resistiam à dominação dos monopólios em parte da Europa.

Além disso, neste ambiente também surgiu mobilizações anticolonialistas, levando a perda de muitos territórios que antes eram dominados pelos imperialistas, e algumas dessas antigas colônias que se tornam “livres” optaram pelas ideias socialistas, quando retomaram o controle político de suas nações. Assim, nessas circunstâncias deu-se início a chamada Guerra Fria que levou as disputas monopolistas políticas e econômicas a outro patamar, no que diz respeito ao controle das nações pelo socialismo ou pelo capitalismo¹¹.

Podemos perceber que mesmo com todas as medidas do Estado imperialista para diminuir os impactos das crises na economia, barrar a organização e resistência dos trabalhadores, ou até mesmo seu caráter revolucionário, a classe trabalhadora organizada continuava a encontrar formas de enfrentar as relações de dominação impostas por este modo de produção. Ou seja, o Estado pode até enfraquecer os movimentos sociais, seja pela repressão ou pela concessão de alguns direitos, mas ele não é suficiente para exterminar as diferenças entre as classes e os processos de disputa inerente a elas.

Voltando a nos concentrar nas mudanças da estrutura monopolítica, que levaram o estágio imperialista a chegar a sua segunda fase, outro fator importante na análise desse processo foi a configuração política e econômica do mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Muitos países tiveram seu território destruído pela guerra, outros estavam numa situação econômica difícil e esses fatores influenciam na configuração do cenário político mundial.

¹¹ Não nos aprofundaremos aqui no estudo da Guerra Fria e suas características porque estas não estão diretamente ligadas ao objetivo desta seção, que é o entendimento das mudanças provocadas pelo capitalismo monopolista na sociedade e no papel fundamental do Estado.

A dominação econômica, que determinou também o controle político das relações internacionais, foi modificada nesse contexto e surgiu outra potência econômica mundial, os Estados Unidos, enquanto outros países europeus que antes compunham a elite da dominação capitalista, mesmo que ainda desempenhando papel importante na economia mundial, se viram subordinados aos interesses de outros países capitalistas com maior expressividade no pós-guerra.

A direção militar, política e econômica do sistema imperialista, a partir da derrota do Eixo (Alemanha/Itália/Japão), transferiu-se da Europa para os Estados Unidos. Também vitoriosos em 1945, mas saindo da guerra em condição de força (recorde-se que seu território não foi palco de operações bélicas), os Estados Unidos impuseram-se às outras potências imperialistas (vitoriosas, como a França e a Inglaterra, e derrotadas, como Alemanha, Itália e o Japão) como país líder do mundo capitalista – e essa liderança, apesar das contradições interimperialistas, jamais foi seriamente contestada. Desde então, e até a crise que levou ao colapso as experiências socialistas (1989), os Estados Unidos capitanearam o que designavam “a luta contra o perigo vermelho”: o combate ao comunismo e a todas as ideias sociais avançadas teve nos Estados Unidos o seu centro irradiados, seja através da condução da *Guerra Fria* e da corrida armamentista, seja de intervenções abertas (Coreia, 1950-1953, Vietnã, 1963-1975) ou veladas (Irã, 1952, Congo, 1961, Indonésia, 1965, a lista é infinita...), seja reprimindo a divergência nas suas próprias fronteiras (de que o *macartismo* foi o exemplo mais emblemático, mas não o único). (NETTO; BRAZ, 2007, p. 196 e 197, grifos dos autores).

A partir do fim da guerra, o capitalismo monopolista passou a exportar capitais de forma diferenciada, indo de países centrais para outros, justamente porque era necessário reconstruir várias nações que foram destruídas pela guerra, dando novo fôlego ao Imperialismo, que é o principal beneficiado neste processo de exportação. O que contribuiu também para exacerbar as relações de dominação monopolista, não só nas colônias que continuavam a ser exploradas como também em outros países centrais, aumentando a interdependência econômica mundial.

Mas, isso não significa que deixou de ser efetuada a exportação de capitais para os países subalternos, pelo contrário, estes continuaram recebendo estes capitais, porém com outra forma principal: através de empréstimos, já que a maioria dos países centrais já tinham suas subsidiárias instaladas nos países colonizados e o mercado de exportação de capitais para outros países centrais se apresentava como mais lucrativo naquele momento. Aqui também se

deu um novo fôlego ao capital financeiro, que aumentava ainda mais sua dominação sobre as colônias imperialistas e, também sobre os países centrais subordinados no pós-guerra.

Agora, o fator mais expressivo em termos econômicos desse momento de saída de guerra está na modificação da própria organização do trabalho industrial com a introdução do **fordismo e taylorismo**:

Ainda na fase “clássica” do imperialismo, a “gerência científica” de Taylor foi objetivo de um desenvolvimento significativo, graças às adaptações que sofreu nas mãos de Henry Ford (1863-1947), que se tornaria o chefe de um dos maiores monopólios da indústria automobilística. Inicialmente implementada na produção de veículos automotivos, essa forma de organização – o chamado *taylorismo-fordismo* – acabou por se tornar o padrão para toda a produção industrial e *universalizou-se nos “anos dourados” do imperialismo*. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 197 e 198, grifos dos autores).

Essa nova forma de organização da produção provoca uma série de outras metamorfoses na indústria como o aumento exacerbado da produção, maior acumulação de capitais, a perda completa da totalidade do processo produtivo pelo operário, que tende a se especializar cada vez mais em uma parte determinada da produção, diminui a possibilidade de organizações de greves porque o processo de produção se torna rápido e estratificado, reduzindo também a comunicação interna dos trabalhadores durante a jornada de trabalho.

Ou seja, o fordismo deve ser entendido como algo que começa como alteração no modo de produzir e sua organização no interior das fábricas, mas que não se esgota nisso, pois as alterações que ele provoca na linha de produção também provocaram transformações na regulação das relações sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Gramsci, em seu importante ensaio “Americanismo e fordismo” (2001) também percebe o fordismo, para além da dimensão econômica, com seu impulso ao processo de extração da mais valia relativa. Ele identifica sensivelmente a relação social fordista como um esforço de produção de um novo homem inserido em uma ‘nova’ sociedade capitalista. Essa crença na articulação entre consumo de massa e produção em massa como via de sustentação de um capitalismo sem grandes abalos, para Ford, implicava o controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores. (GRAMSCI apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87).

Esse controle não só dá produção, mas também das relações sociais dos trabalhadores é uma via de mão dupla em benefício do capital, porque aumenta a exploração, limita a organização dos trabalhadores ao mesmo tempo em que fora da fábrica melhora a condição de

vida do trabalhador, permitindo a ampliação do consumo, do lazer e leva a estabilidade quase que completa nos empregos.

Isto nos faz perceber que mesmo com o crescimento econômico, e todos os outros fatores que compuseram a chamada fase de “anos dourados”, as expressões da “questão social” não desapareceram, no máximo, foram diminuídas pela intervenção do Estado e suas políticas sociais públicas. E, mais uma vez criou-se a ilusão de que é possível haver coexistência e até mesmo uma parceria entre burguesia e proletariado.

Entretanto, mesmo com o não desaparecimento completo das expressões da “questão social” – o que não é possível, pois elas constituem o capitalismo e sua forma de acumulação – as lutas dos trabalhadores diminuíram sensivelmente durante os “anos dourados”, tanto pela melhoria nas condições de vida do trabalhador advindas da recuperação econômica e das regulamentações das relações de trabalho quanto pela decepção e o descrédito de alguns movimentos organizados em relação ao socialismo.

Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. [...] Segmentos internos da classe trabalhadora perdem sua identidade com o projeto socialista, sobretudo após 1956, quando são conhecidos os crimes de Stálin, na então União Soviética (apud Anderson, 1976). Essa derrota histórica e a capacidade de regeneração do capitalismo com base no Keynesianismo-fordismo constituem os processos que dão folego aos “anos dourados” do capital. Contudo, estes tiveram duração limitada e foram processos historicamente situados, cujo esgotamento viria a partir da segunda metade dos anos 1960. Resultou desse conjunto de determinações a possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 89, grifo dos autores).

Já constituído “os anos dourados” do estágio imperialista, suas principais características, de acordo com Netto e Braz (2007): i. são a relevância do crédito ao consumidor para a economia – a partir do fim da Segunda Guerra para combater a tendência ao subconsumo, principalmente em relação à compra de bens duráveis e produtos têxteis; ii. a

inflação¹², que pouco ocorria na fase clássica, passa a constituir-se praticamente como fator permanente, pois além de aumentar o preço dos produtos e penalizar os salários dos trabalhadores, passa a ter papel funcional ao capitalismo no âmbito de extrair recursos da sociedade para garantir a elevação dos preços das mercadorias produzidas; iii. o enorme crescimento do **setor terciário** ou setor de serviços, onde prevalece o trabalho improdutivo com grande heterogeneidade de profissionais, diferentes níveis de formação e desenvolvimento de atividades não ligadas ao setor secundário ou primário.

Com relação ao crescimento do setor terciário e sua heterogeneidade é importante entender que ele abarca não só atividades como saúde ou educação, mas também aquelas que podem ser consideradas lícitas ou ilícitas, que servem para ocultar capitais excedentes provenientes do estágio imperialista. Aqui se destaca a tendência desse modo de produção no que diz respeito à **mercantilização de todas as atividades humanas**, sejam elas ligadas ou não a produção industrial.

Ou seja, isto é fundamental para o entendimento de que para os capitalistas tudo pode ser transformado em mercadoria, e conseqüentemente, se tornar fonte de lucro para o capital, tanto as atividades mais básicas e essenciais à vida humana se tornam mercadorias – como saúde, habitação, direito a água, luz, dentre muitas outras – quanto atividades subversivas como tráfico de drogas, prostituição, financiamento de campanhas eleitorais em troca de

¹² “Quando as cédulas e moedas sem valor intrínseco que substituem a forma histórica original do dinheiro (o ouro) têm o seu valor total equivalente à quantidade de ouro necessária à circulação mercantil, seu poder aquisitivo coincide com o dinheiro sob forma de ouro – diz-se, então, que são *lastreadas*: podem ser convertidas em ouro. Mas, frequentemente, o Estado (que, como autoridade monetária, dispõe do monopólio da emissão de cédulas e moedas e da guarda, no seu Tesouro ou Banco Central, da quantidade de ouro que serve de lastro à sua moeda), para fazer frente a gastos que não pode cobrir com o que arrecada, emite mais cédulas e moedas do que corresponde à sua reserva de ouro. Por exemplo, o Estado emite os R\$ 20.000,00, [...], dispondo do equivalente em ouro, mas vendo-se em face de uma situação extraordinária ou da necessidade de saldar despesas, emite outros R\$ 20.000,00, sem que tenha sido alterada a quantidade do lastro ouro e de mercadorias em circulação; então, para adquirir mercadorias que, sem a emissão suplementar, custariam R\$ 1,00, agora serão necessários R\$ 2,00 – é que a moeda foi *depreciada*, seu poder aquisitivo foi *reduzido*. É nisso que basicamente consiste a **inflação** – que não deriva apenas da emissão extraordinária do Estado, mas também da emissão de títulos de crédito por estabelecimentos bancários.” (NETTO; BRAZ, 2007, p.200, grifos dos autores)

favorecimento de empresas em licitações, e outros, os exemplos são os mais variados, que podem e são mercantilizadas para suprir as necessidades deste modo de produção.

Arelado a tudo isso, estão às inovações tecnológicas que diminuem a necessidade de trabalho vivo dentro da indústria, aumentando o exército industrial de reserva, pressionando os salários dos operários para baixo e aumentando as expressões da “questão social”. Em curto prazo, o setor terciário absorve a mão de obra excedente, mas este setor também tem seus limites, se torna inchado e também expulsa mão de obra sobrando (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

E, mesmo com a atuação maciça do Estado, esta não é suficiente para dar conta das necessidades da classe trabalhadora, principalmente em relação ao desemprego. Melhor dizendo, esta intervenção enxerga suas limitações porque não pode ir além do extremamente necessário, já que seu principal objetivo é defender os interesses burgueses e para não prejudicá-los e se caracterizar como excesso de paternalismo, precisa frear seu processo interventivo. Assim, “quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresário.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 91).

Dá-se aqui o merecido destaque a intervenção do Estado, desenvolvida essencialmente nos “anos dourados”. Como vimos anteriormente, a refuncionalização do Estado foi necessária para dar conta das contradições que surgiam com o imperialismo e para manter este modo de produção capitalista sem grandes alterações que causassem prejuízos ou a destruição dele.

O Estado passa a exercer dois papéis fundamentais, segundo Netto e Braz (2007), de intervir de forma direta na economia para garantir os superlucros dos monopólios, através de investimentos diretos, atuando como co-empresário do capital, e de intervir de forma indireta e contínua na dinâmica econômica, através de políticas sociais e outros investimentos no que

se refere à reprodução da força de trabalho. Segundo Mandel (1985), além disso, o Estado também executa papel fundamental no controle das crises do capital. Isso é bem resumido também na fala de Netto (2007):

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente as suas funções *econômicas*.

[...] A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (NETTO, 2007, p. 25 e 26, grifo do autor).

Ou seja, a partir da execução dessas novas funcionalidades do Estado, este passa a ser um **co-empresário** do capital, através de investimentos em áreas que beneficiam os monopólios, assume empresas que estão em estado de falência ou dificuldades financeiras, oferece subsídios aos monopólios, isenção de impostos, dentre muitas outras medidas que beneficia o capitalista, passando a compor o **comitê executivo da burguesia** (Netto, 2007) porque o Estado permite que haja uma integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais.

Para finalizar, dedico aqui atenção especial também às políticas sociais e faço isso em separado da análise contextual anterior, pela importância que estas adquirem a partir do capitalismo monopolista no que se refere ao enfrentamento das expressões da “questão social”, pelas alterações que elas provocam, tanto na dinâmica social quanto nos aparatos do Estado que serão os responsáveis pela sua construção, implementação e execução concreta, e também pelo seu papel fundamental na constituição do Serviço Social brasileiro, como veremos na segunda parte deste capítulo.

Quero partir do entendimento de que as políticas sociais ganham destaque no capitalismo monopolista de maneira diferenciada das outras formas de enfrentamento da

“questão social” nas outras fases do capitalismo, pelos mais diversos fatores estudados anteriormente e resumidos abaixo:

É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopolista (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*. No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições *externas* à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como se *internaliza* na ordem econômico-política: não é apenas o acréscimo excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção ‘socializada’; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe. (NETTO, 2007, p. 29 e 30, grifo do autor).

Por todos estes fatores, o papel das políticas sociais públicas vai muito além da melhoria de condições de vida do proletariado a partir do Imperialismo. Elas são funcionais ao capitalismo de forma política e econômica, indissociavelmente. De forma econômica, porque pode ser utilizada para diminuir o subconsumo e abrem espaço para redução das dificuldades de valorização do capital advindo da supercapitalização. De forma política, porque serve para dar legitimidade ao Estado imperialista, preservando e controlando a classe trabalhadora.

Com a abrangência do papel desempenhado pelas políticas públicas no capitalismo monopolista, foi preciso constituir instituições estatais capazes de gerir e direcionar tais políticas de acordo com as conveniências da classe dominante, com isso é possível entender que a intervenção do Estado não tem como objetivo o término das expressões da “questão social”, já que isso é incompatível com a ordem burguesa.

Assim, mesmo contendo todas as múltiplas possibilidades em seu interior e sendo pluridimensional (NETTO, 2007), as políticas sociais precisam ser focalizadas, fragmentadas

e particularizadas para serem consideradas funcionais a perpetuação das relações de exploração e dominação da classe burguesa. Estas políticas devem responder de forma estratégica na fase monopolista a luta de classes e sua forma de intervenção na realidade social também está condicionada a correlação de forças existente nesta luta de classe, mas não advém somente desde processo de disputa.

Admito como verdadeira e fundamental a afirmação de Netto (2007) e Behring e Boschetti (2011) quanto à funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista que não pode ser encarada como decorrência natural do Estado imperialista, porque os monopólios colocam, apenas, sua possibilidade, mas a concretização é variável específica das lutas de classe, a que o Estado algumas vezes responde de forma estratégica, instituindo-as.

Ou seja, o processo em que estão inseridas as políticas sociais não se esgota na disputa entre as classes dominada e dominante, apesar de sua importância para constituição delas, justamente porque existem muitos outros processos autoimplicados que sofrem contradições e confrontos ao longo do desenrolar das relações sociais, tanto dentro das instâncias estatais quanto dentro das organizações da classe trabalhadora e/ou em outras instâncias privadas. Exemplo disso são os ganhos e perdas/avanços e retrocessos da classe trabalhadora em relação à garantia de seus direitos e sua constituição enquanto classe revolucionária.

Outro fator importante sobre as políticas sociais enfatizados por Netto (2007) de forma exemplar está no fato de que mesmo elas sendo fragmentadas, focalizadas e subservientes ao capitalismo monopolista, isso não quer dizer que as políticas sociais não podem representar avanços e conquistas parciais significativas para a classe trabalhadora, isto faz parte de seu caráter contraditório. O entendimento do potencial incongruente das políticas sociais representa o grau de amadurecimento do proletariado e suas organizações de classe, segundo o mesmo autor.

Isto quer dizer que tais políticas sociais – mesmo sendo fragmentadas e focalizadas – em sua maioria, pensadas, construídas e disponibilizadas por instituições públicas, pertencentes ao aparato do Estado vinculado aos interesses monopolistas, representam melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora de forma geral e passam a ser indispensáveis para a continuidade do desenvolvimento capitalista.

Além disso, as políticas sociais representam, também, a abertura de um novo mercado de trabalho para os diversos profissionais que são chamados a atuar nestas instituições, seja no planejamento, execução ou avaliação e monitoramento destas mais variadas formas de enfrentamento das refrações da “questão social”. E é nesse contexto de emergência do capitalismo monopolista em constituir um aparato de Estado capaz de elaborar novas formas de enfrentamento das expressões da “questão social”, para além da repressão direta, que surge o profissional de Serviço Social.

O surgimento deste profissional e da própria profissão em cada país capitalista – tendo nele influência direta ou indireta da dominação monopolista mundializada ou tendo nele já consolidado o estágio monopolista – obedece às particularidades sócio-históricas do contexto nacional e internacional, isto porque, como vimos anteriormente, o capitalismo monopolista cria uma relação de interdependência política, social e econômica do mundo.

Pelas limitações objetivas deste trabalho, nos interessa analisar aqui, especificamente, o surgimento do Serviço Social no Brasil, suas características principais, as condicionalidades históricas que levaram ao seu desenvolvimento e, conseqüentemente, o entendimento de como a imagem profissional consolidada no imaginário social foi construída. Este resgate histórico é necessário para analisar o passado profissional na perspectiva de avançar no debate, no amadurecimento e na construção coletiva da profissão.

1.2 AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS PARA O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO REFORMISTA-CONSERVADOR

Para pensar o surgimento do Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1930, é preciso entender as particularidades históricas, econômicas e as relações sociais que estão autoimplicadas neste processo. O primeiro fator que se destaca em relação a essas particularidades brasileiras é que a inserção do Brasil no contexto capitalista não ocorre no mesmo tempo histórico em que acontece em outros países, considerados como centrais para a economia capitalista.

Isto quer dizer que o Brasil possui uma longa trajetória de subserviência aos interesses econômicos internacionais e se constituiu como um dos países pertencentes à chamada periferia do grande capital. Essa subserviência se intensifica com a inserção do capitalismo monopolista nos países centrais europeus e suas formas de mundialização da dominação política, econômica e financeira. Assim, o desenvolvimento capitalista brasileiro também está inserido nesta dinâmica de dominação e exploração em relação aos países centrais, tendo como principais características deste desenvolvimento as formas de expressão desigual e combinada – conforme o que já foi explicado no item 1.1. sobre esta questão.

[...] um conceito orientador da análise do Brasil é o *desenvolvimento desigual e combinado*, segundo o qual este se configura como ‘uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios’, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas (apud Ianni, 1992:60). O Brasil capitalista moderno seria, então, um ‘presente que se acha impregnado de vários passados’ (apud Ianni, 1992:63), em função da nossa via não clássica desse processo de transição para o capitalismo. Prado Jr. (1991) identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa ‘complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)’ (apud Coutinho, 1989: 119). (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72, grifos dos autores).

Aqui é importante ressaltar que o processo de abolição da escravidão foi apoiado por setores da classe dominante – os que viviam nos centros urbanos e estavam envolvidos com a introdução da industrialização no país atrelada aos interesses externos – não porque estes

compartilhavam com ideologias e compactuavam com o sentimento de igualdade e liberdade do povo negro, mas sim, porque era do interesse desses setores da classe dominante que os negros se tornassem livres, para que a partir dessa liberdade fosse instituída uma nova forma de dominação e exploração da força de trabalho, mantendo e reestruturando a subalternidades desse povo. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Behring e Boschetti (2011), ao analisar o contexto brasileiro, seguem o pensamento de Caio Prado Junior (1991) destacando o sentido que ele dá a colonização no Brasil. Este processo, segundo estes autores, se deu entre os séculos XVI e XIX com o objetivo de servir a acumulação originária de capitais nos países centrais e os reflexos dele se expressam também tanto nos períodos imperiais quanto na própria república brasileira. Assim, até hoje o Brasil está condicionado à subordinação e dependência do mercado mundial, mesmo que essas relações tenham se modificado ao longo da história.

E é justamente esse desenvolvimento desigual e combinado que promove a subalternização brasileira a hierarquização capitalista, somam-se a isso as suas próprias características históricas e sociais, como por exemplo, o surgimento da burguesia brasileira pela via não clássica (atrelada aos interesses da oligarquia rural e não partindo de uma revolução burguesa de acordo com as condicionalidades características dos países capitalistas centrais), que desembocam em relações sociais específicas influenciando sua construção como nação capitalista e sua entrada na idade dos monopólios, posteriormente.

Com relação à análise da dependência econômica, é possível observar que esta reflete também nas relações políticas brasileiras e durante a introdução do país no capitalismo, foi necessário que houvesse, da mesma forma, uma refuncionalização do Estado brasileiro para dar conta das mudanças inerentes ao desenvolvimento capitalista nacional – de acordo com todos os fatores já explicitados e inseridos nesta dinâmica no item 1.1 deste trabalho –, beneficiando principalmente a burguesia internacional. E esta refuncionalização do Estado

tem papel fundamental para o surgimento do Serviço Social no Brasil e para o desenvolvimento das políticas sociais.

Para entender este processo, é necessária uma breve análise dos fatos históricos brasileiros, da formação do seu Estado e, principalmente, os fatores que levam a sua refuncionalização a partir de 1930 e a entrada do capitalismo no contexto nacional.

É a partir desta década citada acima – período em que foi dado fim a República Velha¹³, iniciado a industrialização brasileira, proposta pelo projeto reformista-conservador – que se consolidou o capitalismo no Brasil. A industrialização visava à substituição de importações, principalmente de produtos de origem manufatureira, na tentativa de diminuir as relações de dependência brasileira à produção externa, devido à crise mundial de 1929, e, minimizar os reflexos da mesma na economia nacional, que já vinha sofrendo com a deterioração da própria política do “Café com Leite”.

Porém, seguindo mais uma vez a lógica do desenvolvimento capitalista de forma desigual e combinada, este processo também estava atrelado às necessidades do capital externo, porque os países centrais monopolistas precisavam que o Brasil, assim como outros países periféricos da América Latina, se desenvolvessem economicamente para servirem de suporte, tanto para a sobrevivência e alastramento dos grandes monopólios e do capital financeiro, que custeiam a industrialização dos países periféricos, quanto para aquecer o

¹³ A República Velha é o termo utilizado para o processo histórico referente à implantação da primeira república no Brasil. Com a República Velha, o poder político e econômico ficou concentrado nas mãos das oligarquias paulistas e mineiras, que se alternavam na presidência do país. Este “rodízio” recebeu o nome de Política do Café com Leite.

Tal acordo era garantido pelo coronelismo e pela dominação dos grandes latifundiários sobre as classes subalternas, através do voto de cabresto. Com relação à produção, é possível afirmar que era essencialmente voltada para a plantação e exportação de café, através do sistema de *plantation* – produção monocultora, feita em grandes latifúndios com exploração de mão de obra escrava e que após a abolição da escravidão será substituída pela imigração europeia, principalmente italiana, alemã e espanhola.

A partir do início da crise econômica cafeeira e de disputas políticas entre as oligarquias paulistas e mineiras se deram as condições favoráveis para o fim da República Velha, que culminaram em 1930 com o Golpe Militar liderado por Getúlio Vargas – para melhor entendimento deste contexto, sugerimos a leitura completa da obra organizada por STEDILE (2005), volumes I e II.

mercado internacional, principalmente, em contextos de crise vividos a partir de 1929 pelos países do primeiro mundo.

Com relação a isso, Ortiz (2010) afirma:

[...] percebe-se que o desenvolvimento industrial, apesar de ter consolidado a inclusão e a participação brasileira no circuito capitalista internacional, não objetivava elevar o Brasil à condição de país plenamente desenvolvido [à semelhança dos chamados “países centrais”]. Ao contrário, tal processo de industrialização significou, na verdade, nossa resposta a uma necessidade do capital monopolista mundial, que exigia, para sua manutenção e valorização, o desenvolvimento dos demais países ainda que em determinada medida – desigual e combinado, conforme a historiografia mais crítica denuncia. (ORTIZ, 2010, p. 87).

O aprofundamento do capitalismo no Brasil, assim como em outros países do mundo, obrigou as classes dominantes a criarem medidas que transformassem a estrutura econômica, política e ideológica, para adequação da classe trabalhadora a este novo modelo econômico.

Tais medidas precisavam dar conta de todas as fases da produção industrial, sua distribuição e finalmente de seu consumo – totalmente novas aos olhos do trabalhador brasileiro e de sua sociedade como mercado consumidor. Consequentemente, também se exigiu um novo posicionamento do Estado e das elites dominantes, já que a inserção do Brasil na sociedade capitalista e no liberalismo econômico que o condiciona, obrigava que os aparatos da classe dominante, incluindo principalmente o Estado, atendessem as necessidades da reprodução e acumulação do próprio capital.

Mas, estes avanços na constituição das relações econômicas, políticas e ideológicas, a partir da década de 1930, não suprimiam algumas das características fundamentais anteriores a este momento histórico como o coronelismo, o paternalismo e, principalmente, o favoritismo da classe dominante para manter seus privilégios já conquistados ou para adquirir novos, excluindo o restante da população.

Na verdade, o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo *status* desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas; na visão de soberania, supõe-se que há uma interdependência vantajosa entre as nações, numa perspectiva passiva e complacente na relação com o capital internacional; o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. Essas são, claramente, características perenes da

nossa formação social! Então, se o liberalismo trouxe, nos primórdios da formação do Estado nacional brasileiro, dividendos positivos, tais como uma mudança no horizonte cultural das elites ou a organização moderna dos poderes, não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma. Ao contrário, uma marca da nossa formação social *é a heteronomia, a dependência*. [...] mostra o significado da Independência e de seu componente cultural liberal para a formação da sociedade e do Estado nacionais: de como o senhor colonial metamorfoseia-se em senhor cidadão, elemento exclusivo da sociedade civil, na qual *outros* não contavam. Assim, *a democracia não era uma condição geral da sociedade: estava aprisionada no âmbito da sociedade civil*, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, as quais utilizavam o Estado nacional nascente para o patrocínio de seus interesses gerais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 73 e 74, grifos dos autores).

Por isso, Behring e Boschetti (2011) afirmam que em todos os processos de incorporação do capitalismo a realidade brasileira foram contempladas, tanto as características de reformas, quanto as de continuidades. É, nesse contexto de ambiguidades, contrariedades e dialética entre o modernizador e o conservador que surge o Estado brasileiro – já inserido de certa forma na estrutura capitalista, mesmo ainda não tendo se desenvolvido como país capitalista de fato na República Velha – e, a partir de 1930, este é refuncionalizado para garantir os interesses do desenvolvimento capitalista nacional, de fato, e internacional, apoiado no liberalismo formal como fundamento teórico e no patrimonialismo como prática que garante o privilégio das elites.

O mesmo raciocínio, segundo estas autoras, foi aplicado também no surgimento das políticas sociais públicas brasileiras, no século XX, que enfrentou as consequências dessa dialética, principalmente a partir da independência brasileira, de onde surgem as condições para o florescimento do “espírito burguês”, mesmo que não em toda a sua plenitude como ocorre nos países centrais, já que o Brasil continuou dependendo cada vez mais do mercado externo e da economia internacional, sem ter meios fundamentais para se desenvolver como nação economicamente independente.

A constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional socioassistencial para operacionalizá-los, sobretudo na década de 40, se inscreveu nesse empreendimento do Estado brasileiro, que aliado à tradição conservadora nacional, oriunda do período colonial e imperial, passou a enfrentar as expressões da “questão social” a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador. (ORTIZ, 2010, p.88).

A partir deste ponto, dedico atenção maior a análise deste projeto reformista conservador ¹⁴, devido a sua importância na formação social brasileira. O objetivo desta análise é demonstrar como ele esteve presente no Brasil nas relações de continuidades e rupturas, principalmente com a entrada brasileira no capitalismo. Resgato aqui a análise de Ortiz (2010) sobre esta questão, com o objetivo de aprofundamento do entendimento deste projeto no capitalismo liberal e na fase monopolista brasileira:

O processo de industrialização introduzido e consolidado no Brasil, embasado neste projeto reformista conservador, exigia que o Estado formasse um aparato governamental que permitisse o desenvolvimento do capitalismo e a adequação da classe trabalhadora a esse novo modelo de produção. Com isso, torna-se necessário o surgimento de profissionais com perfil determinado, dentre eles o assistente social, que fossem capazes de responder as demandas sócio-históricas desse projeto.

Foi a própria realidade marcada pelas exigências e necessidades do capitalismo, agora em sua fase monopolista, que ao mesmo tempo impõe o desenvolvimento do capital de forma desigual, porém combinada entre os países, que requereu também a constituição de um projeto integrador [de caráter reformista e conservador], o qual a partir da apreensão de fundamentos teóricos, metodológicos, filosóficos e políticos oriundos das mais diferentes matizes, forjou uma determinada postura do Estado brasileiro em especial, no trato das expressões da “questão social”. Este, conforme analisado anteriormente, tentou enfrentar tais expressões a partir de algumas

¹⁴ Concorro com Ortiz (2010) e a maioria dos pensadores que afirmam que o projeto reformista conservador está balizado no conservadorismo moderno, que tem seu surgimento tangenciado pelo aparecimento da sociedade burguesa com a Revolução francesa de 1789. O conservadorismo moderno é o novo pensamento que surgiu neste contexto, para servir de base para as alterações políticas, econômicas e sociais provocadas pela revolução que derrubou o antigo regime e instaurou o Estado burguês. Deve se destacar aqui que, este pensamento se adequou, no curso do desenvolvimento histórico e social do Estado burguês, aos interesses da classe burguesa, se aliando ou se antagonizando a outras classes sociais conforme as necessidades do desenvolvimento capitalista. Além disso, o conservadorismo moderno, também, incorpora alguns elementos constituídos anteriormente ao surgimento da burguesia, que foram adotados da mesma forma, pelo conservadorismo confessional e por teorias das ciências sociais desenvolvidas no contexto da revolução burguesa, como a família e a comunidade, para reforçar sua dominação. O conservadorismo confessional desenvolvido a partir da revolução burguesa e da perda de espaço político e ideológico da Igreja Católica possibilitou o surgimento do anticapitalismo romântico que, considera o desenvolvimento capitalista como inevitável e recupera elementos anteriores ao pensamento conservador moderno, na tentativa de recuperar seu papel social e de classe, no que diz respeito ao controle político e ideológico da sociedade. Esta tentativa em certa medida tem resultados positivos, pois o pensamento neotomista e sua adequação ao conservadorismo moderno com o anticapitalismo romântico reafirmaram e compuseram a estrutura capitalista industrial no que diz respeito ao controle da classe trabalhadora. O anticapitalismo romântico também é reforçado pelo conservadorismo das ciências sociais da época, que embasavam suas teorias e estudos filosóficos nas ideais supracitadas para adequar o pensamento da sociedade aos interesses burgueses e católicos. E, por se associarem de forma tão bem conectadas permitem a ampliação do capitalismo e sua consolidação no pensamento hegemônico da sociedade.

modalidades para este fim, dentre as quais os serviços e as políticas sociais. (ORTIZ, 2010, p. 114).

A atuação do profissional de Serviço Social visava, então, à mudança de comportamento da classe operária, de forma individual e/ou, principalmente, coletiva, para adequá-los ao capitalismo e as necessidades do mesmo. Assim, contribuindo para melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, sem produzir alterações significativas na ordem social e econômica vigente ¹⁵.

Esta atuação era estreitamente ligada ao chamado projeto reformista-conservador tanto no que diz respeito à atuação individual do profissional quanto à atuação deste enquanto representante e componente de instituições vinculadas a tal conservadorismo, já que a formação do assistente social e de outros profissionais da época era balizada pelo positivismo e suas derivações e influenciada pelo pensamento confessional católico.

Assim, o assistente social e outros profissionais, a partir destas matrizes teóricas, eram chamados a atuar no enfrentamento das expressões da “questão social” e o faziam pela via da naturalização e da moralização desta questão, pois estes eram elementos indispensáveis ao projeto reformista-conservador e, que estiveram diretamente ligados à atuação e formação do assistente social brasileiro nas cinco primeiras décadas pós 1930.

A historiografia revela que existem diversas fontes diferenciadas por traz do pensamento reformista conservador brasileiro, que se consolidava no contexto nacional. Tanto do ponto de vista confessional vinculado ao pensamento católico e anticapitalista romântico, quanto do ponto de vista de correntes políticas como o positivismo e o funcionalismo, que passam a formar a ideologia burguesa brasileira.

Em síntese, observa-se que, embora com argumentos de feições diferentes, mas com objetivos muito semelhantes, também os preceitos postulados pela Igreja Católica brasileira [estes fundamentados na sua própria Doutrina Social, bem como no pensamento humanista cristão] corroboraram, ao lado da tendência positivista, a qual Oliveira Vianna é, de certa forma, legatário e representante, na constituição e aprofundamento da versão brasileira do projeto reformista-conservador – necessário

¹⁵ Para melhor entender estas questões e se aprofundar neste tema em específico sugerimos a seguinte bibliografia: Ortiz (2010) e Barroco (2001).

à acomodação do Brasil no circuito monopolista internacional. (ORTIZ, 2010, p. 114)

Com relação a este pensamento conservador moderno legatário do projeto reformista conservador brasileiro, não por acaso, passa a ter maior visibilidade no país na década de 1930, em consequência da entrada do Brasil no modelo capitalista industrial. E, se adequou perfeitamente a realidade brasileira pelas condições históricas pré-existentes, descritas com bastante propriedade por Ortiz (2010):

Queremos afirmar que, no Brasil, o projeto de sociedade, de caráter reformista-conservador, assumiu feições bastante articuladas com nossas particularidades históricas, calcadas no colonialismo, no escravismo, na dependência em face às potências capitalistas centrais, no caráter antidemocrático, onde imperam as mudanças “pelo alto” e a “ideologia do favor” a despeito da garantia do direito. (ORTIZ, 2010, p. 101).

É através deste conservadorismo que a sociedade brasileira industrial, assim como o seu aparelho estatal e profissional, terá seu pensamento e formas de agir direcionadas para a manutenção dos interesses do capitalismo nacional e monopólio internacional.

Mesmo que este pensamento se adequasse tão perfeitamente ao cenário brasileiro, isso não excluiu a luta da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho, principalmente no contexto capitalista que cria uma ampla disparidade entre a burguesia e o operariado. Por isso, o Estado se vê obrigado a adotar outras estratégias para controlar a classe trabalhadora, como concessão de alguns direitos sociais, principalmente aqueles voltados para a melhoria das condições trabalhistas e de cidadania das classes subalternizadas.

Porém, não podemos deixar de ressaltar que tais medidas não estão desvinculadas totalmente do pensamento conservador, pelo contrário, elas estão associadas diretamente ao positivismo e é parte da estratégia de governo para adequação da classe trabalhadora aos interesses do capital.

Estas estratégias formam uma mistura de autoritarismo e progressismo, amplamente incentivada no governo populista de Getúlio Vargas, onde o Estado teve papel social de ser o mediador entre patrões e empresários, tendo uma vinculação aparentemente velada, mas

objetivamente explícita com relação ao pensamento conservador, no intuito de minimizar as expressões da “questão social”. Sem resolver, efetivamente, suas consequências, já que elas são vistas como inerentes ao sistema capitalista, naturais e com vínculo direto com “a moral e bons costumes” da sociedade burguesa.

Este caldo ideológico vinculado ao pensamento reformista-conservador e a concessão de alguns direitos a classe trabalhadora possibilitou o corporativismo, muito característico e incentivado pelo governo Vargas, que corroborava com a falsa sensação de que patrões e empregados são iguais perante a representação do Estado. Esta temática é sintetizada de forma ímpar na fala de Bosi (1996) quando afirma que “A lei, aberta aos direitos do operário, enquanto trabalhador, fechou-se aos seus direitos, enquanto cidadão.” (BOSI apud ORTIZ, 2010, p.105).

Explicitados os fatores importantes para o entendimento do projeto reformista conservador e suas consequências para a formação sócio-histórica brasileira e, também, para as primeiras atuações do Serviço Social brasileiro, analisaremos agora as políticas sociais brasileiras e como se deu o processo de seu surgimento.

Estas políticas sociais surgem no Brasil de forma diferenciada em relação aos países centrais, em tempos históricos diferentes e as suas origens estão correlacionadas com as particularidades de reforma e conservadorismo da própria formação sócio-histórica do país, que tem como consequência as continuidades com o conservadorismo, que complexificam ainda mais as expressões da “questão social” e as formas de enfrentamento delas pelo Estado. Com relação a todos os processos que envolveram o surgimento da política social brasileira:

A primeira constatação é a de que seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltada ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de

classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como ‘pai dos pobres’, nos anos 1930. A distancia entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78 e 79).

Com relação a estas primeiras lutas de trabalhadores brasileiros é importante salientar que elas já demonstravam a instabilidade política da República Velha e a necessidade de instauração de um novo Estado que fosse capaz de atender as necessidades do desenvolvimento capitalista, que deveria ir além do modelo agroexportador de café, através da implantação da indústria.

Além disso, também nestas lutas já era possível perceber a influência da organização da classe trabalhadora no mundo, principalmente as lutas de 1907 na Europa com relação ao direito livre de organização sindical e pela Revolução Russa de 1917, refletido nos movimentos políticos, sociais e ideológicos que surgiam no Brasil, mesmo que em contextos diferenciados, como o desabrochamento do PCB em 1922 e a Semana de Arte Moderna no mesmo ano.

A crise de 1929-32 também traz repercussões de mudança no contexto brasileiro, mesmo que este ainda estivesse longe de se tornar um país de capital monopolista, já que ainda estava se desenvolvendo enquanto nação capitalista de cunho liberal particular como vimos anteriormente. De acordo com Behring e Boschetti (2011), há uma repercussão desse contexto de crise mundial no Brasil no que diz respeito à correlação de forças no interior das classes dominantes, que repercute diretamente nas relações desta com a classe trabalhadora.

Com a paralisia do mercado mundial em função da crise de 1929-1932, as oligarquias agroexportadoras cafeeiras ficaram extremamente vulneráveis econômica e politicamente. E aquelas oligarquias do gado, do açúcar e outras, que estavam fora do núcleo duro do poder político, aproveitam as circunstâncias para alterar a correlação de forças e diversificar a economia brasileira. Aqui, há destaque

para os produtores de carne do Sul, de onde vem a principal liderança desse processo, Getúlio Vargas, e que consegue o apoio de segmentos militares médicos, os tenentes – alguns deles partícipes da famosa Coluna Prestes e outros com clara inspiração autoritária e fascista –, bem como de bases sociais mais populares. Essa ‘revolução’, na verdade, foi um espécie de quartelada, com um afastamento não muito contundente da oligarquia cafeeira, a qual, por seu peso econômico, era o setor com capital acumulado para investir em outros produtos e impulsionar a diversificação da economia brasileira. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 105).

As autoras (2011) afirmam que o movimento de 1930 não representou a revolução burguesa no Brasil, mas sim, um movimento de mudança de direção no longo processo de constituição de relações sociais da forma tipicamente capitalista brasileira. Ou seja, Getúlio Vargas comandou um projeto de modernização conservadora, que entra em disputa na sociedade brasileira juntamente com novos atores sociais como o movimento tenentista e o movimento fascista, através do integralismo, e estes atores provocam mudanças em seu projeto político original e em seu pacto de compromisso inicial, principalmente com a instauração da ditadura de 1937.

Isto quer dizer que nos primeiros anos de seu governo, Vargas em resposta as reivindicações dos movimentos organizados dos trabalhadores cria legislações trabalhistas básicas para cobertura de riscos, seguindo a mesma lógica de políticas sociais elementares focalizadas e fragmentadas adotada pela maioria dos países desenvolvidos.

Porém, ao longo dos anos de seu governo estas medidas não foram suficientes para acabar com as lutas e os movimentos organizados mais radicais, o que faz com que este governo associe as medidas de coesão social e regulamentação das relações trabalhistas a outras medidas de cunho coercitivo, utilizando a força policial e também a própria instauração da ditadura para conter tais movimentos e garantir os interesses dos setores da sociedade aliados a este Estado refuncionalizado.

Assim, inicia-se a construção de um Estado social bem diferente do existente no contexto internacional nos países capitalistas monopolistas, com mediações internas particulares como o próprio contexto em que é criado, como a cidadania diretamente ligada à condição ocupacional através do registro formal de trabalho, o caráter corporativo e

fragmentado do Estado social brasileiro, dentre outros. Este processo é restrito e incompleto em comparação com a experiência keynesiana-fordista do capitalismo central. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

É nesse contexto que o Serviço Social começa a obter espaço na sociedade brasileira, pois se criam as condições para sua profissionalização e as demandas para sua atuação, principalmente, nas instituições católicas apoiadas pelo governo e pelas oligarquias dominantes. Os assistentes sociais passam a ser requisitados cada vez mais para atender as necessidades de adequação e controle social ¹⁶ da classe trabalhadora.

Portanto, concordo com Netto (1992) e Ortiz (2010) quando eles afirmam que o Serviço Social surge a partir da complexificação do capitalismo (fase monopolista) e pelos desdobramentos históricos, tanto em nível nacional quanto internacional, para dar conta do enfrentamento das expressões da “questão social”. E, que as condicionalidades que possibilitam o surgimento desta profissão estão diretamente ligadas ao surgimento do capitalismo e se intensificam pelas demandas da fase monopolista do capital, seja dentro ou fora do Brasil.

Assim, a instauração das primeiras políticas sociais advindas desse novo Estado social, tão necessário para a consolidação e legitimidade da burguesia nacional nascente e tão articulado aos interesses do capitalismo monopolista internacional, torna indispensável à criação de instituições públicas, principalmente, e privadas, para dar conta dos atendimentos assistenciais atribuído a este Estado e nestes espaços ocupacionais, como dito acima, irão atuar os primeiros assistentes sociais.

¹⁶ Entende-se, aqui, por controle social, nos termos de Carvalho (1980), os mecanismos criados pela burguesia ou pelo Estado para manter a classe operária sobre controle, tais mecanismos vão de intensificação de medidas repressivas à concessão de alguns benefícios – principalmente trabalhistas – e a implementação de algumas políticas públicas para enfraquecer as organizações dos trabalhadores, desarticulando-as na perspectiva de impedir que elas representassem uma grande ameaça aos interesses da classe dominante.

1.3. PARTICULARIDADES DA IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE AS PROTOFORMAS E A PROFISSÃO

Conforme Netto (2007), as protoformas do Serviço Social no Brasil estavam enraizadas na doutrina da Igreja Católica e seu pensamento confessional, baseado na caridade tradicional executada pelas classes dominantes. Essas atividades assistenciais tinham caráter filantrópico para o cumprimento dos mandamentos da Igreja, exclusivamente.

Estas características das protoformas do Serviço Social não desapareceram completamente com a sua profissionalização ou com a expansão desta categoria profissional a partir das necessidades do capitalismo monopolista. Estes profissionais atuam nas instituições do aparato do Estado sobre forte influência da lógica do favor, do assistencialismo, do clientelismo e da tutela do Estado, balizando todas as relações entre Estado e sociedade no Brasil por este ângulo.

Em relação à assistência social, Draibe e Aureliano (1989) consideram que é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável de suas configurações. Contudo, uma certa centralização se inicia, em âmbito federal, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. Essa instituição foi criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas, o que aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social. Posteriormente a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a Constituição de 1988. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 107 e 108).

Estas instituições foram utilizadas para distribuição da assistência dada pelo Estado, e ainda continuam a ser até hoje, ambientes de atuação privilegiado dos assistentes sociais. E, é a partir delas que surgem as demandas dos serviços destes profissionais. Sobre esta última afirmação, Iamamoto e Carvalho (2007) explicam que:

A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados. Estabelece-se, então, uma disjunção entre intervenção e remuneração, entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma

demanda, que na maioria das vezes não é dele. A demanda dos serviços profissionais tem, pois, um nítido caráter de classe, o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado, um certo caráter “oficial” ao mandato recebido. Passa o profissional a dispor de um suporte jurídico-institucional para se impor ante o “cliente”, mais além de sua solicitação, restando ao usuário aceitar ou não os serviços prestados, não podendo deles se subtrair. O caminho que percorre o cliente até o profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelos organismos que contratam o profissional, os quais são, em geral o alvo da procura do usuário. Porém, para obtê-los, é obrigado a passar pelo Assistente Social, enquanto um dos agentes institucionais que participa da implementação de tais serviços. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 83 e 84)

Ou seja, esta profissão é parte integrante das instituições onde atua, sendo o assistente social um trabalhador assalariado contratado para atuar tanto no aparato estatal, quanto nas instituições privadas. Desta forma, é interessante observar que a profissão não pode ser entendida no processo de reprodução social desvinculada das organizações institucionais, pois nelas estão também as demandas de sua intervenção profissional.

Outros fatores característicos da profissão são: a variedade de campos institucionais onde o assistente social pode atuar – fruto das múltiplas formas de expressões da “questão social” –, os diversos instrumentos e técnicas operativas e as diferentes vertentes ético-políticas utilizadas pelos profissionais de Serviço Social ao longo de sua história. Estes e outros fatores têm como consequência à vulnerabilidade profissional ao sincretismo ¹⁷.

“A polivalência aparente é a mais nítida consequência da peculiaridade operatória do Serviço Social – v.g., da sua intervenção indiferenciada. E, sobretudo, a expressão cabal do sincretismo que penetra todos os interstícios de sua prática.” (NETTO, 2007, p.105).

Com relação a esta estrutura sincrética característica do Serviço Social, observamos sua origem já na formação inicial desta profissão, pois o nascimento do Serviço Social contou com agentes sociais que buscavam o distanciamento em relação a suas protoformas para levar sua intervenção social para além da caridade tradicional, o que traria maior legitimidade e reconhecimento profissional para esta categoria – tentando sua desarticulação com o

¹⁷ Conforme Netto (2007), a profissão de Serviço Social é altamente atingida pelo sincretismo, assim como outras profissões. Mas, essa estrutura sincrética específica do Serviço Social se deve as peculiaridades de sua prática profissional, somada à falta de suporte de uma concepção teórico-social embasada no pensamento crítico-dialético.

pensamento confessional e os mandamentos designados pela Igreja Católica – das formas as mais variadas.

Nesta tentativa de afastamento foram adotadas algumas práticas e instrumentos pela categoria, conforme descreve Netto (2007), como a aproximação de pensamentos vindos das ciências sociais, tentativa de generalizar uma sistemática orgânica para a formação profissional, o esforço em produzir documentação própria e vinculação crescente das intervenções a formas de organização das instituições.

Essas tentativas de afastamento das protoformas não obtiveram os resultados esperados pelos profissionais. Todavia, a necessidade dessas mudanças na forma de atuação dos agentes sociais pode ser explicada pelas alterações provocadas na sociedade brasileira pelo capitalismo, principalmente em sua fase monopolista, tornando-se necessária sua profissionalização e a modernização de sua intervenção, para além da caridade tradicional de cunho essencialmente religioso, com o objetivo principal de atender as necessidades do capital.

De acordo com Netto (2007), essas novas práticas que pretendiam se afastar do assistencialismo e das atividades essencialmente filantrópicas, tendo como pano de fundo as expressões da “questão social” corroboraram para a consolidação do Serviço Social enquanto profissão, por um lado. Mas, por outro lado, tais práticas não conseguem alterar, de forma substancial, a intervenção destes profissionais ou mesmo distingui-la do que era efetuado pelos agentes sociais não profissionalizados, pois não havia um entendimento teórico do pensamento crítico e dialético que refletisse nessa intervenção e a diferenciasse. O que nos remete mais uma vez a tendência brasileira de modernizar aquilo que é conservador, mantendo as relações de continuidades e rupturas próprias de nossa formação histórica, que também influenciou diretamente o surgimento desta profissão.

Assim, surge “[...] um ator novo que, alocado ao atendimento de uma demanda reconhecida previamente, não desenvolveu uma operacionalização prática substantivamente distinta em relação àquela já dada.” (NETTO, 2007, p. 99 e 100).

Este acontecimento ocorre, segundo o mesmo autor, por duas razões concretas: a primeira está balizada nas condições reais de intervenção dos agentes nos fenômenos sociais dentro da sociedade brasileira e nas instituições onde atuam e a segunda se refere à própria funcionalidade do Estado no confronto das relações sociais.

Ou seja, o objetivo principal do Estado, essencialmente, a partir de sua refuncionalização para atender os interesses da burguesia brasileira e internacional, de suas instituições e, conseqüentemente, da atuação dos seus agentes sociais não estava relacionado com a alteração da ordem societária. Mas se relaciona sim, com a adequação da classe trabalhadora ao modelo de sociedade capitalista pré-existente no mundo, que se instaura, mesmo que de forma diferenciada, no contexto brasileiro, e que estes trabalhadores soubessem exatamente qual o seu papel neste modelo político social e econômico – força de trabalho.

Isso nos permite entender que mesmo sendo o assistente social um profissional liberal e que este não esteja diretamente envolvido na produção e reprodução da vida material do capitalismo, isto não o exclui do processo produtivo e exploratório da classe trabalhadora. Ou seja, este profissional é parte do todo tanto como componente da classe trabalhadora quanto como instrumento de controle social de classe dentro das instituições onde atua.

Sendo o assistente social um dos agentes inseridos na política de controle social das classes subalternizadas pelo Estado capitalista e posteriormente pelo Estado monopolista, que têm por bases o fetichismo mercantil, a alienação e a reificação¹⁸ dos indivíduos na vida cotidiana, este profissional está, mesmo que indiretamente, inserido na falsa objetividade

¹⁸ Para entender o fetichismo mercantil, o processo de alienação e reificação provocados pelo capitalismo e ampliados e complexificados na idade dos monopólios, sugerimos como referência Netto e Braz (2007). Estes processos não serão aprofundados neste trabalho por não serem objetivos centrais deste estudo.

criada pelo sistema capitalista no que diz respeito ao trabalho e as relações sociais dos indivíduos (NETTO, 2007).

Aqueles que demandam sua intervenção profissional – as classes dominantes e do Estado – esperam que o assistente social represente individualmente e como categoria profissional, portanto, o pensamento burguês, contribua para o alastramento deste pensamento como hegemônico e consolide o mesmo através do senso comum e de sua própria prática profissional, reforçando e ampliando as formas de controle social da classe trabalhadora ¹⁹.

Sendo este o papel do assistente social demandado pelo Estado brasileiro e pelas classes dominantes nacionais e internacionais e executado por esta categoria profissional exatamente desta forma por muitos anos, se concretiza a tendência de alastramento da demanda do serviço destes assistentes sociais na década de 1940, e principalmente, 1950 a partir da entrada efetiva do capitalismo monopolista no cenário brasileiro em decorrência do processo de industrialização já ter alcançado níveis macrossociais na economia brasileira, passando a ser necessária uma ampliação da dominação política e ideológica da classe trabalhadora através do Estado na fase dos monopólios, para que o capitalismo continuasse a se desenvolver.

Ou seja, esta expansão necessária da profissão se deu pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista e pela necessidade imposta por este de constituir profissionais para intervenção nas expressões da “questão social”, o que também justifica a ampliação do mercado profissional dos assistentes sociais, a busca por uma qualificação melhor deste profissional para atuar na gestão de políticas públicas e a necessidade vista pelos próprios assistentes sociais de se expandir enquanto categoria profissional formalmente reconhecida.

¹⁹ Neste ponto, é importante ratificar, concordando com Netto (2007), que o controle social possibilitado pelo fetichismo e alienação é eficiente até certo ponto, pois com o passar do tempo, com os embates entre a realidade e a falsa objetividade, com os esforços de organização e luta da classe trabalhadora, tais formas de controle podem perder a força. Para melhor entendimento de tais questões, recomendamos à consulta a obra completa do autor supracitado.

É a partir dessa atuação do Serviço Social em consonância com o projeto reformista conservador brasileiro, tendo profissionais com perfil determinado e diretamente ligado aos interesses do Estado e das classes dominantes que se desenvolveram as condições para consolidação da imagem deste profissional no imaginário social de forma tradicional.

Sobre esta e seu processo de consolidação, concordo com a análise de Ortiz (2010), quando afirma que a imagem tradicionalmente consolidada se perpetua ainda hoje, mesmo que a categoria profissional pretenda um rompimento total com as primeiras práticas vinculadas ao pensamento reformista-conservador na atualidade.

Esta imagem está diretamente ligada à origem do Serviço Social e possui traços de continuidades de suas protoformas. Estou de pleno acordo com Netto (2007) e Ortiz (2010) quando estes afirmam que o surgimento do Serviço Social brasileiro se deu a partir da complexificação do capitalismo, principalmente em sua fase monopolista, o que impulsiona os desdobramentos históricos a nível nacional e internacional para dar conta do enfrentamento da “questão social”, além das demais condicionalidades existentes na sociedade burguesa que também estão inseridas no surgimento desta profissão.

Mas em sua análise, Ortiz (2010) nos chama atenção sobre o surgimento do Serviço Social estar correlacionado a dois processos, de acordo com (Netto, 2007 apud Ortiz, 2010): O movimento do capital na fase monopolista, com consequente redimensionamento do Estado, e o fortalecimento no Brasil da Ação Católica – reação da Igreja Católica à perda de espaço político, econômico e ideológico ocorrido a partir do iluminismo, liberalismo e demais desenvolvimentos do pensamento burguês, além da formação do Estado Moderno.

Estes dois processos e os interesses comuns entre Estado e Igreja, no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da “questão social”, fazem com que eles se associem para constituição do projeto reformista conservador, criando as condições necessárias para o

desenvolvimento do capitalismo, de acordo com interesses internacionais e permitindo a contenção da organização e insatisfação da classe trabalhadora em sua grande maioria.

De acordo com Ortiz (2010), é esta ligação com a Igreja Católica e sua doutrina nas protoformas do Serviço Social, associada ao pensamento conservador burguês, que fez com que os primeiros assistentes sociais conquistassem seu espaço na divisão social do trabalho e ao mesmo tempo se mantivessem como uma profissão “diferenciada” voltada para uma missão doutrinária a “serviço do homem”.

No que diz respeito às características “diferenciadas” que levaram a necessidade de profissionalização do Serviço Social, no imaginário dos primeiros assistentes sociais, estavam diretamente ligadas a sua vocação, as suas características pessoais ligadas a “moral e aos bons costumes” e seu interesse pessoal em aperfeiçoamento do próprio apostolado cristão advindo da vinculação católica de suas protoformas. Neste sentido, apesar de sabermos que o fator principal que consolidou o Serviço Social como profissão se deve, principalmente, as necessidades do desenvolvimento capitalista, isso não estava muito claro para os assistentes sociais pioneiros, já que seu pensamento estava em consonância com os interesses naturalizados como hegemônicos pelas classes dominantes.

A prioridade da vocação como requisito para o ingresso na profissão indica uma outra característica que contribui na constituição do ethos profissional, e que acolhe consequências presentes até hoje, como, por exemplo, a dificuldade de o assistente social apreender o lugar que ocupa a teoria no exercício profissional; e o tratamento dado ao conhecimento teórico, ou a capacitação continuada na sua profissão. Logo, uma profissão cujo critério de ingresso se baseava nos valores morais e pessoais, não podia priorizar a produção ou a necessidade do conhecimento. Trata-se, dessa forma, do primado das qualidades morais do agente sobre seu saber, ou seja, a apreensão do conhecimento teórico como algo secundário para uma profissão cujo mote de adesão de seus postulantes, bem como as requisições feitas pela divisão do trabalho aos agentes profissionais, baseava-se na vocação e na boa vontade. (ORTIZ, 2010, p. 120).

Outro fator que contribui para a formação do ethos profissional e que se perpetua na imagem tradicional do Serviço Social consolidado socialmente, muito bem descrito por Ortiz (2010), está no perfil dos candidatos a profissão daquele tempo. A maioria esmagadora dos primeiros assistentes sociais eram mulheres, como ainda é nos dias de hoje, pertencente às

classes dominantes e detentores de um grande arcabouço cultural, que entendiam seu papel na sociedade como educadoras e cuidadoras por vocação, de acordo com o modelo tradicional de família burguesa e seu papel dentro deste modelo familiar específico.

Dessas mulheres, a maioria era solteira e buscava na profissionalização uma alternativa para sua condição, pois sua intervenção tinha representação política e, mesmo estando abaixo das mulheres casadas na hierarquia social, eram reconhecidas enquanto assistentes sociais e educadoras por formação e natureza.

Essa imagem antiga é observada no discurso dos usuários e na visão que a maioria da sociedade tem do assistente social até os dias atuais, já que muitos caracterizam este profissional como sendo sempre uma mulher, que pode estar relacionada com a bondade e a caridade, quando esta possibilita o acesso do usuário aos direitos sociais existentes ou pode estar relacionada com os órgãos de fiscalização e coerção da classe trabalhadora, quando esta nega ou suspende o acesso a programas sociais oferecidos pelas instituições públicas do Estado ou pelas privadas.

Sobre estas afirmações cabe entender que mesmo que hoje haja um número maior de homens optando por esta carreira profissional em comparação com a quase inexistência deles no início da constituição profissional, o número de homens no Serviço Social é incomparavelmente menor que o número de mulheres, o que justifica dizer que esta ainda é uma profissão essencialmente feminina, segundo os dados da pesquisa nacional “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” (CFESS, 2005).

Com relação à imagem que o assistente social tem na sociedade capitalista brasileira, é possível afirmar que esta visão antiga tem grande influência na construção do senso comum sobre tal categoria. Pois, mesmo havendo imensas transformações no pensamento hegemônico destes profissionais e em sua prática, principalmente a partir da década de 1980, e esforços hercúleos para o reconhecimento do novo projeto ético-político profissional, ainda

assim, somos vistos como “a moça boazinha e caridosa que pode me ajudar” ou “a mulher sem sentimentos que indeferiu um benefício social”.

Além disso, o Serviço Social surgiu no contexto internacional e se consolidou nele com esta imagem antiga, associada explicitamente ao pensamento reformista-conservador burguês. E, este cenário de construção profissional internacional foi reproduzido, em certa medida, na construção profissional brasileira e no seu pensamento reformista-conservador, que se particularizou pelas condições históricas pré-existentes no contexto brasileiro.

Assim, esta imagem antiga que se perpetuou no senso comum de todas as sociedades em consonância com os interesses do capitalismo monopolista internacional cria raízes profundas no imaginário social, o que dificulta ainda mais a desconstrução da mesma.

Temos que considerar também que as alterações no pensamento do Serviço Social, que permitiu seu rompimento com o pensamento reformista-conservador a partir da década de 80 no Brasil, não são uniformes em todas as nações, assim como os processos de formação e, até mesmo, o reconhecimento da profissão como sendo de nível superior ou técnico, que possuem uma imensa variedade no cenário internacional.

A vinculação do pensamento profissional com a dinâmica de cada nação e seu processo histórico, político e econômico também fazem com que a categoria profissional tenha discordâncias internacionais sobre a prática e isso também serve para o reforço da imagem antiga no pensamento social. Encontramos certa similaridade no pensamento do Serviço Social na América Latina, porém em lugares como os Estados Unidos, o que se perpetua até os dias de hoje é a imagem antiga do profissional.

O assistente social em sua imagem antiga incorporou todos os diversos elementos que caracterizavam o projeto reformista conservador em seu discurso e atuação profissional. Elementos esses que se misturavam tanto com as matrizes do pensamento confessional e do anticapitalismo romântico quanto com as matrizes do pensamento das ciências sociais, como

o positivismo, reproduzindo e reafirmando o projeto reformista conservador em cada atendimento social.

Nos termos de Ortiz (2010) em relação ao pensamento positivista e sua vinculação com o projeto reformista, a autora explica que:

[...] pode-se observar que a vinculação do pensamento positivista comteano, e mais tarde, a sociologia de Durkheim, com o projeto reformista, é clara, tendo em vista que o modo positivista de conceber o mundo e os homens fez desta matriz de pensamento, o principal sustentáculo político e ideológico da ordem burguesa; na verdade, o positivismo representa socialmente o modo de ser burguês. É é nesse sentido, que podemos identificar a forte influência que o conservadorismo em sua versão laica e positivista, bem como em sua vertente confessional e católica, exerceu no Brasil, encontrando aqui as condições históricas, as quais seriam também férteis, para seu florescimento, e conferindo ao projeto reformista-conservador brasileiro importantes particularidades. (ORTIZ, 2010, p. 101).

O assistente social incorporava não só o pensamento conservador burguês, mas também, as missões que tais instrumentos de controle social tinham como fundamentais, inclusive as missões de caráter educativo que pretendiam moldar os usuários de acordo com os padrões do sistema capitalista vigente, ou aquelas que consideravam os que não se adequavam ao modelo burguês de vida como seres doentes ou com falhas morais de caráter.

Com este pensamento reformista conservador advindo das ciências sociais ou do apostolado cristão, o assistente social moralizava as expressões da “questão social” e as naturalizava também. Desta forma, sua intervenção profissional não tinha qualquer relação com a mudança da situação da classe trabalhadora, sendo direcionada somente ao enquadramento dos trabalhadores ao que era considerada ideal e interessante a classe burguesa.

O fortalecimento do Estado e seu processo de refuncionalização encontraram nestes profissionais um dos principais aliados para atuarem como instrumento na implantação e enraizamento da ideologia burguesa na sociedade brasileira. Tanto pelo estreitamento de laços possibilitado pelo contato direto que este profissional tinha, e ainda tem, com a classe trabalhadora, quanto pela falsa sensação de que patrões e empregados são iguais perante o Estado, o que é reforçado pelas instituições assistencialistas.

Portanto, a atuação deste profissional e de outros dentro destas instituições, para cumprir os objetivos educacionais e de controle da classe trabalhadora, esteve condicionada a incorporar preceitos da filantropia, sempre vinculadas a Igreja, a burguesia e ao Estado, na tentativa de minimizar as insatisfações e reivindicações dos trabalhadores e consolidar o modo de produção capitalista, tanto no Brasil quanto no mundo.

Com efeito, Martinelli (1991) identifica o final do século XIX e início do século XX como um período na história, no qual é cada vez mais claro que o capitalismo é constantemente golpeado por pelo menos três elementos centrais: suas crises cíclicas, [...], cada vez de maior duração e profundidade; o avanço político-organizativo da classe trabalhadora, que portadora de consciência de classe já vislumbrava, não apenas melhores condições de vida e de trabalho, mas a superação da ordem burguesa em si; e o crescimento desenfreado da miséria, ainda que a pobreza fosse vista pela burguesia e seus aliados como necessária [e natural] para o desenvolvimento da ordem burguesa.

Em resumo, deveriam a burguesia e seus aliados – Estado e Igreja, ampliar e criar novas formas de conduzir o enfrentamento das expressões da “questão social”, para além das iniciativas existentes, mas ao mesmo tempo, sem delas prescindir. Ou seja, o tratamento das sequelas sociais deveria, neste novo momento histórico do capitalismo, pôr em marcha um eficiente projeto de cunho reformista-conservador, que aliasse a constituição e o cumprimento de uma legislação social e trabalhista aos princípios até aqui postulados, pautados no conservadorismo sob suas variantes principais: a laica – o positivismo – e a confessional – a Doutrina Social da Igreja e o humanismo cristão. (ORTIZ, 2010, p. 100).

Ou seja, é a sua vinculação com o pensamento conservador, seja ele vinculado às ciências sociais ou ao pensamento confessional, que possibilitou ao profissional do Serviço Social sua legitimação dentro do capitalismo. Mas, a sua herança advinda das protoformas como agente da caridade e sua missão de doutrinação daqueles que recebiam sua assistência corroboram, para que este profissional continue a ser um agente educador na sociedade capitalista para adequar a classe trabalhadora as necessidades da acumulação capitalista.

Segundo Ortiz (2010), foi neste processo de continuidade da prática profissional em relação as suas protoformas que permitiu a ruptura com as mesmas, pois os assistentes sociais eram requisitados para atuar nas instituições assistenciais, mas esta atuação não poderia se limitar a caridade ou a filantropia, já que na fase monopolista do capital e, conseqüentemente, com a ampliação e aprofundamento das crises cíclicas do capitalismo, necessitava que estes profissionais tivessem outro posicionamento no controle e direcionamento das classes

subalternizadas. A formação teórica do assistente social, mesmo que colocada em posição secundária, não poderia ser considerada como desnecessária, pois era ela que possibilitava a diferenciação do profissional de Serviço Social do agente da caridade tradicional, por isso havia uma aproximação, mesmo que rasa com conceitos das ciências sociais e teorias sociais.

O profissional que era considerado como competente na época, e que muitas vezes nos dias de hoje continua sendo considerado pelos seus empregadores como os verdadeiramente necessários, era/são os executores das políticas sociais, que condicionam sua prática a resolução de problemas, mesmo que seja de forma imediata ou inconclusiva, sem que este profissional esteja envolvido na formulação ou gerencia das políticas sociais, já que sua efetividade está no controle da classe trabalhadora.

Sabemos que o assistente social não foi ou é o único profissional chamado pelo capitalismo monopolista a intervir na realidade social ou nas expressões das “questão social”. Entretanto, a particularidade da atuação deste agente social está no fato de que ele realiza o atendimento social imediato com seu usuário e com isso pode estreitar as relações sociais com os mesmos e influenciar em sua vida cotidiana e comportamento.

Este fator particular da categoria profissional está diretamente ligado as suas protoformas, estando relacionadas com o imediatismo e caráter emergencial da atuação profissional, sejam para minimizar as expressões da “questão social” ou a readequação dos atores sociais a realidade burguesa. E, é exatamente este caráter de responder com rapidez e eficiência as demandas que são postas para o assistente social que tem garantido sua posição dentro da lógica da divisão social e técnica do trabalho.

Por isso, nos momentos das crises cíclicas do capitalismo, principalmente na fase monopolista, faz com que os empregadores solicitem os mais diversos posicionamentos do assistente social. Cabe, neste momento, a esse profissional não somente o controle, mas a condução das classes subalternizadas à redefinição de seu papel social, para que estes passem

a servir de massa de manobra para reverter às crises, principalmente enquanto mercado consumidor.

Ou seja, o papel do profissional dentro da sociedade é definido e redefinido desde suas protoformas pelas necessidades de produção e reprodução da classe burguesa para intervirem na realidade social de forma mais urgente e imediata possível. No Brasil, vimos que a profissão do Serviço Social surge nos anos de 1930, mas é somente a partir dos anos 40 e 50, com a entrada do capitalismo monopolista no cenário nacional, que o Serviço Social teve abertura de maiores espaços institucional para sua atuação. Assim, “o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.” (NETTO, 2007, p. 70).

Tendo isso explicitado, além dos principais elementos que compõem a imagem antiga do assistente social, é importante ressaltar que as condições para alteração da forma como os próprios profissionais se viam e a mudança provocada com o surgimento da nova imagem social deste em sua atuação estavam autoimplicadas na própria dinâmica criada pela sociedade capitalista e o papel social do assistente social na dinâmica do projeto reformista-conservador.

Isso quer dizer que a própria dinâmica monopolista, que aumenta de forma significativa a produção e, conseqüentemente, a superexploração da classe trabalhadora e extração de sua mais valia, torna exorbitante as expressões da “questão social” e exige que a preocupação do Estado e da burguesia no que se refere a investimentos em políticas sociais também aumente, para conter a insatisfação da classe trabalhadora.

Com isso, surgem novas instituições de cunho assistenciais e ampliasse o mercado de trabalho para os profissionais que compõem seus quadros, tanto na instância pública como nas privadas conveniadas ao Estado, dentre eles o próprio assistente social. O que faz com que o recrutamento, seleção e formação destes não atinjam somente as classes mais abastadas da

burguesia, mas atingiram também outros grupos das classes sociais, popularizando assim, o exercício profissional.

Portanto, a aproximação deste profissional com a realidade vivida todos os dias pelas classes subalternizadas é possibilitada pela própria atuação profissional e a entrada de atores sociais próximos a esta realidade em sua vida cotidiana, fazendo com que estes assistentes sociais constituam uma visão diferenciada a partir da relação tensional que surge entre as suas experiências e o discurso reformista-conservador, característico desta atuação.

Porém, aqui existe um impasse, que está associado com o próprio surgimento profissional e sua vinculação com suas protoformas, e este impasse é o que trará grandes dificuldades a esta categoria profissional para reconhecer que pode mudar tanto o seu papel social, quanto o lugar que ocupa na divisão social do trabalho. Este impasse é o caráter de subalternidade da profissão.

Já foi visto aqui que o assistente social é reconhecido pelos seus empregadores como mero executor de políticas sociais, não cabendo a ele a formulação ou gestão de tais políticas, devido à urgência do próprio capital, desde seu início com a vinculação a Igreja Católica, de manter a classe trabalhadora sobre controle. E, é esta urgência que dá ao assistente social este caráter de subalternidade em relação aos outros profissionais que atuam na gestão e criação de políticas públicas.

Outro fator que também contribui para esta subalternidade profissional está relacionado com a demanda de seus serviços não serem demandadas diretamente por seus usuários, mas sim pela própria instituição que contrata este trabalhador para possibilitar o acesso aos recursos institucionais disponíveis.

Esta subalternidade se perpetua até os dias de hoje em algumas instituições de cunho assistencial, onde o assistente social compõe a equipe multiprofissional, mas não depende dele que os recursos institucionais sejam produzidos e seus usuários estão condicionalizados a

necessidade que eles possuem destes recursos disponibilizados pela assistência da instituição, ou seja, não há uma demanda direta do público alvo das políticas pelos serviços deste profissional.

É claro que esta não é a realidade exclusiva da atuação desta categoria hoje, mas ainda encontramos profissionais que vivem esta realidade tanto pela sua apatia na disputa de espaço político dentro das instituições onde atua, quanto pela própria noção de que este é realmente o papel que lhe cabe naquele espaço, não sendo possível alterar tal realidade.

Justamente, porque, estes profissionais incorporam este papel social de subalternidade e não consideram o conhecimento teórico e a constante qualificação profissional como essenciais para a mudança nesta realidade. O que torna a frase “na prática a teoria é outra” tão comum na fala de muitos assistentes sociais, mesmo após a renovação de seu projeto ético-político.

Vemos aqui que, apesar de todos os esforços da categoria profissional para renunciar a sua imagem antiga, ainda existe até os dias atuais uma vinculação da atuação do assistente social com suas protoformas. E, que esta vinculação foi bastante recorrente na constituição até mesmo desta imagem antiga de profissional representante do pensamento reformista-conservador.

E, foi ela que possibilitou a falsa sensação de que quaisquer pessoas, mesmo sem qualificações de formação em Serviço Social, podem executar o trabalho destes profissionais. Isto também é reforçado pela noção de que este curso é fácil e pelo não reconhecimento da qualificação teórica e a capacitação continuada como algo primordial por alguns agentes da própria categoria profissional. Além da estrutura sincrética que tanto influencia a profissão dando a noção de que este agente pode e deve ser polivalente em sua intervenção.

Para entender melhor todos esses fatores autoimplicados na imagem social antiga do assistente social e como esta imagem influencia na sua própria visão de classe e profissional,

Ortiz (2010) propõe dois pontos diferenciados de análise que se complementam e se implicam mutuamente que são dentro deste contexto: i. a realidade vivida pelos profissionais dentro das instituições abre possibilidades de enfrentamento crítico dos dilemas cotidianos e, também, a longo prazo para a criação de alternativas da autoimagem deste profissional. Ii. O exame do processo de inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho, das requisições sócio ocupacionais daquele momento histórico para tratar as expressões da “questão social”.

Ou seja, é a análise de todos esses componentes juntos que nos permitem compor a imagem antiga do assistente social e de sua autoimagem. E, além disso, é a partir desta análise que podemos elencar os elementos que possibilitarão a superação total desta imagem um dia e o reconhecimento do papel social do Serviço Social, de acordo com os preceitos do código de ética da profissão de 1993 e da lei que regulamenta este exercício profissional do mesmo ano.

Partimos, finalmente, para análise desta profissão em relação a suas particularidades. Além disso, contemplaremos também a vinculação do Serviço Social com as relações sociais²⁰ e quais as implicações destas em sua intervenção.

Quanto à reprodução dessas relações sociais, Iamamoto e Carvalho (2007) explicam que é preciso entendê-las na produção e reprodução da vida material de determinada comunidade, porém a reprodução delas não se esgota nestes processos. Assim, esta reprodução “[...] é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 72).

Desta forma, é possível afirmar que a reprodução das relações sociais atinge todos os níveis da vida cotidiana de um indivíduo ou grupo social, incluindo o trabalho, a família e

²⁰ Ressaltamos que em todas as vezes que for citado o termo relação(ões) social(ais), entende-se este de acordo com o entendimento de Behring e Boschetti (2011), explicado na página dois deste trabalho. Ou seja, relações sociais provenientes dos processos de desdobramentos da questão social, tratando-se, especificamente da produção e reprodução das condições de vida, de cultura e da produção da riqueza.

também as profissões de modo geral. Com relação a estas últimas, tem relevância observar que estão inseridas no processo histórico-social, e, por isso, estão sujeitas tanto as suas dimensões teórico-ideológicas – sobre o exercício profissional vivido e/ou representado na vida cotidiana – quanto à contraditoriedades de sua atuação em atividades socialmente determinadas, por circunstâncias sociais objetivas, que dão direção social à prática profissional na defesa de certos interesses.

Portanto, as profissões estão sujeitas a correlação de forças intrínsecas ao processo histórico-social e para garantir as suas perpetuações ao longo da história necessitam se transformar para ora atender necessidades, ora atender outras de acordo com as circunstâncias sociais objetivas de determinados momentos históricos e também, eventuais mudanças no seu projeto ético político profissional.

Com relação a estas considerações fundamentais, o Serviço Social possui algumas especificidades, sendo uma instituição que compõe a organização da sociedade capitalista e por atuar pessoalmente com a realidade objetiva dos indivíduos, está diretamente relacionado com os interesses das classes antagônicas que surgem com a sociedade capitalista – burguesia e classe trabalhadora.

Outro ponto importante é a compreensão de que os personagens sociais que perpassam pela atuação do assistente social, assim como ele mesmo, não são indivíduos singulares somente. Mas sim, indivíduos sociais que possuem particularidades, condicionadas às determinações humano-genéricas.

Ao longo da trajetória do Serviço Social haverá momentos em que esta profissão tende a defender certos interesses em detrimento de outros. Em muitos momentos a defesa dos interesses das classes dominantes prevaleceu, pois a vinculação de trabalho deste profissional está diretamente ligada a estas classes, ao Estado burguês e suas instituições burocráticas. Assim como, a demanda de seu trabalho enquanto profissional advém destas instituições.

Visto que, o profissional do Serviço Social “responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO, 2007, p. 75), o entendimento de que o assistente social deve ter a intenção de recuperar a expressão da prática profissional e a sua diversidade dentro do movimento histórico²¹ é fundamental para a assertividade de sua atuação, evitando que este caia em ciladas como o messianismo, dentre outros, e se decepcione com a sua própria prática.

As necessidades do capital industrial e da urbanização possibilitaram o estabelecimento de relações sociais, antes inexistentes, entre o profissional, seu empregador, seu usuário e entre todos estes ao mesmo tempo. Relações estas, que criam novas demandas para o assistente social, novos enfrentamentos e exigem dele uma resposta profissional diferenciada para as diversas refrações da “questão social” para que a sociedade burguesa monopolista se desenvolva e se reproduza. Quanto a este ponto, Iamamoto e Carvalho (2007) explicam que:

[...] parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 76 e 77).

Desta forma, a atuação do assistente social está diretamente ligada e autoimplicada nas relações sociais desenvolvidas dentro e fora destes espaços ocupacionais, podendo defender e reforçar tanto os interesses da classe dominante, desempenhando seu papel social vinculado ao Estado e ao pensamento reformista conservador, quanto defender os interesses dos usuários

²¹ Tal movimento histórico aparece como pano de fundo da atuação do profissional na reprodução das relações sociais. Ele é expresso pela reprodução do capital que dá continuidade a esta sociedade e sua forma de organização, reproduz também, a exploração dos trabalhadores, as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, a ideologia burguesa, e, conseqüentemente, a produção das riquezas.

diretos dos serviços institucionais, o que é variável pelo perfil de cada profissional, tempo histórico ou projeto ético político e embasamento teórico.

Assim, a profissão não pode ser entendida no processo de reprodução das relações sociais desvinculada das organizações institucionais. O enfrentamento dos múltiplos aspectos da “questão social” perpassou ao longo da história por diversas instâncias controladas pela sociedade burguesa, seja através de atos individuais, de grupos católicos e instituições.

Isto quer dizer que desde a caridade tradicional, passando a repressão a todos os indivíduos que ameaçavam a reprodução do capital em suas mais variadas faces da “questão social”, a propagação do pensamento conservador burguês ao senso comum até chegar à centralização da prestação de Serviços Sociais pelo Estado na tentativa de controlar a classe trabalhadora, em todas essas etapas, tanto os agentes sociais não profissionalizados quanto os assistentes sociais estavam diretamente ligados às instituições, sejam elas confessionais ou laicas.

O que nos expõe o quanto a vinculação desta profissão com instituições públicas, principalmente, e privadas esteve presente desde a origem do Serviço Social e até mesmo em suas protoformas. Mostrando mais uma vez, as relações de continuidades e modernizações inseridas neste contexto, além da própria execução das atividades profissionais que também perpassam por esta dialética entre o conservador e o moderno.

O profissional de Serviço Social é partícipe da vida cotidiana da sociedade em que vive. Como a vida cotidiana de todas as sociedades é permeada pela história e sofre alterações contínuas em todos os aspectos, impactando principalmente as relações sociais há necessidade, também, de alterações nas ideologias e nas formas de agir e pensar das classes sociais.

Com isso, este profissional estará inserido no enfrentamento das expressões da “questão social” e precisará levar em consideração todos estes fatores para escolher que

interesses defenderá, que bases teóricas utilizará em sua prática profissional e com qual classe (burguesia ou classes subalternas) estará comprometido, em primeiro lugar, a sua atuação profissional e seu projeto ético-político. As formas de atuação e o papel do assistente social no cenário brasileiro foram transformados de acordo com as alterações no movimento histórico desta mesma sociedade.

Assim, é possível afirmar que em uma sociedade existem diversas vertentes de pensamento que influenciam a constituição da consciência individual ou de grupo, seus juízos de valor, constituindo a ideologia dominante e outros pensamentos, em menor número, que se desenvolvem em oposição total ao pensamento hegemônico ou propondo reformismos na ideologia dominante. Com a complexificação das relações sociais a partir do desenvolvimento capitalista, a consciência do grupo social e a ideologia dominante perpassam por mudanças para se adequar as necessidades de determinado tempo histórico.

Esta afirmação se reflete também nos assistentes sociais que mesmo enquanto grupo profissional, nem sempre terão os mesmos pensamentos e as mesmas formas de intervir, demonstrando também as adaptações que esta profissão, assim como outras, precisou estabelecer ao longo do seu processo de desenvolvimento, tanto para se legitimar enquanto profissão quanto após sua consolidação para atender a interesses diversos de acordo com o movimento histórico brasileiro.

Da mesma forma que a consciência ideológica dominante cria a falsa sensação de que tais pensamentos são os únicos possíveis para que aquela sociedade sobreviva e se reproduza, ou seja, criam-se representações da realidade para manipulação e controle, é possível afirmar que muitas vezes o assistente social está inserido na reprodução destas representações e contribui para ampliação e reprodução da consciência ideológica dominante como forma de controle social.

Todavia, em outros momentos históricos, este profissional procurou e ainda hoje procura alternativas para que esta ideológica dominante seja alterada.

Esse apreender parcial, mas nem por isso falso da realidade, é a forma necessária da consciência se constituir e se expressar, porque é gerada no mesmo movimento em que se opera a produção e reprodução do capital [...] Sua superação só pode se efetivar pela prática política das classes sociais em confronto. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 110).

O que há em todas as sociedades são pensamentos em disputa que de acordo com interesses dominantes entram e saem do contexto social, formando a ideologia de determinado grupo ou indivíduos, porém esta não consegue excluir ou mascarar totalmente as outras formas de pensamento existentes.

Como na sociedade capitalista as relações sociais, as formas de produzir e pensar são diretamente influenciados pela mercadoria, esta se torna a mediadora de todas as relações e formas de pensamentos. Porém, mesmo tendo a mercadoria como mediadora da intervenção dos assistentes sociais, isso não impede que o profissional entenda que sua atuação pode e deve assumir outros compromissos com a sociedade e as classes subalternas.

Isso acontece porque a realidade objetiva da atuação do assistente social junto à classe trabalhadora, o acompanhamento do que a exploração capitalista causa a essa classe, as lutas e a organização dos trabalhadores na tentativa de melhorar suas condições de vida e de trabalho, dentre diversos outros fatores mostra ao profissional que ele também faz parte dessa classe explorada, que ele pode contribuir para a alteração dessa realidade junto aos movimentos sociais de luta, principalmente aqueles vinculados a luta da classe trabalhadora, não só na perspectiva de garantia de direitos como também de mudança dessa realidade social.

E, por isso, o assistente social pode e deve se posicionar no contexto da exploração de sua força de trabalho e da classe trabalhadora em geral, superando o discurso ideológico dominante e alterando, em alguns momentos a vinculação deste profissional aos interesses classistas hegemônicos do capitalismo em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Mesmo que o assistente social não possa fugir da realidade institucional ou excluir as metas capitalistas.

Outra característica fundamental do Serviço Social é que os profissionais são formados intelectualmente para atuar na realidade social, utilizando conhecimentos advindos das ciências sociais. Ao longo da trajetória da profissão houve uma aproximação teórica com o marxismo e este entendimento teórico balizado pela teoria de Marx foi desenvolvido e aperfeiçoado por muitos assistentes sociais brasileiros, principalmente nos anos 80 com a efetiva renovação profissional, sendo aplicada a realidade social até os dias de hoje, mas isso não exclui a influência de outras vertentes das ciências sociais da atuação do assistente social.

Aqui é preciso explicar que:

O assistente social, que na sua qualidade de intelectual tem como instrumento básico de trabalho a linguagem [...] Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na realidade, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar a prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 88).

Isso não quer dizer que os assistentes sociais não realizam estudos, experiências ou trabalhos científicos, mas sim que este profissional é formado para pensar e intervir na realidade social, analisá-la baseando-se em teorias que tem como fundamento as ciências sociais e é a partir dessas ciências que ele vai desenvolver seus estudos.

E, a partir daí, poderá utilizar sua bagagem científica acumulada para entender o impacto das relações sociais na vida cotidiana dos usuários da instituição, dentro e fora deste espaço e da luta das classes em geral. Se este profissional for capaz de entender este processo, poderá propor uma intervenção na realidade objetiva, capaz de abranger a compreensão da totalidade desta.

Assim, o assistente social poderá fortalecer a visão institucional ou enfraquecê-la, de acordo com suas escolhas teórico-sociais e políticas efetuadas por ele. Paralelamente a isso, a aproximação fundamental com a classe trabalhadora, suas necessidades e sua vida cotidiana

podem conduzir o assistente social a alguns erros comuns, como o entendimento de que aqueles que demandam seus serviços são indivíduos emancipados das bases sociais e das relações com outros indivíduos. Ou seja, o entendimento equivocado de que o indivíduo social se esgota no ser singular, e conseqüentemente, em sua individualidade, não considerando que este ser singular também é ser genérico (ou partícipe do gênero humano).

Este erro comum entre estes profissionais é facilmente compreendido já que muitas vezes eles não conseguem se distanciar de sua atuação cotidiana para analisar a realidade objetiva. Isso acontece devido às múltiplas tarefas desenvolvidas pelo profissional durante seu expediente, causado pelas mais variadas demandas que chegam a sua porta e a pouca importância, dada pelo assistente social ou pela instituição, de forma consciente ou não, a necessidade de suspensão da vida cotidiana para entendimento e qualificação de sua intervenção.

Então, o assistente social acaba por reproduzir os discursos ideológicos da sociedade burguesa, culpabilizando o indivíduo por sua situação social, para mascarar as conseqüências da exploração e acumulação capitalista e o verdadeiro objetivo deste sistema econômico, que tem como pedra fundamental a acumulação e reprodução capitalista. Reafirmando assim, o pensamento hegemônico burguês e a naturalização do papel das classes subalternas nesta sociedade. Encarando qualquer problema social ou dificuldade de adequação dos indivíduos a esta forma de viver como uma falha pessoal deste.

Estas são algumas das particularidades da profissão que mais possuem relevância para este estudo, pois elas sempre reaparecem na atuação de muitos, mesmo após o entendimento hegemônico da categoria de que era necessário construir a renovação profissional. Esta última contemplou esforços variados, principalmente no Brasil e na América Latina, para consolidar o rompimento com o conservadorismo burguês e seu projeto reformista conservador.

2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A historiografia mais crítica do Serviço Social (BRAVO, 2009; FALEIROS, 2005; NETTO, 2005, 2008 e 2009; ORTIZ, 2010) nos aponta que é a partir dos anos 60 que se inicia o processo de renovação desta profissão, na década de 70 este processo se inseriu e se restringiu ao campo universitário diante da conjuntura da ditadura militar e da necessidade sentida pela própria categoria de buscar um amadurecimento teórico para balizar o seu processo de renovação.

Neste capítulo pretendemos estudar os principais motivos que levaram a necessidade de renovação profissional do Serviço Social – tanto por questionamentos e divergências internas a profissão, quanto pelas constantes mudanças exigidas pela dinâmica do capitalismo monopolista no que se refere ao exercício profissional – e os rebatimentos deste processo no Serviço Social contemporâneo.

O importante a destacar sobre este processo de renovação da profissão é que seu desenvolvimento se deu nos últimos trinta anos das formas as mais variadas, houve alguns equívocos e alguns acertos e estes juntos permitiram o amadurecimento da profissão, tanto teórico-metodológico como técnico-operativo, ético-político e organizativo enquanto categoria profissional. Todos os elementos desse processo corroboram para a formação de uma nova perspectiva profissional e determinam o surgimento de um novo perfil e uma nova imagem do assistente social.

De acordo com a revisão bibliográfica efetuada para a elaboração deste trabalho, entendo que a renovação do Serviço Social no Brasil, que continua em processo de construção coletiva pela categoria, atingiu um de seus momentos mais importantes a partir de fim dos anos 80 e início dos anos 90, porque este é o período em que ocorreram as alterações profissionais legais, documentais e estruturais que marcam o rompimento com o Serviço

Social tradicional e o comprometimento dos assistentes sociais com os interesses das classes subalternas no enfrentamento das expressões da “questão social”, tendo como pano de fundo a redemocratização do país e a luta por direitos junto aos principais movimentos sociais. Esta renovação altera completamente o perfil e a autoimagem dos assistentes sociais a partir da consolidação de um novo projeto ético-político, provocando mudanças em todas as dimensões do exercício, formação e organização profissional.

Nestas mudanças, incluímos as transformações nos principais documentos e marcos legais que envolvem a categoria como a reformulação do Código de Ética em 1986 e sua revisão em 1993, a aprovação federal da nova lei de regulamentação profissional em 1993 (nº 8662/93), a reconfiguração das entidades representativas do Serviço Social (como exemplo podemos citar o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS), o processo de mudança de diretrizes curriculares, iniciadas em 1979 e implementada em 1982, que culminou com a mudança no currículo profissional, em 1996.

Sobre as mudanças ocorridas no currículo profissional no processo de renovação do Serviço Social, é preciso abrir aqui um parêntese: Após a mudança no currículo mínimo da profissão em 1996, é sentido pela categoria a necessidade de aprimoramento deste, o que ocasionou outra reforma curricular entre os anos de 1998 e 2000, na perspectiva de contribuir para a formação de um profissional mais generalista, rompendo com as especificações e entendimento da sociedade de forma mais crítica, tendo a “questão social” como objeto da profissão. (FALEIROS, 2005).

Todavia, este processo de renovação profissional é dinâmico, sofre mudanças, principalmente porque percorre as alterações sócio-históricas, políticas e econômicas existentes na sociedade nacional e internacional ocasionadas pelo capitalismo monopolista e seus interesses. Tais alterações exigem que a categoria profissional esteja em constante movimento para avançar no seu processo de renovação e ao mesmo tempo traçar estratégias endógenas e estabelecer parcerias com setores comprometidos com a democratização do

Estado e da sociedade, para não permitir que os avanços conquistados pela renovação até agora sejam perdidos ou descaracterizados por movimentos conservadores extremos ou por aqueles que defendem a reatualização do conservadorismo de forma explícita ou camuflada.

Neste capítulo, veremos também algumas das estratégias adotadas pelo Serviço Social brasileiro que contribuem para os avanços com relação aos objetivos de sua renovação, de seu novo projeto ético-político, de sua nova autoimagem que, reflete no imaginário social, e as possibilidades para que esta se consolide como a imagem social da profissão.

2.1 A EROSAO DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E A RENOVAÇÃO PROFISSIONAL

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2008, p. 131).

O processo de renovação do Serviço Social se constituiu como uma necessidade em âmbito internacional em decorrência da crise estrutural, a partir do final da década de 1950, que afetou os padrões de dominação sócio-política e denunciou a falência do Serviço Social tradicional (NETTO, 1980). A partir daí, este processo teve seus principais rebatimentos na América Latina através do movimento de reconceitualização, que tratarei mais a frente.

De acordo com Netto (2008), o ponto de origem da renovação do Serviço Social está na laicização da profissão, que condiciona esta categoria a buscar novas formas de atuação, formação e exercício profissional, de acordo com os interesses da autocracia burguesa.

Aqui, é preciso deixar claro que o processo de renovação não foi desencadeado por empilhamento natural de fatos históricos, pelo contrário, a renovação do Serviço Social brasileiro, assim como a que ocorreu também em muitos países da América Latina, se fez necessária por estar diretamente ligada ao desenvolvimento das relações capitalistas durante

sua “modernização conservadora” ²², influenciando o mercado nacional e as agências de formação destes profissionais. (NETTO, 2008).

Assim, torna-se muito claro a relação dialética do Serviço Social com os interesses do capitalismo monopolista nacional e internacional, porque é justamente na tentativa de se renovar, para dar conta das necessidades e pressões impostas pelo mercado de trabalho, no que diz respeito à mediação das relações sociais e enfrentamento das refrações da “questão social” – que são ampliadas pelo capitalismo monopolista e pela própria “modernização conservadora” articulada por ele – que, os assistentes sociais começam a sentir a necessidade de pensar alternativas às práticas e concepções tradicionais que já não atendem mais as demandas do capital.

Isto é, o processo de renovação do Serviço Social possui um caráter opositivo e contraditório, já que permite que se estabeleçam condições para a renovação em consonância com os interesses da autocracia burguesa e, ao mesmo tempo, também permite que se crie espaço para geração de novas possibilidades para o exercício profissional e até mesmo para o surgimento de um novo perfil profissional. Isto é possível pela dialética que este movimento impulsiona, da qual o pluralismo é legatário:

Trata-se, como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, *perspectivas diversificadas*: a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. Este pluralismo, contudo, não esbate o cariz comum às suas vertentes, inédito em face da evolução profissional anterior: nesta, o fundamento da instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente, e a validação

²² “[...] em sintonia com Fernandes, diz Nogueira: ‘nossa modernização tem sido conservadora, aliás, duplamente conservadora. Em primeiro lugar, porque se tem feito com base na preservação de expressivos elementos do passado’ (1998: 266). Em segundo lugar, a modernização tem se dado de forma não-democrática, sem participação popular, e sob hegemonia conservadora. Seria uma modernização sem modernidade, já que elementos decisivos desse encontro, numa acepção clássica, como a democracia e a cidadania, estão pouco presentes. [...] Nogueira observa a força da *permanência* no país, e que o Estado atuou como protagonista ao mesmo tempo modernizador e reproduzidor do passado, sempre sob a hegemonia de interesses conservadores. Para ele, [...], a ideia de *modernização conservadora* combina-se a outras categorias com forte potencial explicativo para o Brasil, tais como a *revolução passiva*, categoria que Gramsci extraiu da realidade italiana, marcada pela resolução de contradições sem rupturas clamorosas, ou o conceito de *via prussiana*, haja vista o protagonismo estatal no processo de modernização, com a conciliação de interesses de segmentos das classes proprietárias.” (NOGUEIRA apud BEHRING, 2008, p. 117, grifos do autor).

teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões. É próprio do processo de renovação a *coexistência* de legitimação prática e validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição. Nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece, sob todos os aspectos, como um *avanço*: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa, registra-se uma articulação que lhes oferece uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação de seus componentes internos. (NETTO, 2008, p. 131, grifos do autor).

Destaco neste ponto as mudanças e os avanços provocados no debate teórico-metodológico da profissão a partir do movimento de renovação do Serviço Social e a vinculação destas mudanças à entrada da profissão no âmbito acadêmico, o que permitiu que pela primeira vez os assistentes sociais tivessem uma aproximação contundente com as disciplinas das ciências sociais e conseguissem articular sua atuação com as vertentes teóricas.

Assim, os assistentes sociais passaram a ter a oportunidade de participar das discussões sobre o tratamento das expressões da “questão social”, não somente como receptores e executores de políticas sociais, mas, podendo também, participar de suas formulações e implementações, a partir do movimento de renovação e a aproximação da formação deste profissional com as ciências sociais. Além disso, o próprio Serviço Social passou a ser questionado, por seus agentes profissionais, o que possibilitou que ele virasse objeto de estudo e crítica desta categoria de forma pioneira, a partir deste movimento.

Considerando tais características, temos que admitir que as mudanças provocadas pela renovação do Serviço Social em relação ao debate teórico-metodológico, assim como em outros aspectos, não ficaram isentas de equívocos, exageros ou análises ecléticas. Porém, não podemos deixar de ratificar que tais mudanças trouxeram avanços ímpares no que diz respeito ao plano intelectual dos assistentes sociais, seu posicionamento ético-político e contribuiu, principalmente, para a construção de um novo perfil destes profissionais.

Além disso, possibilitou, também, o direcionamento da categoria à superação da subalternidade profissional, que envolveu o exercício dos assistentes sociais durante todo o seu desenvolvimento histórico-social e profissional, a partir das mudanças na postura crítica

de segmentos de vanguarda da categoria, advindas do amadurecimento provocado pelas alterações teórico-metodológicas deste processo de renovação. (NETTO, 2008).

Com relação à América Latina em geral, explodiu nos anos de 1970 a crise do Serviço Social “tradicional” ²³, a partir do desgaste do padrão capitalista desenvolvimentista, instaurado desde o fim da segunda guerra mundial, através da era de grande crescimento econômico dos anos subsequentes, que entrava em decadência.

A partir desse desgaste do padrão capitalista desenvolvimentista cresceram os movimentos de luta em toda a América Latina, pois se intensificou a exploração sobre as forças de trabalho para garantir a manutenção dos lucros do capital frente ao contexto de desaceleração do crescimento econômico e crises cíclicas. Além disso, estrategicamente os governantes burgueses também reordenaram os recursos destinados às políticas sociais, e, conseqüentemente, os movimentos de luta passaram a questionar a funcionalidade do Estado e a própria cidadania baseada no direito a propriedade privada, que defendia interesses de uns em detrimento de muitos outros. (NETTO, 2008).

Pelo dinamismo e expansão do capitalismo, a classe operária se desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe da Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1979; a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos Tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação de El Salvador (1980-1992), são marcos que confirmam que “em contato com essa realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea” [...]. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 125).

Criou-se, assim, um ambiente perfeito para o adensamento de questionamentos, os mais diversos, incluindo o papel social que cada profissional exerce nestas sociedades latino-americanas. Foi nesse contexto que o Serviço Social, outras profissões e alguns setores da sociedade passaram a se questionar sobre este papel, sobre elementos da sua própria profissão,

²³ Entendemos que Serviço Social “tradicional” não tem o mesmo significado de Serviço Social “clássico”. Para um estudo mais completo sobre esta diferenciação, sugerimos Netto (1980).

sobre sua legitimidade e sobre a burguesia e sua capacidade de gerência através da ordem capitalista.

Somado a essa conjuntura está à degradação do modelo de Serviço Social tradicional na maioria dos países em que o esta profissão já tinha se institucionalizado e se legitimado, sobre este processo:

A segunda metade dos anos de 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivamente, dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam). No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.

[...] No caso deste (“Serviço Social tradicional”), seu pressuposto visceral, a ordem burguesa como limite da história, foi amplamente questionado; seus *media* privilégios, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do *welfare* viram-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos da integração na “sociedade aberta”, apareceu infirmado; sua enganosa assepsia política, formalizada “tecnicamente”, foi rechaçada; e a sua eficácia enquanto intervenção profissional foi negada a partir de seus próprios resultados. (NETTO, 2005, p. 6 e 8, grifos do autor).

Netto (2008) chama atenção para três dos principais elementos que sofrem mudanças a partir destes questionamentos e que atingem diretamente o Serviço Social em seu processo de renovação, são eles as ciências sociais, a igreja, principalmente a Católica, e o movimento estudantil.

As ciências sociais que balizavam o agir dos assistentes sociais passam a ser criticadas insuflando o surgimento de novas teorias sociais modernizadoras, antagônicas e até algumas que se aproximavam dos ideários socialistas, o que possibilitou uma primeira aproximação destes profissionais com o marxismo.

Foram adotadas novas posturas, ideias e interpretações teológicas pelas igrejas, principalmente a Católica, na tentativa de manter o seu controle político e ideológico sobre a sociedade, que afetaram o Serviço Social em todas as suas dimensões:

[...] no quadro da formação (sensibilizando setores docentes por outras vias menos vulneráveis às pressões sociais), no quadro da ação (mediante a sua relação com as

militâncias laicas e suas “obras sociais”) e no quadro da sua visão de mundo (coroando-se um clima de diálogo vocacionado para a debilitação do velho sectarismo vaticano. (NETTO, 2008, p. 145).

Estas novas posturas adotadas pela igreja procuravam justificar posicionamentos antiburgueses e anticapitalistas para se mostrar sensível aos movimentos de luta das classes subalternas, frente as suas insatisfações com os rumos que o desenvolvimento capitalista tomara. Além da reordenação de bases dentro destas instituições e da aproximação com o baixo clero e suas demandas mais populares, ocorrida principalmente a partir do pontificado de João XXIII, que tinham a mesma intencionalidade descrita acima.

E, por último havia, também, a reprodução de toda dinâmica de contestação global ao modo de produção capitalista e seu desenvolvimento, reapresentada pelo movimento estudantil, de forma característica por sua “rebeldia juvenil”, trazendo novos ideais ao seio do Serviço Social, colocando o modelo tradicional da profissão em xeque nas agências de formação e escolas, apoiado por muitos docentes, forçando as discussões sobre a profissão e seus problemas de forma ampliada no contexto internacional, tanto no meio acadêmico como fora dele.

Quando analisamos o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, especificamente, temos a primeira impressão, equivocada, de que este processo é o responsável pelo fim do hegemonismo do Serviço Social “tradicional” neste país. Todavia, Netto (2008) nos faz entender que as bases para erosão do Serviço Social “tradicional” brasileiro são anteriores ao processo de renovação e também ao próprio estabelecimento da autocracia burguesa como classe dominante no contexto sócio-político e econômico.

Isto quer dizer que a autocracia burguesa contribuiu para aceleração da erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil, porém os elementos que constituíram o desencadeamento deste processo foram anteriores a sua ascensão, nos últimos anos da década de 1950, e seus interesses.

A erosão do Serviço Social “tradicional”, de acordo com Netto (2008), estava sim relacionada **ao contexto sócio-político e econômico nacional, associado à cultura e aos interesses internacionais do capitalismo monopolista**, que exigiam dos assistentes sociais mudanças para que estes profissionais se adequassem as novas necessidades de controle social da classe trabalhadora, advindos da ampliação das expressões da “questão social”, principalmente com o adensamento da industrialização pesada.

Houve, inclusive, uma intensificação da necessidade de contratação de profissionais de Serviço Social nos anos 50 e 60, para dar conta desta ampliação das expressões da “questão social”, em decorrência da industrialização, já consolidada no país, e seu processo de expansão diante do capitalismo monopolista.

Tal adensamento fruto da industrialização pesada e da entrada de fato do Brasil no modelo de capitalismo monopolista, mesmo exercendo um papel de economia dependente e subserviente aos interesses externos, exigiu que o Estado brasileiro e a autocracia burguesa tomassem medidas preventivas para manutenção do modelo capitalista e permanência do poder nas mãos desta classe dominante emergente no país.

Portanto, é possível afirmar que o Serviço Social “tradicional” entrou em decadência no Brasil, **fundamentalmente por conta das pressões e exigências estabelecidas pelo mercado de trabalho, que respondia aos interesses do capitalismo monopolista**, já que o exercício profissional tradicional não conseguia dar conta das novas demandas advindas da intensificação da exploração da classe trabalhadora exercida pelos monopólios. A partir daí, foi sentido pelos assistentes sociais a necessidade de modernizar seu exercício profissional para responder as imposições do capitalismo internacional e, a partir dos anos de 1950, do capitalismo nacional controlado pela autocracia burguesa, que refletiam no cotidiano de trabalho destes profissionais e nas instituições onde atuavam.

A grande maioria dos profissionais não tinha plena consciência de que tal modernização era necessária por conta dos interesses monopolistas, mas havia uma sensação de que o agir profissional e seus métodos eram obsoletos – principalmente as intervenções de caso e grupo –, e precisavam ser modernizados para acompanhar as novas demandas postas pelo mercado que batiam a porta do Serviço Social cotidianamente.

Estou de pleno acordo com Netto (2008), quando ele resume em três elementos, extremamente relevantes, o desgaste do Serviço Social “tradicional”: a dissincronia com as “solicitações” contemporâneas do capitalismo, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva legatária do exercício dos assistentes sociais. Estes elementos sinalizam a crise que viria nos anos seguintes e o desgaste do modelo de Serviço Social “tradicional”, que alguns anos depois, deixaria de ser o modelo profissional hegemônico, acompanhando o próprio amadurecimento de alguns setores da categoria e os rumos históricos que tomam a sociedade brasileira após a ditadura militar, no contexto da luta pela redemocratização, como veremos mais a frente.

Além disso, já nos cinco primeiros anos da década de 1960, era possível observar o desprestígio do Serviço Social “tradicional” e a crescente valorização da renovação com destaque à intervenção no plano comunitário – principalmente ao que se refere à elaboração de teorias sobre o desenvolvimento de comunidade como método profissional. Criando assim, pela primeira vez dentro da categoria, uma heterogeneidade de maior densidade, o que faz com que surjam diversas derivações de métodos interventivos e embasamentos teórico-metodológicos, balizados pelas múltiplas correntes das ciências sociais.

Somamos aos acontecimentos extraprofissionais desta época, descritos nos parágrafos acima, os elementos internos a profissão que, contribuem para que o Serviço Social brasileiro reatualize o conservadorismo e, se encaixe no padrão imposto pelo governo ditatorial a serviço da autocracia burguesa, alguns já descritos anteriormente: a falta de amadurecimento

político, a subalternidade profissional, a rasa apropriação dos fundamentos teóricos e o entendimento, da maioria dos profissionais, de que a prática não deveria estar associada ao questionamento da ordem social capitalista, o que impossibilitou um rompimento total e a superação do conservadorismo já naquele momento.

Esse desenvolvimento foi abortado pelo golpe de abril. Como variável independente, a autocracia burguesa modificou substantivamente o cenário em que ele vinha se desenrolando. Modificou-o muito contraditoriamente: num primeiro momento, pela neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortou com os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social “tradicional”: mas, com a implementação do seu projeto de “modernização conservadora”, precipitou esta mesma crise. É sobre este patamar que se vai operar a renovação profissional que é objeto de nosso interesse: ela arranca de um acúmulo prévio que, em boa medida condicionará o seu conteúdo. Realmente, as formas “tradicionais” terão seus fundamentos de legitimação colapsados em curto prazo, mas o conservantismo sociopolítico a elas inerentes engendrará outros componentes de fundamentação e legitimação para as suas concepções profissionais. (NETTO, 2008, p. 141).

Seguindo esta linha, novas exigências são colocadas para os assistentes sociais durante o período ditatorial, sendo incontestável a necessidade de uma renovação profissional diferenciada, ou seja, a renovação do Serviço Social no Brasil foi forçada a ser uma clássica reformulação profissional vinculada ao conservadorismo, para garantir o bem estar da dominação capitalista da autocracia burguesa.

É importante observar que mesmo com esta reformulação profissional o governo ditatorial a serviço desta autocracia burguesa esperava que, a atuação dos assistentes sociais não se distanciasse muito da prática vinculada ao Serviço Social “tradicional”, pois muitas destas práticas estavam de acordo com o pensamento conservador dominante. Nos termos de Netto (2008) surge assim uma direção importante para o processo de renovação numa perspectiva modernizadora²⁴.

²⁴ “De acordo com o autor, a perspectiva modernizadora é [...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formação exatamente na segunda metade dos anos sessenta – seus grandes monumentos, sem dúvida, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis – revelar-se-á um eixo de extrema densidade no evoluir da reflexão profissional: não só continuará mobilizando energias nos anos seguintes como, especificamente,

Desta forma, sobre este caráter modernizador imposto a renovação, o autor mostra, no mesmo texto, que o assistente social deveria aceitar de forma inquestionável a ordem sociopolítica capitalista e toda a dinâmica imposta pela ditadura militar autocrática burguesa, procurando insuflar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder as demandas apresentadas, dentro de seus limites. Inserindo assim, as características, valores e concepções mais “tradicionais” da profissão numa moldura teórica e metodológica mais sólida para subsidiar os seus vieses “modernos”.

Por isso, Ortiz (2010) afirma que o que se esperava do assistente social no período ditatorial, e ainda se espera deste profissional nos dias de hoje, era/é o perfil profissional vinculado ao conservadorismo do Serviço Social “tradicional”. E, este foi, efetivamente, o papel desenvolvido de forma hegemônica pela categoria na época, não somente nas suas intervenções como também no combate de pensamentos ou intencionalidades diferenciadas deste contexto.

Sobre o comportamento do Serviço Social brasileiro, nos anos iniciais da ditadura militar, principalmente, é importante ter em mente o que Netto (2008) nos chama atenção quando afirma que esta categoria ainda não possuía heterogeneidade de peso dentro da profissão, imperava nela ainda o consenso de direção interventiva e cívica, quase que completa abstenção político-partidária e carência de elaboração teórica significativa. Ou seja, a atuação da esmagadora maioria dos assistentes sociais da época se encaixava com as necessidades do Estado refuncionalizado e do mercado de trabalho, o qual o Estado é o maior empregador destes profissionais, e quaisquer tentativas de mudança de comportamento profissional caminhavam na perspectiva de se adequar cada vez mais aos interesses do Estado autocrático burguês e responder as exigências colocadas pelo mercado de trabalho.

mostrar-se-á aquele vetor de renovação que mais fundamentalmente vincou a massa da categoria profissional.” (NETTO, 2008, p. 154).

Por conseguinte, esse viés desenvolvimentista-conservador do Serviço Social nos anos iniciais da ditadura militar brasileira culminou no rompimento com o Serviço Social “tradicional” e, se encaixou, perfeitamente, as necessidades do projeto autocrático burguês ditatorial, renovando a profissão e criando um perfil diferenciado do tradicionalismo anterior mesmo vinculado ao embasamento teórico conservador.

Quanto ao desenvolvimento e organização do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, isto é, aquele iniciado a partir da segunda metade dos anos de 1960 no contexto da ditadura militar, para discutir os métodos profissionais utilizados pela intervenção do assistente social e suas fundamentações teórico-metodológicas, sem se desvincular da dominação do capitalismo monopolista e tendo grande vinculação com a reconceitualização latino-americana, temos como organismo pioneiro para condução destes processos o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social (CBCISS).

O CBCISS foi o responsável pela organização e abertura de diversos “seminários de teorização” para discutir a renovação profissional, dentre eles os de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). (NETTO, 2008). Somente à experiência conhecida como Método BH ²⁵, início dos anos 70, destoava do direcionamento de renovação atrelada aos interesses da autocracia burguesa e já mostrava sinais de resistência ao modelo de Serviço Social “tradicional”, tinha propostas teórico-metodológicas diferenciadas para a profissão, seu papel social e sua vinculação de maior expressividade estavam associados à defesa dos interesses das classes subalternizadas.

Já naquele momento havia possibilidades de pelo menos encaminhar a renovação profissional à superação das limitações impostas pelo modelo “tradicional” e iniciar a

²⁵ O “Método Belo Horizonte” foi uma experiência desenvolvida pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais no início dos anos de 1970. Bravo (2009) avalia que este método foi um marco teórico-metodológico resultante do movimento de reconceitualização e a primeira experiência que propunha um trabalho diferenciado, na perspectiva de efetiva renovação do Serviço Social vinculado aos interesses da luta das classes subalternas e na tentativa de romper com o modelo de Serviço Social “tradicional”. Nos termos de Guerra e Ortiz (2009), esta experiência e outras similares como o projeto da Escola de Trabalho Social de Valparaíso-Chile foram os germes para a “virada” do Serviço Social.

composição de uma alternativa completamente diferenciada para o Serviço Social e seu agir cotidiano. Contudo, estas possibilidades foram atropeladas pelos interesses da autocracia burguesa e pela “modernização conservadora”, comandada por ela, o que levou a consolidação desses interesses autocráticos a partir da imposição da ditadura militar, conduzindo o Serviço Social, inserido nesta conjuntura, a um direcionamento diferenciado.

Esta “modernização conservadora” e a imposição do modelo ditatorial no Brasil, assim como em muitos outros países latino-americanos principalmente, foram apoiadas pelos Estados Unidos, potência imperialista dominante, não apenas para suprimir ideias revolucionárias e/ou ligadas ao comunismo, que poderia representar uma ameaça a sua dominação política e econômica, mas também, para impor, com maior força, as nações dependentes regimes subservientes aos seus interesses, promovendo a cooperação imperialista. (NETTO, 2009a).

Ou seja, a ditadura militar foi instaurada no Brasil e nos países latino-americanos dependentes do imperialismo para reverter às perspectivas democráticas que ganhavam força nos contextos de crise do capitalismo, na efervescência do contexto de renovação, reconceituação e possibilidade de rompimento com o conservadorismo. Estas perspectivas democráticas no Brasil ganhavam força, antes da imposição ditatorial, a partir da intensa mobilização do movimento operário apoiado por setores médios da população urbana, tendo reflexos e rebatimentos também no campo e nas lutas dos trabalhadores rurais.

Netto (2009a) nos mostra que este contexto era favorecido pelo governo de João Goulart, que era sensível às demandas populares e linhas de democratização, o que caminhava na contramão dos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais, já que a implantação de direitos que beneficiavam as classes subalternas e a democratização política, e até econômica, promoveria mudanças de base no desenvolvimento capitalista do país, prejudicando a autocracia burguesa em geral.

As implicações de tal reorientação envolviam a erradicação do latifúndio, o enquadramento rígido do investimento estrangeiro e a penalização do grande capital, com o reforço do papel econômico-interventivo do Estado na plasmagem de um amplo e vigoroso mercado interno.

Mesmo que uma plataforma como esta não configurasse um projeto socialista (ainda que socialistas e comunistas fossem vetores importantíssimos no campo das forças democráticas), as suas consequências eram inequívocas: ameaçavam a forma que a dominação burguesa adquirira na nossa sociedade, forma na qual eficientes dispositivos operavam a evicção da massa do povo dos centros decisórios. À burguesia – no interior da qual havia segmentos vacilantes, em alguma medida propensos a um alinhamento no campo democrático – estava posto o dilema: ou ela se dispunha a negociar com as forças democráticas o reconhecimento da orientação macroeconômica (e, portanto, reconhecia a legitimidade do protagonismo político-social das classes e camadas subalternas), ou reafirmava a sua dominação de classe, recorrendo à solução de força para equacionar os impasses econômicos contornando as demandas democrático-populares. (NETTO, 2009a, p. 654 e 655).

Ficou claro que este impasse foi decidido a favor da reafirmação da dominação de classe, através do golpe de Abril de 1964 e, junto a ele, os setores burgueses, associados a instituições de representação social e política como a Igreja Católica, engendrou no senso comum o pensamento de que as proposições democráticas associadas ao comunismo e socialismo representavam na verdade o fim da propriedade privada e a dominação do “perigo vermelho” como uma ameaça ao governo brasileiro. O que contribuiu e facilitou a aceitação de muitos a implantação do governo ditatorial como uma reação a esta ameaça comunista, juntamente, com o contexto de crise econômica emergente desde 1963, que potencializava os conflitos de classe entre setores democráticos populares e as frentes reacionárias da burguesia e seus associados.

Entretanto este terrorismo de Estado não foi à única arma utilizada pela burguesia para conter as insatisfações daqueles que não apoiavam ou não foram convencidos pelo governo ditatorial, à economia e seu grande desenvolvimento do apogeu da ditadura, conhecido como milagre brasileiro²⁶, também teve papel fundamental neste processo de controle social.

²⁶ “Foi no marco dessa “modernização conservadora” – refuncionalizando e integrando o latifúndio – que o Estado ditatorial promoveu um ponderável desenvolvimento das forças produtivas, realizando de fato a “industrialização pesada” com a imposição de um “modelo econômico” que, entre 1969 e 1974, configurou o chamado “milagre brasileiro”, cujas resultantes gerais são conhecidas: nova inserção subordinada e dependente do país numa modificada divisão industrial, criação de um sistema bancário-financeiro monopólico, constituição de uma oligarquia financeira, redimensionamento da agropecuária voltada para a exportação, agravamento dos desequilíbrios regionais, crescimento urbano caótico e brutal concentração da renda e da propriedade (a que se conecta um mercado interno de bens de consumo que não cobria mais que 10% da população total). E, na base

Com relação ao que muda no Serviço Social após a instauração dessa ditadura militar, destacamos dois pontos principais: a ampliação do mercado de trabalho em termos nacionais – em consonância com a refuncionalização do Estado na fase monopolista do capital – e a consolidação da formação profissional através da incorporação do curso de Serviço Social no nível universitário em 1968, com a reforma deste setor ocorrida neste ano, por exigir uma maior “especialização” dos assistentes sociais e de outros profissionais em relação às novas especificidades do capitalismo em sua fase monopolista, que se refletiam no mercado de trabalho.

Aqui é preciso ressaltar que a entrada do Serviço Social no meio universitário é uma via de mão dupla, pois possibilitou a aproximação de fato dos discentes com as ciências sociais e nesta medida, tanto oportunizou a formação de correntes teóricas conservadoras reafirmando, como por exemplo, o positivismo, quanto proporcionou novos entendimentos sobre a realidade social.

Este processo é intensificado também pela necessidade de expansão dos cursos de Serviço Social para dar conta da formação do maior número possível de profissionais, que deveriam preencher o aumento de vagas de atuação na área, como visto anteriormente. A ampliação destes cursos obrigou o aumento do recrutamento de docentes, o que contribuiu para a heterogeneidade teórico-metodológica dentro da categoria, pois eles possuíam diferentes visões de mundo e eram influenciados por diferentes experiências práticas, teóricas, pessoais e profissionais. Passando assim, a expor seus pensamentos para os alunos, inflamar o debate profissional e o surgimento de diversidades de análises sobre a profissão e a sociedade.

A criação de cursos que pululavam por todo o país, passou a recrutar novos docentes de outras inserções sociais [não esqueçamos que a base de recrutamento dos assistentes sociais também tinha se ampliado para além dos segmentos mais abastados da sociedade], bem como com trajetórias acadêmicas distintas, ou seja, desde profissionais formados há mais tempo até os recém-formados. A convivência deste novo corpo docente com o meio acadêmico, dedicado ao aprimoramento intelectual, permitirá, num lapso de tempo consideravelmente curto, o acúmulo de

de todo esse movimento, que alterou substancialmente a estrutura de classes, um *componente essencial*: a superexploração da força de trabalho. (NETTO, 2009a, p. 658, grifos do autor).”

determinada massa crítica capaz de dinamizar o debate profissional, bem como sua própria Renovação em direções diferentes – majoritariamente, na manutenção da herança conservadora, travestindo-a de nova roupagem, entretanto para além do confessionalismo; e em princípio, minoritariamente, na intenção de ruptura efetiva com o histórico conservadorismo. E aí reside a contradição, (...), pois, se desde a sua emergência na divisão social e técnica do trabalho não encontrávamos divergências de fundo entre os assistentes sociais, mas um ambiente de relativa homogeneidade do ponto de vista político e doutrinário, no pós-64, esse quadro de convergência e homogeneidade terminantemente se desfaz com a entrada desse novo corpo docente e com a perspectiva pioneira no Serviço Social brasileiro de superação do histórico conservadorismo. (ORTIZ, 2010, p. 158).

Outro ponto importante a ser observado sobre a entrada do Serviço Social no âmbito acadêmico está na alteração de prioridades promovida por este processo, pois desde suas protoformas a prioridade era dada a vocação e, principalmente, a moralidade, porém a partir deste processo de renovação, passou a ser reconhecida a importância, e até mesmo, dado um cariz prioritário ao conhecimento teórico do profissional desta carreira, pela primeira vez.

Outra consequência imediata, segundo Ortiz (2010), em relação ao movimento de renovação brasileiro e a entrada do Serviço Social nas universidades foi à abertura de possibilidade do Serviço Social se tornar alvo de suas pesquisas. E, a partir daí, confrontar ideias e ideais, formar novas configurações de congressos e instância de organizações, envolver os assistentes sociais no debate e na prática baseada no Desenvolvimento de Comunidades – o que permite o convívio social destes com as necessidades macrossociais e amplia o horizonte de possibilidades de intervenção do profissional -, interagir com equipes multiprofissionais, possibilitando troca de experiência e aproximação com novos conhecimentos. Além disso, possibilitou também o reconhecimento da inferioridade deste profissional em relação aos outros componentes da equipe de atuação, do ponto de vista teórico, e aumentou o sentimento de real necessidade de revisão da profissão como um todo.

Todos estes fatores associados no período da ditadura militar passaram, portanto, a exigir também outro perfil de profissional capaz de encaminhar a sua intervenção diária com competência, sendo representantes da forma clássica de conservadorismo. Nos termos de Ortiz (2010) tal competência deveria ser expressa pela neutralidade, racionalidade da

administração burguesa e pela reatualização da herança conservadora da profissão para que esta estivesse em maior sincronia com os interesses desta fase do capitalismo.

A vista disso, este golpe de “modernização conservadora” dado pela autocracia burguesa confere ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro um caráter de continuidade com o seu passado conservador, mesmo que se possam vislumbrar algumas mudanças ou atualizações, e adia uma total renovação da profissão e o seu completo rompimento com o tradicionalismo. Todavia, dialeticamente, neste processo de renovação estão inseridas também as sementes que mais tarde contribuiriam para a superação e rompimento com o pensamento conservador hegemônico dentro da categoria profissional.

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na reconceitualização, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional. A passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional; quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado). (NETTO, 2005, p. 17, grifos do autor).

Inserido nesta conjuntura de rompimento com o modelo “tradicional” e renovação da profissão está o movimento de reconceitualização do Serviço Social, ocorrido entre 1965 e 1975. De acordo com Netto (1980), a reconceitualização se instaurou na América Latina em decorrência da crise estrutural da década de 1950.

Ou seja, o movimento de reconceitualização está diretamente ligado ao contexto sócio-político latino-americano de fim dos anos de 1950 e da própria década de 1960, que refletia a crise internacional do capitalismo daquele período. Além disso, as características de subserviência, exploração e total dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais capitalistas constituíram condicionalidades específicas, nestes países

dependentes que, ampliavam as expressões da “questão social” e alimentavam o próprio processo de reconceituação.

Sobre este contexto e nesta mesma perspectiva, Faleiros (2005) chama a atenção para o entendimento de que a efervescência ligada ao surgimento do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina possuiu relação direta com a luta contra o imperialismo norte-americano – e suas crises, recorrentes, que ocorrem cada vez mais e em menores espaços de tempo. Essa luta contra o imperialismo reuniu diversos componentes sociais, estudantes e profissionais, não só do Serviço Social, que se juntaram aos movimentos sociais de luta e engrossaram a massa popular que reivindicava a reforma estrutural da sociedade.

Nesse contexto, a formulação de um pensamento crítico no serviço social, vinculado à luta de classes, não foi obra de nenhum “iluminado”, mas o resultado de um processo histórico complexo de lutas, de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização de classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança de intelectuais com os dominados, explorados e oprimidos, na luta por mudanças profundas. Essa crítica ao imperialismo também foi articulada a uma visão crítica do socialismo burocrático, estimulada pelas reflexões de importantes intelectuais, como Sartre, Castoriadis e Althusser. (FALEIROS, 2005, p. 25).

Aqui é importante destacar outra observação deste autor (2005) quando ele mostra também que, esteve inserido neste processo de luta reconceituadora o surgimento, dentro do Serviço Social, de grupos profissionais, técnicos e de estudantes, que defendiam profundas transformações sociais nas estruturas de exploração e opressão das maiorias, e como se deu a articulação desses grupos com a classe trabalhadora, com o movimento estudantil e segmentos da igreja ligados ao baixo clero, para formulação de um pensamento crítico sobre a sociedade capitalista monopolista.

Isto quer dizer que no contexto da reconceitualização se instaurou a diversidade dentro da profissão, pois não existia uma homogeneidade no pensar e agir profissional, nem mesmo nos grupos profissionais críticos ou naqueles que vinculavam o Serviço Social ao marxismo, pois dentro destas vertentes críticas também existiam visões diferenciadas quanto à

interpretação teórica ou prática da realidade social, havendo assim, uma multiplicidade de olhares quanto à profissão desde o auge desse movimento reconceituador.

. Sobre este movimento de reconceituação do Serviço Social e sua importância:

[...] a reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face das manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso – ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. É este movimento, localizável praticamente em todos os países ao sul do Rio Grande, que permite uma espécie de *grande união* profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social. Ela é o ponto de partida para o processo que se esboça em 1965 e que, genericamente, tem como objetivo expresso adequar a profissão às demandas de *mudanças sociais* registradas ou desejadas no marco continental – e que sensibilizam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que, internacionalmente, como vimos, forçavam e parametravam alterações profissionais. (NETTO, 2008, p. 146 e 147, grifos do autor).

Este movimento de reconceituação teve importância ímpar para a renovação profissional latino-americana e traz ideais conflitantes, pois ele inaugura o cariz heterogêneo no contexto profissional, que de acordo com Netto (1980), gravitou essencialmente sobre duas propostas: modernizadora (adequação profissional as demandas institucionais) e ruptura (propõe alternativas para uma prática de natureza nova).

Quanto a esta heterogeneidade explícita que surge a partir da reconceituação, Ortiz (2010) também entende que existiam dois grupos que se destacavam: aqueles que propunham a modernização da profissão, para que esta se adequasse aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social e outro, mais radical, que propunha a completa ruptura com o passado profissional e queria que o projeto profissional visasse à ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação.

De acordo com Ortiz (2010) o movimento de Reconceituação era caracterizado por sua heterogeneidade e variedade de propostas que visavam o atendimento das necessidades de

cada país da América Latina e suas especificidades. Nesta mesma perspectiva, Bravo (2009) chama atenção para este movimento e afirma que o mesmo recusava a importação de teorias e métodos alheios à história da América Latina, por entender que estas teorias não poderiam dar conta das especificidades desses países.

Apesar de ter influência de várias vertentes teóricas, o Movimento de Reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas e, a partir de 1971, houve aproximação com a tradição marxista, sem entretanto uma apropriação rigorosa aos textos de Marx. A unidade do movimento consistiu na busca de construção de um Serviço Social latino-americano com a recusa da importância de teorias e métodos alheios à nossa história e na afirmação do compromisso com as lutas dos oprimidos. (BRAVO, 2009, p. 681 e 682).

Com relação a esta aproximação do marxismo sem recorrer à leitura das bases originais de sua teoria, Bravo (2009) nos chama atenção para alguns erros ocorridos no entendimento sobre o marxismo como a identificação da concepção teórico-metodológica marxista com as propostas de Paulo Freire, o que leva muitos profissionais vinculados com a reconceituação a afirmarem, também, seu comprometimento com as lutas do oprimido.

Apesar deste e de outros equívocos do movimento de reconceituação, houve muitos pontos positivos, que são frutos deste movimento, que contribuíram e influenciaram na renovação do Serviço Social latino americano, dentre estes pontos podemos destacar como principais: i. a interlocução crítica com as ciências sociais, ii. introdução do pluralismo pelos seguimentos de vanguarda da reconceituação, iii. a aproximação dos profissionais de Serviço Social na América Latina, iii. a transformação no entendimento destes profissionais sobre as noções de continentalidades e, também, iiiii. se evidenciou a dimensão política da ação dos assistentes sociais.

Sobre a interlocução crítica com as ciências sociais, que lançou a crítica ao tradicionalismo e estabeleceu, assim, as condições à primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, mesmo considerando seus erros, criou bases inexistentes anteriormente para entender a profissão sobre a ótica deste pensamento.

Quanto ao pluralismo, os assistentes sociais, vinculados ao movimento de reconceituação e suas vanguardas, principalmente aquelas que eram ligadas a vertente de ruptura, instauram a diversidade de pensar e agir profissional, o que ao longo do movimento – associado a conjunturas nacionais e internacionais de crise – levam a instabilidade e a alteração da hegemonia do modelo “tradicional” do Serviço Social e constituição de novos modelos de atuação. Consequentemente, também há um rompimento com a ideia de que a profissão implicava em homogeneidade de visões e práticas, o que traz a tona concepções novas sobre a natureza, função, objetivos e práticas dos assistentes sociais, incluindo os resultados dos recursos teórico-metodológicos utilizados por eles.

Quanto à aproximação dos assistentes sociais da América Latina em geral, houve uma completa modificação de suas relações entre si, o que possibilitou novas articulações endógenas e exógenas à profissão, articulações estas autônomas e desvinculadas de quaisquer tutelas confessionais ou imperialistas. Isto permitiu também que se ampliassem os debates sobre os mais diversos temas que atravessam o exercício e a formação dos profissionais e facilitou a organização dos assistentes sociais enquanto categoria profissional.

Em relação às transformações no entendimento destes assistentes sociais sobre as noções de continentalidade, é preciso entender que eles passam a enxergar as similaridades entre seus países e a compreender a importância de sua organização enquanto categoria para buscar alternativas aos problemas sociais comuns;

Por último, quanto à explicitação da dimensão política da ação profissional, **que é constitutiva de qualquer intervenção profissional**, esta foi somente reconhecida a partir do movimento de reconceituação pela maioria dos assistentes sociais – já que a explicitação de tal dimensão era altamente combatida pelo tradicionalismo. Isto não quer dizer que o Serviço Social “tradicional” não constituía nenhuma forma de politização, mas sim que o fazia “pela

direita” e criticava somente a politização profissional que estivesse ligada a crítica ao conservadorismo ou que se fizesse “pela esquerda”.

Sobre a politização do Serviço Social é importante abrir outro parêntese para explicitar alguns esclarecimentos com o intuito de evitar erros comuns ou críticas sem fundamentos à dimensão política profissional:

[...] *em toda a história (também) no Brasil, o Serviço Social possuiu uma dimensão inequivocamente política*, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação – como o demonstrou a clássica e até hoje indelével análise de Carvalho (apud cf. Carvalho, in Iamamoto e Carvalho, 1983). Mais: esta dimensão política traduziu-se, de modo também cristalino, na colagem de assistentes sociais a projetos político-partidários – quase sempre conservadores (recorde-se o velho Partido Democrata Cristão – PDC). Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a *dimensão necessariamente política* do Serviço Social tomando como exercício profissional da sua *politização* (e, eventualmente, da sua *partidarização*), há que sublinhar que ambas acompanham *toda* a história da profissão no Brasil. Numa palavra: também no Brasil os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalta-se que a *omissão* é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política).

Todavia, o notável, na tradição do Serviço Social no Brasil, é que só se destaca a participação política (especialmente político-partidária) de assistentes sociais, quase sempre como algo “negativo” ou “problemático”, quando ela se dá em defesa de causas e ideias vinculadas à esquerda. Assim, são acusados de “politizar” (ou mesmo “partidarizar”) o Serviço Social tão somente aqueles assistentes sociais que se alinham com projetos socialistas, enquanto aqueles que servem à ordem estabelecida – qualquer que seja ela – são geralmente vistos como os guardiões da essência profissional. Este fato, por si só, é um índice do *profundo conservadorismo* que marca o Serviço Social no Brasil e que, também em nosso país, remete ao truque barato do “apoliticismo”. (Quanto ao “apoliticismo”, vale lembrar a observação justa e irônica do grande ensaísta lusitano Antônio Sérgio, segundo a qual quem diz não gostar de política certamente adora política conservadora.) (NETTO, 2009a, p. 663 e 664, grifos do autor).

Voltando aos pontos positivos, de acordo com o entendimento de Netto (2005), o principal acerto do movimento de reconceituação do Serviço Social foi à recusa dos assistentes sociais de se situar somente como agente técnico puramente executivo. Quer dizer, a recusa dos profissionais de Serviço Social inseridos na reconceituação em ser somente executores terminais de políticas sociais, sendo este o momento inaugural das reivindicações profissionais por espaços e atividades de pesquisa, planejamento e valorização do estatuto intelectual dos assistentes sociais.

Entretanto, como já foi dito aqui, este processo de renovação e o movimento de reconceituação também não estiveram isentos de equívocos. É preciso destacar os pontos em

que o mesmo falhou para entender melhor tal movimento e buscar alternativas de superação frente a algumas características do Serviço Social, que influenciam de forma consciente ou não, a atuação de muitos profissionais na contemporaneidade, seja por convicção teórico-metodológica ou por reprodução de entendimentos imprecisos da realidade social de forma semelhante ao que era efetuado na reconceituação.

Sobre tais equívocos, estou de pleno acordo com Netto (1980) quando ele determina três principais propósitos que precisam ser destacados como carro chefe da crítica superadora²⁷ do movimento de reconceituação, para alteração efetiva do perfil dos assistentes sociais ampliando positivamente as formas de intervenção, são eles:

Em primeiro lugar, o seu arcabouço teórico: trata-se de desmontar o *ecletismo* que permeou o processo resultante na assimilação mal-digerida da teoria marxiana – haurida não em fontes originais, mas na divulgação rasteira, de tipo manualesco – a contrafações como a “teoria da dependência”, a “teoria do populismo” e quejandos. No mesmo plano, a tarefa é a de liquidar com o *epistemologismo* (clara marca althusseriana) e os equívocos dele derivados, tais como a postulação de uma “teoria” própria ao Serviço Social, bem como, ainda, a utilização arbitrária e indevida das propostas de Paulo Freire. Em segundo lugar, cabe pensar as suas *alternativas metodológicas*, desmistificando o formalismo metodologista que frequentemente encobriu um traço empirista a neopositivista. Ainda aqui, cabe enfatizar a inépcia no estabelecimento de mediações entre os objetivos estratégicos explícitos e as formas prático-imediatas de intervenção. Enfim, a crítica recai sobre o âmbito *político*: cumpre desnudar a ingenuidade política, oriunda tanto da incapacidade de conjugar análise de estrutura/análise de conjuntura quanto do *basismo*, que nunca dissimulou uma franca hostilidade para com as organizações operárias de tipo tradicional (especialmente os partidos comunistas). (NETTO, 1980, p. 61 e 62, grifos do autor)²⁸.

Assim, é de suma importância entender os erros do processo de reconceituação, pois é a partir deste entendimento que foi possível avançar no movimento de renovação do Serviço Social, construindo uma nova imagem da profissão e evitando a reprodução destes equívocos no exercício cotidiano. Além disso, também é importante conhecer e saber identificar a crítica

²⁷ Quando tomamos parte dos diversos trabalhos sobre o movimento de reconceituação e sua crítica recomenda-se um extremo cuidado ao analisá-los, pois com relação a tais críticas existem duas vias principais, Netto (1980): a conservadora e a superadora. A crítica superadora é a que realmente agrega valor ao movimento de reconceituação e acrescenta apontamentos críticos na perspectiva de contribuir com a renovação e seu avanço, já a conservadora se limita a desvalorizar a reconceituação e seus avanços, reforçar elementos vinculados ao Serviço Social “tradicional” e é perigosa porque ameaça constituir-se como ponto de partida para uma regressão profissional, a partir da negativa dos avanços da reconceituação. Para entendimento e comparação entre as diferenças fundamentais dessas críticas sugerimos alguns autores como Junqueira (1980), crítica conservadora, e Netto (1980), crítica superadora e desmistificação da crítica conservadora.

²⁸ Para maior entendimento destes e outros erros advindos da reconceituação, sugerimos Netto (1980), Netto (2005), Netto (2008) e Faleiros (2005).

conservadora ao movimento de reconceituação, seus entendimentos sobre os mais variados acontecimentos advindos deste movimento, para que se possa divulgar a incongruência desta crítica e polemizá-la continuamente, já que as alterações no contexto sócio-histórico profissional podem abrir brechas para que os segmentos conservadores, ainda existentes até hoje no interior da profissão, se reafirmem e ganhe força dentro da categoria, o que representaria um retrocesso e uma grande perda para tudo que foi construído até hoje.

Por isto mesmo, desvelar a inépcia da crítica conservadora reveste-se de um duplo sentido: resguardar a profissão dos danos realmente contidos na tendência restauradora e, ao mesmo tempo, acumular fôlego analítico de que o Serviço Social carecerá, dado um novo movimento de afluxo das forças comprometidas com a revolução social latino-americana, para transcender os seus constrangimentos institucionais. (NETTO, 1980, p. 75).

Portanto, estou de acordo com a avaliação de Netto (2005) sobre estes e outros erros característicos da reconceituação quando ele afirma que estes poderiam ter sido corrigidos se houvesse, naquela época, condições históricas e políticas para ampliação das discussões e do próprio movimento de reconceituação.

Entretanto, entre meados dos anos de 1970 e até, aproximadamente, o fim da década de 1980, foram instaurados em diversos países da América Latina regimes ditatoriais militares, apoiados pelos Estados Unidos, como principal estratégia para conter os movimentos que lutavam contra a dominação e exploração imposta pelo imperialismo, numa perspectiva de “modernização conservadora” das sociedades latino-americanas ligadas e dependentes ao capitalismo monopolista. Foi neste contexto que a reconceituação permaneceu como um capítulo inconclusivo, mesmo tendo rebatimentos na profissão até os dias atuais.

Estes rebatimentos ocorrem até os dias de hoje porque mesmo com o fim da reconceituação, já era sentido o aprofundamento das críticas superadoras daquele movimento, ela alimentava muitos dos avanços no processo de crescimento profissional do Serviço Social, que passou a se articular aos movimentos sociais de luta. Assim, o Serviço Social, passa a enxergar tais rebatimentos, tanto na perspectiva de organização enquanto categoria, quanto

nos incentivos diversos a investigações sobre a própria profissão, permitindo o maior entendimento sobre ela.

Desta forma, em meados dos anos 70, a união entre os assistentes sociais inseridos no movimento de reconceituação do Serviço Social dos países da América Latina é esfriada pela perspectiva “modernizadora” burguesa, através da implantação destas ditaduras nesses países e/ou pela repressão pura e simples que derrotou, mesmo que temporariamente, as alternativas democráticas e revolucionárias do movimento.

O primeiro país a sofrer com a trava no movimento de reconceituação foi o Brasil, com a instauração da ditadura militar em 1964, com exceção a experiência conhecida como Método BH na entrada da década de 1970. Os reflexos desse movimento de reconceituação no Brasil nos tempos da ditadura militar foram sintetizados essencialmente em uma modernização conservadora da profissão, como dito anteriormente, o que também ocorreu mais tarde na maioria dos outros países da América Latina, a exceção de poucos que conseguiram até mesmo desenvolver alternativas de ruptura:

[...] notadamente no Chile e na Argentina (com ressonância no Uruguai), e ainda na Venezuela e na Colômbia, ademais das tendências modernizadoras, a Reconceituação desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político ideológico. (NETTO, 2005, p. 11)

Faço aqui um adendo para lembrar que o movimento de reconceituação ocorrido em toda a América Latina entre os anos de 1965 e 1975 influenciam diretamente esta conjuntura brasileira descrita nos parágrafos anteriormente, e é possível interligar os diversos fatores deste movimento e a conjuntura internacional e nacional da época a esta divisão do Serviço Social brasileiro em duas vertentes, que demonstram os posicionamentos da classe a partir da reconceituação.

Isto quer dizer que há diversas semelhanças entre a renovação do Serviço Social brasileiro e algumas das características supracitadas, referente ao movimento de reconceituação profissional latino-americano. Num primeiro momento a análise do que ocorre

no Brasil e na América Latina, principalmente, parece até repetitiva devido a esta similaridade.

Porém, tais semelhanças não são coincidência, já que elas acontecem em consonância no Brasil e nos outros países da América Latina como um processo conjunto/complementar, e ainda, demonstram a influência do processo de reconceituação na renovação profissional do Serviço Social. O que mais uma vez nos prova que o movimento de reconceituação não se esgotou nele mesmo. Além disso, mesmo após a sua interrupção engendrada pela “modernização conservadora” burguesa, ainda reflete atualmente no agir profissional das vanguardas do Serviço Social que se comprometeram com o que foi iniciado pela reconceituação.

Aqui é preciso retornar ao contexto brasileiro com relação ao processo de renovação do Serviço Social após a instauração do período ditatorial, para compreender a relação deste processo com o movimento de reconceituação que ocorria na América Latina naquela mesma época. Observamos que mesmo neste contexto de terrorismo de Estado esta renovação sofre críticas e resistências de segmentos da categoria profissional, principalmente com o início do processo de crise deste modelo de governo a partir de meados dos anos 70, pela própria heterogeneidade criada e característica da renovação.

De acordo com Netto (2008) surgiram duas vertentes a partir desse momento, que atuavam de formas diferenciadas, mas disputavam junto à perspectiva modernizadora o direcionamento dos rumos tomados pela renovação do Serviço Social brasileiro: a reatualização do conservadorismo – que ganha força principalmente a partir de meados dos anos 70 quando a autocracia burguesa se vê inserida em seu processo de crise – e a intenção de ruptura – que ganha força também a partir de meados dos anos 70, no mesmo contexto de crise da autocracia burguesa, e no processo de redemocratização brasileira dos anos 80.

Bravo (2009) ao analisar o contexto que caracteriza o período de crise da ditadura militar afirma que houve uma distensão política, pois neste período o governo ditatorial exigia que o assistente social executasse novos canais de mediatização para continuidade da dominação burguesa, colocando a perspectiva modernizadora em xeque e incitando o surgimento destas novas vertentes que dariam um direcionamento diferenciado ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Retomando a caracterização destas duas vertentes, os elementos fundamentais da reatualização do conservadorismo são o questionamento e distanciamento da perspectiva modernizadora e sua teoria positivista, repúdio ao marxismo e atualização das bases mais conservadoras apoiadas no pensamento católico. Com relação à intenção de ruptura é a única vertente que critica de fato o Serviço Social “tradicional”, baliza seu pensamento no marxismo e propõe uma alternativa profissional para a completa superação do conservadorismo.²⁹

Com relação à crítica radical do tradicionalismo, encabeçada pela vertente intenção de ruptura, é importante deixar claro que esta vertente não propôs uma continuidade simples e rasa das ideias do movimento de reconceituação da América Latina, interrompidas pelas ditaduras militares, até porque as condições históricas no momento de abertura política “lenta e gradual” para a redemocratização do país eram outras, não sendo possível, assim, a continuidade pura e simples da reconceituação naquele momento histórico.

É importante aqui retornar as afirmações de Faleiros (2005) sobre os grupos que faziam uma crítica de maior peso ao Serviço Social “tradicional” no movimento de reconceituação e renovação, pois foi a partir do adensamento de vanguardas profissionais, ligadas a vertente de ruptura que, se tornou claro o rompimento de fato do Serviço Social com

²⁹ Salientamos que tais vertentes do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro são de extrema importância para entendimento deste processo e do que surgiria nos anos subsequentes no interior da categoria profissional. Entretanto, pelas limitações temáticas deste trabalho apontamos, somente, os elementos mais característicos de cada vertente. Para uma análise contundente desta temática sugerimos a leitura do capítulo dois de Netto (2008).

o conservadorismo nos anos 80, sua nova situação diante da sociedade de classes e seu novo significado profissional, que deveria ser articulado às reais necessidades da classe trabalhadora em suas relações históricas no contexto das sociedades capitalistas.

Aqui, pode-se ver ainda com maior clareza a influência do movimento de reconceituação na constituição do processo histórico-político do Serviço Social no Brasil, em especial, pelos pontos levantados no debate da reconceituação que induzem a renovação profissional brasileira como a nova relação teoria/prática, as transformações sociais no contexto capitalista, as articulações entre o profissional/científico/político e as condições e relações de trabalho.

Desta maneira, a intencionalidade da vertente intenção de ruptura era desenvolver a prática e a teoria numa perspectiva crítica, retomando a crítica radical do tradicionalismo, a partir dos avanços advindos da reconceituação. O que, após um processo de renovação, de fato – refiro-me aqui ao processo de renovação profissional dos anos 80 e 90, da profissionalidade dos assistentes sociais brasileiros – nos trouxe ao Serviço Social crítico dos dias atuais, nos provando que o movimento de reconceituação está vivo e que ele influencia o agir profissional na atualidade.

O sentimento de necessidade de renovar o agir profissional atingiu, também, as agências de formação, principalmente nos anos de 1970 após a instauração dos programas de pós-graduação. Estes programas refletiam em seus estudos as inquietações profissionais em relação a sua atividade cotidiana e seu papel social, muitos deles já mostravam os ideais e a vinculação teórica com a vertente de intenção de ruptura, o que contribuiu para o crescimento desta vertente, adensando a massa crítica³⁰ que se propunha a entender e superar o processo de incorporação do pensamento marxista enviesado fruto da reconceituação.

³⁰ “Observe-se que a expressão *massa crítica* refere-se ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber. O Serviço Social é uma *profissão* – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio técnica do trabalho –, com estatuto jurídico reconhecido (Lei n.8669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria

É a partir do adensamento dessa massa crítica no interior da profissão que começam a surgir às condições para o surgimento de uma nova imagem profissional do assistente social e para a própria “virada” do pensar, agir, formar e organizar do Serviço Social brasileiro, que trataremos a seguir.

2.2. A “VIRADA” DO SERVIÇO SOCIAL E AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DE UMA NOVA IMAGEM PROFISSIONAL

Outro ponto muito importante dos anos de 1970, vinculado ao contexto de reinserção da classe trabalhadora na cena política e crise político-econômica brasileira, e que merece destaque nesta análise, foi o acontecimento do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) no ano de 1979, mais conhecido como o Congresso da Virada. Este destaque merecido é justificado pelo grande rebatimento que este congresso teve para o Serviço Social, já que foi um marco de politização e mobilização, tendo grande importância para as mudanças profissionais advindas em sua sequência.

O III CBAS foi um grande momento histórico para o Serviço Social em geral porque nele a categoria profissional trouxe à tona as tendências democráticas que já eram possíveis vislumbrar no seio da renovação e da reconceituação profissional, mesmo que estas tenham sido freadas ou adiadas pelas ditaduras latino-americanas.

Apesar da importância do Congresso da Virada à politização do Serviço Social, concordo com Netto (2009a), quando ele diz que é preciso deixar claro que não é a partir deste evento que a profissão volta à cena política contra a ditadura. Ou seja, o autor ratifica que o Serviço Social nunca esteve ausente desta cena, nem mesmo antes da consolidação do

própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas e etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. Assim, enquanto profissão o Serviço Social pode se constituir, e se constituiu nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimentos, apoiada inclusive por agências públicas de fomento à pesquisa (como, por exemplo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq)”. (NETTO, 2009b, p. 152, grifos do autor).

governo ditatorial. Muitos destes profissionais apoiaram tal regime por convicção ou por oportunismo, não sofrendo assim grandes perseguições políticas na época, porém isto não significa que todo o corpo profissional apoiava o governo ditatorial, já que existia uma minoria de discentes, docentes e profissionais que lutavam nas mais variadas frentes para resistir a esta ditadura, que mais tarde também estiveram lutando na resistência democrática e no combate a autocracia burguesa.

A importância do III CBAS se deu, portanto, por conta de ser **o primeiro evento do Serviço Social que rompeu com a apatia da categoria e manifestou a tardia oposição dela à ditadura militar, vinculando o exercício profissional aos interesses da classe trabalhadora**. Foi um momento que deve ser lembrado, pois nele culminou o rompimento da profissão com o conservadorismo para se criar uma alternativa nova ao Serviço Social em consonância com os interesses democráticos da sociedade.

As instituições e fóruns representativos do Serviço Social brasileiro de maior peso, como os seminários de teorização, os antigos Conselhos Profissionais (CFAS/Cras) ³¹ e a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) ³², não representavam grande oposição ou expressividade combativa ao regime ditatorial e a autocracia burguesa, como foi mencionado na primeira seção deste capítulo, adotando uma postura de neutralidade, o que muda a partir das discussões e entendimentos dos assistentes sociais naquele congresso, III CBAS, tendo rebatimentos na atuação profissional e na autoimagem da categoria até os dias atuais.

Neste contexto da década de 1970, se instalava no mundo a crise econômica do petróleo (1975-1976) tendo seus reflexos na economia e política brasileira, pois mostrava a

³¹ O conjunto CFAS/Cras teve seu nome alterado para conjunto CFESS/CRESS durante a elaboração dos Códigos de Ética de 1986 e 1993 e formulação da lei de regulamentação profissional. (BRAVO, 2009 e VINAGRE, 2009).

³² “Em 1998, em assembleia da Abess que altera os seus estatutos, a entidade é reestruturada como organismo acadêmico político e associação científica, passando a chamar-se de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps)”. (BRAVO, 2009, p. 697).

vulnerabilidade econômica do país e sua subserviência aos interesses dos monopólios, mais uma vez. Associado a estes fatores de crise internacional, estava, consequentemente, a crise do milagre brasileiro, e, nos termos de Netto (2009a), a variedade de interesses da própria burguesia nacional, que não conseguiu manter a homogeneidade dentro de seu grupo de poder naquele momento, – na tentativa de defender interesses particulares – para se garantir no controle do Estado, já que este deveria servir basicamente ao grande capital, o que rapidamente contribuiu para a dissolução da base de apoio do governo ditatorial, que entra em decadência.

Com esta crise somada à incapacidade da classe dominante de se manter no controle do Estado, naquele momento histórico, cresceram os movimentos operários, populares e de trabalhadores rurais e, assim, se fortaleceu a classe trabalhadora que foi reinserida na cena política, contrariando a ganância da autocracia burguesa e seu governo ditatorial, contestando sua dominação.

No que se refere aos assistentes sociais que estavam inseridos nesta conjuntura e associados a esta resistência, vemos que nos anos de 1980, década tão importante para o Serviço Social brasileiro, já havia um significativo embasamento teórico-político e um adensamento da massa crítica, sob a influência mais forte da vertente intenção de ruptura. Os profissionais do Serviço Social e suas entidades representativas passaram a se apropriar mais das lutas políticas e dos movimentos sociais através do novo sindicalismo ³³, devido ao aumento das expressões das “questões sociais”.

Nesse período, além da contribuição na militância nos movimentos sociais e sindical, as (os) assistentes sociais estiveram presentes nos partidos. Embora a militância de esquerda na categoria fosse numericamente minoritária, sua presença espalhou-se por quase todos os campos da política: no movimento pela anistia, nas

³³ De forma resumida, caracterizo o novo sindicalismo no Brasil, a partir da intensificação das crises do capitalismo em sua fase monopolista que atinge o país, principalmente a partir da década de 1980, intensificando as expressões da “questão social” e aumentando a insatisfação da classe trabalhadora, culminando na necessidade de renovação das formas de luta dos trabalhadores articulados aos movimentos sociais. É considerado o renascimento do sindicalismo, pois tem a intenção de romper com o sindicalismo corporativista constituído desde a Era Vargas, para que este novo movimento lute de forma real pelos interesses da classe trabalhadora e fortaleça os sindicatos como entidades organizativas com consciência de classe. (NETTO, 2005).

associações de bairro e nos movimentos de mulheres, que defendem “bandeiras” contra a carestia, contra a violência e a tortura, pelo direito a creches, à moradia e outros. (VINAGRE, 2009, p. 722).

Foi nesta importante década que estes profissionais **se comprometeram efetivamente com a classe trabalhadora e com a defesa de direitos sociais e civis dos mesmos, consolidando este comprometimento no Congresso da Virada**. Houve um avanço real na luta pela democracia com a união dos movimentos sociais e representantes do movimento sindicalista para a exigência das eleições diretas e da ampliação de direitos. Em decorrência deste processo de redemocratização e das lutas sócias foi promulgada a Constituição Federal de 1988³⁴.

Relacionar o III Congresso à reinserção da classe operária na arena política é absolutamente necessário para compreender a sua significação – não foi por acaso que, no processo e na euforia da “virada”, substituída a mesa “oficial” do Congresso, nela tenha tido lugar aquele que, no momento, simbolizava a vigorosa emersão proletária na vida política, o então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não se trata apenas de significação simbólica: foi a imantação operada pelo protagonismo operário que precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade. Tendências e posicionamentos até então moleculares, asfixiados pela dominância conservadora (bem expressa na direção das instâncias e fóruns já referidos), encontraram condições de plena manifestação. É só (e não minimizemos este *só!*) neste sentido que o III Congresso trouxe o Serviço Social à cena política: trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade é a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: por intermédio do III Congresso, o Serviço Social que ingressa na cena política o faz *contra a ordem ditatorial* e, no interior da vanguarda profissional que implementa esse ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista. (NETTO, 2009a, p. 666, grifos do autor).

Portanto, é possível observar que os ganhos advindos a partir do Congresso da Virada para o Serviço Social só foram possíveis porque havia uma conjuntura favorável para sua

³⁴ A alteração na legislação brasileira de 1988 é algo que deve ser entendido como um grande avanço, pois é a partir dela que pela primeira vez na história do Brasil há um comprometimento legal com direitos políticos, civis e sociais, é reconhecido que a garantia destes direitos é de responsabilidade do Estado e a classe trabalhadora e setores subalternos da sociedade não são excluídos dos espaços decisórios políticos. A Constituição Federal é tão emblemática naquele período que acaba ficando conhecida como Constituição Cidadã, porém o texto constitucional também contém brechas que possibilitam a não efetivação do cumprimento desses direitos. Tais brechas existem porque alguns elementos de discussão foram adiados na agenda política, já que se supunha que deveria haver a partir da assembleia constituinte um processo extenso de alterações políticas e legais no Brasil e, também, porque inseridos na discussão e na implantação da constituição também estavam setores ligados aos interesses burgueses que viam nessas brechas a oportunidade de desmontar a democratização efetiva do país e recolocar o governo do mesmo nas mãos da burguesia comprometida com o capitalismo monopolista nacional e internacional.

realização, à categoria profissional já tinha maior entendimento da realidade social e seus interesses estavam em consonância com o projeto societário ³⁵ democrático que se fortalecia no final dos anos 70 e início dos anos 80. E, a partir deste congresso foi possível observar um novo comportamento, tanto no exercício, quanto na formação e organização profissional, o que fez com que houvesse mudanças não só no perfil do assistente social, mas, também, nos perfis das próprias instituições representativas, fóruns e encontros profissionais.

Por estes motivos, o III CBAS deve ser considerado como um evento histórico e muito significativo para o Serviço Social brasileiro e deve ter seus efeitos compreendidos pelos discentes, docentes e profissionais de forma ampla, já que suas consequências ainda podem ser sentidas na contemporaneidade. Além disso, este evento e a conjuntura onde ele aconteceu são de suma importância para entendimento da renovação profissional dos anos 1980 e para buscar alternativas de ampliação dela frente aos desafios atuais e a ofensiva neoliberalista, que estudaremos um pouco mais a frente.

Contudo, se é verdade que o “Congresso da Virada” foi um marco, ele também foi um processo, uma vez que esteve significativamente hipotecado a determinações exógenas e endógenas à profissão, ou dito de outra forma: foi marcado pelo adensamento da conjuntura nacional e latino-americana da época, de um lado; e do próprio acúmulo da profissão proporcionado pelo Movimento de Reconceituação, de outro. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 124).

Nos anos de 1980, também, acrescentamos, aos esforços de condução da renovação, a intervenção efetuada por entidades ligadas às agências de formação neste processo, como a ABESS, e entidades ligadas diretamente à categoria profissional como sindicatos, associações profissionais e outros. Foi no desenvolvimento do trabalho destas entidades de formação e representação que, observamos o início do processo de revisão de formação profissional, fundamentação jurídica que legitimava a profissão, seus órgãos representativos e do próprio código de ética profissional, para que estes documentos atendessem às novas demandas,

³⁵“Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o conjunto da sociedade.” (NETTO, 2009b, 142, grifo do autor)

correspondessem à alteração da autoimagem do profissional de Serviço Social, que estava em curso neste momento, e consolidassem o seu novo projeto ético-político ³⁶.

Braz (2009) demonstra que o movimento estudantil do Serviço Social foi parte ativa na renovação profissional que culminou no novo projeto profissional, pois estes estudantes participaram de momentos decisivos como a construção do currículo mínimo da Abess em 1982, na discussão do código de ética de 1986, na sua reformulação em 1993, na luta pela Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8742/93) e na nova lei de regulamentação profissional (nº 8662/93). Isto só foi possível porque a partir do Congresso da Virada foi entendido pela categoria que a participação dos estudantes de forma maciça nos espaços decisórios profissionais era de direito dos mesmos, porque eles também faziam e sempre farão parte da composição do corpo profissional.

Sobre esta alteração, Braz (2009) nos mostra que antes do Congresso da Virada a participação dos estudantes de Serviço Social nos eventos da profissão, incluindo os congressos, era mínima (somente dois estudantes por unidades de ensino), o que beneficiava os setores mais conservadores da profissão que garantiam alterações mínimas, mantendo o Serviço Social vinculado aos interesses conservadores. Isto posto entendemos que, foi a partir do III CBAS que se garantiu a ampla participação dos assistentes sociais – docentes, discentes e profissionais – junto as vanguardas profissionais advindas da renovação, principalmente aquelas ligadas a vertente de intenção de ruptura.

Sobre as alterações dos marcos legais que regulamentavam a profissão, Faleiros (2005), aponta as modificações efetuadas nos códigos de ética de 1986 e 1993 como os mais importantes, porque o código de 1986 **foi o primeiro a explicitar o compromisso profissional com a classe trabalhadora e suas lutas de classe, mostrando a nova opção da categoria em relação ao projeto ético-político ligado aos movimentos sociais, lutas**

³⁶ Este processo de consolidação e formulação de um novo projeto ético-político será aprofundado no item 2.3. desse capítulo.

sindicais e formação acadêmica marxista destes profissionais. Já o código de ética de 1993 reforçou o comprometimento dos profissionais com as classes subalternas, certificou de forma mais clara a defesa pelos direitos sociais e pela participação democrática dos usuários nesse processo e definiu melhor os direitos e deveres do assistente social.

Nesse sentido, o grande avanço dos anos 1990 foi a reafirmação e a ampliação dos ganhos obtidos nos anos 1970 e 1980, obtendo-se, em termos normativos, instrumentos que ganham em legitimidade e eficácia. Buscava-se um instrumento ético e político sintonizado com o movimento histórico das relações sociais no seu acontecer cotidiano, como síntese de múltiplas determinações e a partir de uma perspectiva de totalidade. O objetivo era dar concretude à ideia de compromisso já plasmada no Código de 1986, na direção da defesa da plena emancipação humana e da superação de todas as formas de desigualdades de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual e outras. Como esta teleologia é impensável nos marcos da ordem burguesa, o desafio dessa projeção se coloca em situar-se na perspectiva da construção de uma ordem societária socialista, na contramão da defesa dos interesses do capital. (VINAGRE, 2009, p. 724).

Bravo (2009) mostra a importante condução efetuada pelo CFAS para a aprovação do Código de ética de 1993, os diversos eventos organizados por esta instituição representativa para discussão em torno da revisão do código de 1986 e sobre a importância da direção tomada pela ética profissional, que esta categoria instituiu a partir das mudanças em seu novo projeto profissional para reafirmar seu compromisso com a classe trabalhadora, corrigindo os equívocos do Código de ética anterior. Esse processo de discussão sobre a ética trouxe avanços significativos para os fundamentos teórico-metodológicos, éticos e para a operacionalização profissional em seu cotidiano.

Foi na década de 90 que aconteceu também a revisão das diretrizes curriculares. Isto se deu porque na década de 80, houve o rompimento com o Serviço Social tradicional, mas ainda existiam equívocos nos documentos éticos e legais da profissão, que só foram entendidos a partir da construção conjunta da atuação política da categoria profissional e seu reconhecimento enquanto classe e como cidadãos.

Sobre as novas diretrizes curriculares é importante destacar seus aspectos centrais que caracterizam a sua importância e o que mudou a partir desta revisão:

A nova proposta curricular apresenta como aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que

produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do teorismo, militanteismo e tecnicismo, ou seja, de forma isolada, e sim articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a sociedade brasileira e sobre o trabalho profissional. (BRAVO, 2009. p. 697).

Cabe aqui, um adendo importante sobre a colocação das multifacetadas refrações da “questão social” como elemento transversal a formação e exercício profissional a partir desta revisão curricular, pois foi uma decisão estratégica que visava impregnar a profissão de história da sociedade e, principalmente, das realidades particulares de nosso país para superar os dilemas causados pela longa defasagem entre teoria e exercício profissional cotidiano, para qualificar as respostas profissionais ao enfrentamento da “questão social”.

Estas modificações nas diretrizes, que balizam a formação, tiveram grande importância, porque demonstraram que o comprometimento dos assistentes sociais deveria extrapolar o cariz de executor de políticas sociais e entender de forma efetiva de que maneira as expressões da “questão social” influenciam a dinâmica da realidade social. Por isso, é preciso deixar claro que:

As razões que conduziram a priorização da “questão social” sobre a “política social” como eixo fulcral da formação acadêmico-profissional – ainda que a política social seja uma mediação incontornável na constituição do trabalho profissional –, decorrem, fundamentalmente, da leitura das relações entre o Estado e a sociedade nesse campo teórico. Trata-se da prioridade ontológica da sociedade de classes em relação ao Estado, embora, na expansão monopolista, o Estado também seja determinante na constituição da sociedade. Em outros termos, na perspectiva assumida neste texto, pode-se afirmar que a “questão social” explica a política social, mas a política social não explica a “questão social” *tout court*. Para avaliar as políticas públicas é necessário o conhecimento do espectro das necessidades sociais que elas se propõem a enfrentar, cuja origem extrapola as ações do Príncipe, ainda que estas interfiram de maneira decisiva na amplitude da produção dessas necessidades. (IAMAMOTO, 2006, p. 121 e 122).

Aqui são colocados os desafios à profissão quanto a integrar os fundamentos teórico-metodológicos com a “pesquisa concreta de situações concretas” da realidade social. Sobre estes desafios, Iamamoto (2006) afirma que é no desvendar das específicas expressões da “questão social” e suas múltiplas relações com o movimento da sociedade em sua totalidade

histórica que, podem emergir possibilidades de atuação, principalmente, as vinculadas à luta por direitos e/ou políticas sociais.

Por todos os fatores supracitados, estou de acordo com o entendimento de que a construção das diretrizes curriculares buscava “conjugar rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária, que permitissem atribuir um estatuto teórico e ético político ao exercício profissional capaz de responder aos desafios da história presente.” (IAMAMOTO, 2006, p.120).

Quanto a Lei de regulamentação da profissão nº 8662 de 1993, Bravo (2009) chama a atenção ao longo processo encarado por representantes da categoria na tentativa de aprovação desta lei desde 1986, que foi arquivado sem aprovação face à instalação da Assembleia Nacional Constituinte, evidenciou o papel importante desempenhado pelo conjunto CFAS/CRASS fomentando as discussões sobre a lei e mantendo sua aprovação na agenda política da categoria. Finalmente em 1993 esta lei foi aprovada e assegurou à fiscalização profissional que, é executada de formas mais coerentes e concretas de intervenção, já que nela foram determinadas com maior precisão as competências e as atribuições privativas dos assistentes sociais.

Faleiros (2005) afirma ainda que os códigos de ética do Serviço Social, principalmente a última reformulação de 1993, juntamente com a Lei de Regulamentação da profissão de nº 8662/93 foram meios vitais para se consolidar uma perspectiva de transformação social e um projeto ético político de Serviço Social, que tem raízes profundas no movimento de reconceituação.

Quanto à formação profissional, o autor (2005), demonstra que “a reconceituação, como movimento social, acadêmico e político da categoria profissional, tem tido um significativo impacto na mudança da formação profissional.” (FALEIROS, 2005, p. 32) Uma vez que a reforma curricular de 1979, implantada em 1982 e, posteriormente a reforma de 1998/2000,

desmontava a estrutura tradicional “caso, grupo e desenvolvimento de comunidades”, buscando uma visão crítica e comprometida com a transformação social, articulando teoria, história, metodologia e pesquisa para análise da realidade.

Na renovação deste currículo, Ortiz (2010) nos chama atenção para o caráter educativo da profissão, este já existia desde as protoformas, mas com o processo de Renovação sofreu alterações importantes em sua dimensão e significado. Pois, a partir deste novo currículo da profissão, o cunho educativo não teve mais o viés conservador de adequação da classe trabalhadora ao sistema político-econômico e social vigente para determinar o controle da mesma, mas sim à conscientização dos indivíduos sobre a realidade social e seu papel social e político dentro desta.

Assim, o currículo de 1982, ainda que referenciado pelo chamado “marxismo vulgar”, enfatizava a dimensão política da intervenção profissional e o papel do assistente social como “educador informal” ou como aquele que, tentando romper com a prática da ajuda ou do cuidado, procurava socializar seu conhecimento com o outro, contribuindo dessa forma para sua autoconscientização diante da vida social. (ORTIZ, 2010, p. 190).

Este redimensionamento do papel do “educador informal” contribuiu para a formação e determinação da autoimagem do profissional e também para a imagem social destes profissionais. Porém, de acordo com Ortiz (2010), também serviu de base para alguns continuísmos dentro da formação e pensamento dos Assistentes Sociais como o ecletismo, o voluntarismo e a separação entre teoria, prática e história, que antes era representada pela separação entre caso, grupo e comunidade, mesmo que a intenção fosse outra.

Por isso, o currículo de 1982 foi amplamente criticado, mesmo na época de sua implantação e já era sentido pela categoria a necessidade de revisão do mesmo, ocorrida durante os anos 98/2000. Tais críticas se davam porque este novo currículo, mesmo sendo inovador do ponto de vista de sua totalidade, abria brechas para o continuísmo de diversos fatores que o novo projeto profissional procurava romper.

Além disso, também cometia alguns erros como os da Reconceituação como considerar o Serviço Social como ciência e cogitar o desenvolvimento de método próprio, como uma alternativa de superação a sua condição de subalternidade em relação a outras profissões em seus espaços de trabalho, a fragmentação e ausência de reconhecimento social.

Porém, mesmo com todos os seus equívocos, o currículo mínimo do Serviço Social de 1982 representou um avanço em relação ao processo de formação profissional anterior. Pois, nele estava inscrito as primeiras tentativas destes profissionais de assumirem compromisso com a classe trabalhadora e com o rompimento com o Serviço Social tradicional, instituindo medidas na tentativa de garantir os mesmos.

Desse modo, o currículo de 1982 expressou, ainda que revisitasse alguns equívocos, a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional; quer seja, a do assistente social comprometido com a classe trabalhadora. Os esforços das entidades – Ceneas/Anas, CFAS/Cras e Abess, embora com suas especificidades, e dos quais o currículo de 1982 é legatário, bem como o Código de Ética de 1986, inscreveram-se na tentativa de ruptura com o histórico conservadorismo presente no Serviço Social desde suas protoformas e com a construção de um novo perfil e imagem da profissão. (ORTIZ, 2010, p. 192).

Nos anos de 1980 e subsequentes, estas alterações do compromisso e do perfil do assistente social brasileiro refletiram em alterações do agir profissional e no vínculo com as lutas sociais. Também há reflexos, nas alterações sociais decorrentes do processo de redemocratização e nas leis sociais que surgiram a partir desta década. Bravo (2009) caracteriza com bastante precisão a importância da inserção dos assistentes sociais nas discussões sobre direitos e políticas sociais desde os anos 80, junto a outros setores da sociedade civil e como esta participação contribuiu para as alterações sociais advindas deste período:

Como iniciativa importante nessa direção foi realizado um curso de política social, em 1980, em São Paulo, com a “vanguarda” da categoria, e a participação de assistentes sociais de outros países Latino-americanos, promovido pelo Celats, precedendo a convenção da Alaets que ocorreu naquela cidade. O eixo das discussões centrou-se nos temas “Estado, instituições e políticas sociais”. A partir desse evento há o aprofundamento com relação ao debate relativo a esses temas com a adoção do referencial analítico de Gramsci. A publicação de Faleiros (1980) intitulada *A política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da assistência social* é um marco para essa reflexão. Cabe salientar, com relação às políticas sociais públicas, a participação dos assistentes sociais no processo

constituente, em 1987-88, no debate relacionado à Seguridade Social pública e universal bem como na elaboração da política de assistência social e, posteriormente, da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Registra-se também inserção dos profissionais de Serviço Social na discussão do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Estatuto da criança e do Adolescente (ECA). (BRAVO, 2009, p. 694 e 695, grifos do autor).

Portanto, concordo com Bravo (2009) quando ela explicita que todos estes eventos dos anos 80 e 90 quanto à renovação da profissão foram desdobramentos do Congresso da Virada para a consolidação do novo projeto profissional do Serviço Social e devem ser destacados os movimentos que se desenvolveram no interior das entidades profissionais representativas na perspectiva de construção de um Serviço Social crítico, pois estes movimentos foram de suma importância no processo de alteração dos marcos legais, das diretrizes curriculares, na formulação do novo projeto profissional, no novo perfil dos assistentes sociais e na renovação de fato da profissão.

Como exemplo da importância destes eventos e dos movimentos que se desenvolveram no interior das entidades profissionais representativas:

O protagonismo do Ceneas da destituição da Mesa de Honra prevista para o III CBAS, bem como as deliberações tiradas a partir daí, expressam a opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Significa, sobretudo, a *decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, implicando na consolidação de um perfil profissional diferenciado, cujos traços passam a constituir a autoimagem profissional*.

A opção por uma determinada posição política resultou, conforme se observa nas deliberações da II Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais [II Anas] realizada em 1985, na clara oposição de categoria profissional, representada por sua entidade à chamada Nova República por entender que esta consistia, na verdade, em mais uma versão dos tradicionais e históricos “pactos de elites” existentes em toda trajetória brasileira. Defendendo a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte ao invés de um Congresso Constituinte, os assistentes sociais marcavam uma nova posição de luta em face da tradicional trajetória política marcada por “revoluções pelo alto” e um novo papel para os assistentes sociais – nascia politicamente na II Anas *os princípios de um futuro profissional, sustentado medularmente em princípios da modernidade*: a liberdade, a democracia e a cidadania, bem como se afirmava, cada vez com maior proeminência uma autoimagem profissional, afinada com a luta política e com a defesa dos direitos. (ORTIZ, 2010, p. 186 e 187, grifos do autor).

2.3. UMA NOVA IMAGEM PARA O SERVIÇO SOCIAL

Antes de qualquer consideração sobre o assunto é preciso entender o que é um projeto profissional e qual a sua importância para a referida profissão e constituição de sua imagem:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2009b, p. 144, grifos do autor).

Após o entendimento do que efetivamente constitui um projeto profissional, volto meu olhar para a construção e para o processo de consolidação do projeto profissional hegemônico do Serviço Social no Brasil e sua vinculação com a orientação crítica adotada por esta profissão:

Em princípio podemos dizer que significa uma possibilidade (o que não quer dizer efetividade) de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre os quais a prática profissional se desenvolve, porque os projetos profissionais se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientação sobre o perfil de profissionais que se deseja formar e de diretrizes para tal. Compõem-se de orientações sobre as bases normativas e valorativas pelas quais a profissão se relaciona internamente e com a sociedade, um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivem a crítica da sociedade capitalista.

[...] Para uma profissão, ser orientada por um projeto profissional crítico significa ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando à defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquistas da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo. (GUERRA, 2007, p. 8 e 9).

Considero de extrema relevância para a efetivação deste projeto na atuação dos assistentes sociais, o entendimento dos valores éticos que o fundamentam e do contexto em que ele foi inserido, já referenciado nos parágrafos anteriores, mas que valem à pena serem destacados resumidamente:

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente, como revela a produção acumulada nos últimos decênios. Nesse processo, a profissão fez um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano. Ela constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993 ao estabelecer direitos e deveres do assistente social, segundo *princípios e valores radicalmente humanistas, que se afirmam como guia para o exercício cotidiano*. Dentre eles podem ser ressaltados: *o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a*

defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, cultural e da riqueza produzida, o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CRESS-7ª Região, 2000 apud IAMAMOTO, 2006, p.115, grifos nossos).

Um dos papéis fundamentais exercidos pelo projeto profissional e pelos marcos legais que regulamentam esta e outras profissões é diferenciar o exercício profissional das atividades filantrópicas e/ou assistencialistas/voluntaristas que existem na sociedade capitalista. Ou seja, são justamente os valores, princípios éticos e os referenciais teórico-metodológicos que influenciam a atuação do assistente social que, possibilitam demonstrar a diferença entre a prática-operativa do profissional e do leigo na cotidianidade.

Por isso, caso os assistentes sociais não tenham o conhecimento específico destes valores e princípios ou não entendam a importância deles para sua atuação e análise da realidade social, isto dificultará, ou até mesmo impossibilitará, a efetivação do projeto profissional crítico na sua intervenção, contribuirá para a perpetuação da imagem social deste profissional nas perspectivas da ajuda, do cunho confessional, da investigação inquisitiva e outros equívocos, que ainda hoje refletem na imagem socialmente consolidada do Serviço Social.

Entretanto, após a instauração do projeto profissional crítico, esta profissão já construiu um reconhecimento social e mesmo que ainda exista profissionais que atuem de forma burocratizada vinculando sua prática ao conservadorismo, por falta de conhecimento ou referencial teórico, a sociedade reconhece e legitima o trabalho desta categoria que é efetuado na perspectiva de garantia de direitos. Desta forma, para que este reconhecimento seja ampliado é imprescindível que o assistente social assuma um compromisso com a qualidade do serviço prestado e com constante qualificação profissional, pois existe um conjunto de elementos que são reconhecidos socialmente que servem para indicar a eficácia e a eficiência desta categoria. (GUERRA, 2007).

Dito isto, é importante destacar o rompimento com o conservadorismo político no Serviço Social brasileiro, com ele temos, conseqüentemente também, a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico-metodológico, de acordo com Netto (2009b). Isto quer dizer que a partir deste rompimento houve, junto a outros elementos políticos, sociais e econômicos, a formação de um novo projeto profissional para os assistentes sociais, vinculado a crítica da sociedade capitalista. Este projeto também não pode ser desassociado das mudanças ocorridas na dimensão política, ética, teórica, prático-operativa, organizativa e de formação profissional da categoria.

Ao analisarmos profundamente o significado do compromisso assumido pelos assistentes sociais com a classe trabalhadora e outros segmentos subalternizados a partir deste projeto profissional – que se tornou hegemônico na categoria a partir do fim da década de 1990 – e ao articularmos este entendimento com os valores éticos descritos acima é evidente que este projeto profissional do Serviço Social caminha na contramão do individualismo, característico na sociedade burguesa. Portanto, quanto a este projeto profissional hegemônico do Serviço Social na atualidade brasileira, é importante ressaltar que o mesmo não está em consonância com o projeto societário vigente deste mesmo momento histórico, pelo contrário, ele se antagoniza ao que é colocado em termo de estrutura societária.

Além disso, é visto como retrógrado e antiquado pelos que defendem projetos societários vinculados aos interesses conservadores ou (neo) conservadores impostos pela cultura e ideologia pós-moderna associada ao imperialismo.

Netto (2009b) nos chama atenção para o fato de que este projeto profissional crítico que tem se perpetuado nos últimos anos como hegemônico dentro do Serviço Social, não exclui a diversidade existente dentro do grupo e nem impede a constituição de outros projetos. Para ele, o projeto profissional precisa ser articulado e pactuado entre o corpo de assistente sociais em dois aspectos para se tornar hegemônico: Imperativos (componentes obrigatórios

mínimos para fazer parte da categoria/corpo) e indicativos (componentes em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros da categoria).

Aqui cabe um acréscimo sobre a natureza dos projetos societários em sociedades capitalistas, estou de acordo com Netto (2009b) quando ele afirma que neste tipo de sociedade os projetos societários são também projetos de classe, mesmo que contenha outras determinações culturais, de gênero, étnicas e etc. O autor mostra também que há uma dimensão política nos projetos coletivos e, principalmente, da necessidade desta dimensão nos projetos societários.

A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas *flexíveis* e *cambiantes*: incorporam novas demandas e aspirações, transforma-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. (NETTO, 2009b, 143, grifos do autor).

Isto nos leva a pensar, de forma correta, que há uma vinculação política e histórica do projeto profissional hegemônico desta categoria e que ele está sujeito a transformações constantes, pois não está posto somente para atender as necessidades dos assistentes sociais, mas sim para atender as necessidades do próprio processo histórico e social, já que está inserido nas reproduções das relações sociais e possui uma vinculação antagônica com o projeto societário da ordem vigente.

[...] o projeto profissional do Serviço Social brasileiro está diametralmente em posição contrária ao projeto societário em vigência – o que obstaculiza o fortalecimento do projeto profissional em questão, e favorece, estimula a configuração de tantos outros. Daí o reconhecimento que não há um único projeto profissional, e que estes estão sempre em disputa, embora em determinado momento histórico um deles se configure como hegemônico, isto é, capaz de conferir à categoria profissional uma determinada direção social e política. (ORTIZ, 2010, p. 212).

Isto quer dizer que a efetivação dos princípios éticos do projeto profissional hegemônico desta profissão nos dias atuais remete à luta democrática pela construção de uma nova ordem societária para o Brasil e para o mundo, pois somente com a efetivação desta nova ordem societária é possível garanti-los de fato, o que expressa também à dimensão ético-

política deste projeto profissional. A impregnação dos princípios éticos no exercício do assistente social representa um novo modo de operar o trabalho profissional, o que atesta e materializa a firme recusa profissional à ingenuidade ilusória do tecnicismo. (IAMAMOTO, 2006).

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e “status” da categoria na sociedade inclusiva – e no mercado de trabalho em particular – de modo a obter vantagens instrumentais (salários, prestígio, reconhecimento de poder no conceito das profissões). Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e desses trabalhadores especializados, o projeto os ultrapassa porque é dotado de caráter ético-político. Ele permite elevar este projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não elimine a dimensão técnico-profissional, porque estabelece um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

[...] Isto é, redundando em investimentos voltados para criar uma nova forma ético-política de vida em sociedade, dando origem a novas iniciativas, permitindo a constituição de um sujeito histórico, graças à elaboração de uma vontade coletiva. Esta supõe articulação com o bloco histórico majoritário, vinculado a uma classe nacional, que aspira à hegemonia na sociedade e, portanto, dispõe de um projeto para a sociedade. Por isso, os projetos profissionais são indissociáveis de projetos societários, o que supõe impregnar o exercício profissional da “grande política”. (IAMAMOTO, 2006, p. 117 e 118).

O projeto profissional crítico do Serviço Social está, então, ligado aos interesses do humano-genérico, o que contribuiu para trazer legitimidade e reconhecimento da profissão, o conhecimento teórico articulado com os métodos foi um passo central para aquele profissional comprometido com projetos societários progressistas, porque é este conhecimento e articulação que permitiram ao assistente social transcender a imediatez própria da prática cotidiana. (GUERRA, 2007).

Portanto, a ética e os valores éticos que caracterizam o código de ética dos assistentes sociais não podem ser encarados de forma isolada em suas particularidades dentro da profissão, ao contrário, eles devem atravessar o projeto profissional como um todo para refletir no exercício destes profissionais cotidianamente.

Além disso, os elementos éticos do projeto hegemônico desta categoria não podem se limitar a normas morais ou prescrições de direitos e deveres do profissional, devem sim

explicitar as opções teóricas, ideológicas e políticas dos assistentes sociais – isto quer dizer que, "a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional" (NETTO, 2009b, p. 148).

É preciso destacar que o processo de construção de um projeto hegemônico profissional, com vinculação a construção de um projeto de nova ordem societária, exige que haja condicionantes sociais que ultrapassem a vontade política e é fruto da construção coletiva de sujeitos, forjando novas repostas profissionais através da liberdade na produção acadêmica e na crítica intelectual, da qual a democracia de massas é o ambiente mais adequado ao debate plural. Sobre isto, Netto (2009b) afirma ainda que, a concorrência entre projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política, diferentemente do contexto ditatorial onde o projeto societário que prevalece é aquele que está diretamente ligado aos interesses da classe dominante que se impõe no poder.

Além disso, "o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diferenciados e, portanto, configura um espaço *plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes." (NETTO, 2009b, p. 145).

Isto quer dizer que além da vontade política, da consciência política, teórica e do rigor crítico exigido destes profissionais para a consolidação do seu projeto hegemônico, o mesmo não caminhou, e não caminha desassociado dos fatores sócio-históricos e políticos e estes podem facilitar a sua construção ou prejudicá-la, o que dependerá principalmente da capacidade de organização formal do corpo profissional. Desta forma, a luta pela democracia e pela democratização dos espaços de decisões políticas é o primeiro passo para a garantia do debate plural em relação às formas de alcançar a efetivação deste projeto ético-político.

Dois elementos principais contribuíram para o início do processo de consolidação, em meados dos anos 90, desse novo projeto profissional crítico – e, que as vanguardas do Serviço Social souberam articular bem, dando uma direção social estratégica – formam: o Crescente envolvimento do corpo profissional em fóruns, espaços de discussões e eventos profissionais como CBAS, encontros regionais dentre outros e as linhas fundamentais desse novo projeto profissional que estavam em sintonia com as tendências significativas do movimento da sociedade brasileira, refletindo nas demandas e aspirações das classes trabalhadoras brasileira, de acordo com Netto (2009b).

Quanto ao princípio ético deste projeto profissional de garantia ao pluralismo, nunca é demais destacar que, a construção de um projeto dotado de orientação cultural hegemônica não pode negá-lo, pois essa luta pela hegemonia compõe a unidade na diversidade, supõe o respeito ao pluralismo e dele se alimenta.

Justamente pelo respeito ao surgimento de ideias diferenciadas e pelo caráter mutável das relações sociais no desenvolvimento histórico é que se mostram os mais variados projetos profissionais, mesmo que exista um projeto que se caracterize de forma hegemônica dentro do corpo profissional. E, este projeto profissional hegemônico pode estar em consonância com o projeto societário vigente ou não.

Com relação a isso, é importante ressaltar:

[...] a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os *projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.* (NETTO, 2009b, 143, grifos do autor).

Assim, é possível que alguns projetos profissionais hegemônicos passem a atuar de forma a contrariar o projeto societário vigente, o que o fazem em condições precisas, como é o caso do Serviço Social. Esta possibilidade de contrariedade do projeto profissional ao modelo societário vigente se amplia quando estão associadas aos corpos profissionais que se

tornaram mais sensíveis aos interesses da classe trabalhadora e classes subalternas e quanto mais essas classes se afirmam social e politicamente. Além disso, mesmo os projetos profissionais mais diferenciados do projeto hegemônico social das sociedades capitalistas têm seus limites, pois se não os tiver corre-se o risco de cair no messianismo ou no fatalismo, que é sua antítese. As linhas mais palpáveis desses limites estão nas condições institucionais de mercado de trabalho destes profissionais nesta sociedade. (NETTO, 2009b).

O projeto ético-político do Serviço Social, como já vimos, é um dos poucos projetos profissionais que se antagoniza completamente ao projeto societário capitalista. Por isso, o assistente social comprometido com a efetivação de seu projeto profissional deve entender também a sua condição de trabalhador assalariado inserido nas instituições públicas e privadas desta sociedade, para articular os limites e possibilidades de sua atuação na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão.

Considerando estes fatores, Netto (2009b), mostra que as possibilidades de efetivação do projeto profissional hegemônico do Serviço Social, articulado com a transformação desta sociedade, podem ser potencializadas com a associação da categoria aos segmentos de outras profissões que tem propostas similares e, com os movimentos sociais que se solidarizam com as lutas das classes trabalhadoras.

Iamamoto (2006) em sua análise vai além ao demonstrar também o esforço efetuado pelo grupo profissional do Serviço Social em rearticular as bases coletivas, acadêmica e político-profissional não só no Brasil, mas também na América Latina. Este esforço acontece através de diversos eventos organizados pela categoria, com a rearticulação do Celats, com a organização e participação ativa da categoria no XVIII Seminário Latino-Americano, realizado em 2004, com o evento Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social, dentre outros como parte dessa rearticulação. Este esforço tem como objetivo possibilitar a construção de um projeto profissional para o Serviço Social que supere os limites de cada país.

O desafio que assumimos é a revitalização de bases coletivas no processo de construção de um projeto profissional para o Serviço Social na América Latina, de caráter acadêmico e ético-político, com uma direção social hegemônica, fruto de um consenso construído coletiva e democraticamente no debate. Em outros termos, um projeto de profissão como uma unidade na diversidade. Ele abrange uma perspectiva de formação profissional que incorpore as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis na vida universitária, no ensino graduado e pós-graduado do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2006, p. 110).

Com relação à formação deste projeto profissional latino-americano, concordo com Iamamoto (2006) quando ela afirma que esta construção só será possível com o reconhecimento, por um lado, das bases históricas e projetos comuns que estão inseridos no terreno objetivo e subjetivo para a sua construção e, ao mesmo tempo, é preciso realçar as particularidades regionais e nacionais e suas refrações no terreno da formação e do trabalho do assistente social.

Esta tarefa não é nada fácil, é um processo longo e que ainda está em desenvolvimento. Mas, não é impossível mediante aos avanços já conquistados desde a época da reconceituação, o que foi potencializado pelo amadurecimento teórico-metodológico e ético-político destes profissionais após a renovação crítica do Serviço Social, refletindo em sua organização enquanto grupo profissional que extrapola as fronteiras nacionais e se articula enquanto categoria latino-americana.

Iamamoto (2006) mostra, também, que para pensar este projeto é preciso articular duas dimensões: As condições macrossocietárias, que estabelece o terreno sócio-histórico onde a profissão é exercida, seus limites e possibilidades, e as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dadas pelos agentes profissionais, que traduzem como os limites e as possibilidades são enxergadas e entendidas por estes assistentes sociais.

Toda esta análise sobre a construção coletiva do projeto profissional do Serviço Social na América Latina foi balizada em processos históricos comuns, que comprovam a inserção regional dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho na atual fase de expansão capitalista, obedecendo à lógica de desenvolvimento desigual e combinado. (IAMAMOTO, 2006).

Retomando a análise do projeto profissional crítico do Serviço Social brasileiro, não podemos deixar de considerar aqui as transformações sociais impostas à história deste país pelo contexto de crise internacional que o atingiu nos anos de 1990, que impuseram a chegada do neoliberalismo, de sua política de Estado mínimo e de supressão, quase que completa das políticas sociais, para garantir a recuperação das empresas, representantes do grande capital, e da economia mundial como um todo. Assim, se iniciou o processo de contrarreforma de tudo o que foi conquistado na década anterior, o que trouxe fortes rebatimentos para o Serviço Social e seu projeto profissional.

Na década de 1990, consolida-se no país o projeto neoliberal, ocorrendo a regressão dos direitos sociais e a defesa do mercado e do capital. Há uma investida contra a organização dos trabalhadores e crescem as desigualdades. O projeto neoliberal é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital ocorrida nos países centrais, a partir dos anos 1970, tendo impacto no Brasil primordialmente na década de 1990. Mudanças radicais se processaram na relação Estado-sociedade civil, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos multilaterais, nos marcos do Consenso de Washington. (BRAVO, 2009, p. 695).

Esta política neoliberal reatualizou os aportes teóricos que legitimaram a sociedade brasileira desde o contexto da ditadura militar, trouxe de volta concepções e práticas utilizadas pela autocracia burguesa para legitimar sua dominação sócio-política, ideológica e econômica e trabalhou e, ainda trabalha, na perspectiva de reverter às conquistas democráticas alcançadas, principalmente aquelas ligadas à classe trabalhadora.

Sobre isso, Netto (2005) afirma que o contexto ditatorial teve como objetivo, senão o principal, mas um deles, apagar tudo o que fosse transformador ou democrático e em certa medida até obteve êxito. Juntando a essa amnésia coletiva imposta pela ditadura à ofensiva neoliberal dos dias atuais e a retórica pós-moderna, nos deparamos com a possibilidade crescente de “pressentismo pragmático” e tendências dos novos profissionais repetirem erros do início da reconceituação como o militantismo e/ou o messianismo.

Com isso, os assistentes sociais e suas entidades representativas precisam colocar a prova o amadurecimento político e profissional para encontrar formas de garantir que seu novo perfil e projeto profissional hegemônico consolidado nos anos 80 e 90 possam estar

presentes em sua intervenção cotidiana. Está posto aí, um grande desafio para o assistente social e seu projeto profissional crítico:

[...] tal projeto, que tem seu âmbito de ação limitado à sua natureza (de se constituir em possibilidade), ainda que permita antecipar resultados, dado que contempla uma dimensão prospectiva, não oferece garantia de que os resultados esperados serão realizados efetivamente. Isto porque os profissionais atuam em circunstâncias sociais e determinações causais historicamente dadas, nem sempre escolhidas e/ou apreendidas por eles, nessas circunstâncias operam a intencionalidade/subjetividade de outros sujeitos interatuantes. Tais circunstâncias objetivas e subjetivas estabelecem determinada configuração à intervenção profissional, indicando seus limites e possibilidades. A razão pela qual os projetos não se plasmam imediatamente na realidade é relativa ao fato de que entre a projeção e a realidade se coloca um conjunto de mediações, entre elas o acaso. (GUERRA, 2007, p. 4 e 25).

De acordo com Iamamoto (2006) há um duplo movimento que se evidencia nos últimos anos, em relação à ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, o revigoramento de uma reação a esse rompimento, balizada no (neo) conservadorismo, aberto ou disfarçado, apoiado no lastro da produção pós-moderna e na negação da sociedade de classes.

Estes fatores mostram os perigos que o projeto profissional crítico enfrenta para continuar o seu desenvolvimento e consolidação efetiva na atualidade, as ameaças que se colocam cotidianamente no exercício profissional dos assistentes sociais e a necessidade deste profissional ter o entendimento com relação ao compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com a construção de um novo projeto societário, na tentativa de antecipar resultados, buscar alternativas a garantia dos direitos sociais conquistados e ampliar as políticas sociais na perspectiva de enfrentamento das refrações da “questão social”.

Faleiros (2005) demonstra que o desenvolvimento do Serviço Social nesta conjuntura de correlação de forças existentes nas instituições onde atuam estes assistentes sociais associadas à relação de hegemonia e contra hegemonia, num processo de distribuição desigual do poder e tentativa de garantir direitos já instituídos criaram contradições, as estratégias de poder e contra poder, articularam alianças e movimentos que representam um grande desafio a estes profissionais. E, muitas vezes faltam aos assistentes sociais um entendimento

qualificado e crítico da realidade para prever estas estratégias e achar alternativas para elas em sua atuação.

Ou seja, é preciso que exista em sua atuação cotidiana uma rigorosa sistematização da prática articulada à teoria para mudar este quadro, pois esta sistematização até existe no exercer profissional de muitos, porém ela ainda é representada em um quantitativo insuficiente para alterar de forma substancial a realidade.

Estou de pleno acordo com Faleiros (2005) quando ele afirma que ainda hoje é preciso articular mais profundamente uma dinâmica de transformação das relações sociais que sejam críticas ao contexto, vinculado ao processo de resistência à ordem dominante para promover a cidadania e a democracia, produzindo assim, análises concretas e questionamentos até mesmo da própria reconceitualização, que é um movimento da tradição crítica, com o intuito de superar seus limites e avançar no processo de renovação do Serviço Social.

Mesmo com a inversão de valores proposta pela contrarreforma neoliberal, a categoria profissional encontra nas dificuldades cotidianas e nas limitações de sua atuação as possibilidades para a consolidação de sua nova autoimagem e, também, para a construção da nova imagem profissional antagônica a imagem anterior vinculada ao Serviço Social tradicional e suas protoformas.

O movimento de contrarreforma do Estado da década de 90 tem como consequências graves que influenciam diretamente a luta pela garantia de direitos e efetivação do projeto profissional crítico: o esvaziamento da luta social por não ver de fato os direitos constitucionais se efetivarem como proposto na lei original, o que afeta de forma grave a identidade de classe dos movimentos sociais; o aumento das expressões da “questão social”; a restrição das políticas sociais e das organizações do aparelho do Estado que garantiam tais políticas; redução do mercado de trabalho para todos os profissionais, inclusive o assistente social; a inflação; supressão de aumento real de salários; dentre outras.

Netto (2009b) chama atenção para o fato de que para contribuir com a consolidação e continuação desse projeto profissional hegemônico do Serviço Social depende-se da maioria do corpo profissional, mas também do fortalecimento dos movimentos democráticos e populares, esvaziados e pressionados nos últimos anos. O contexto neoliberalista mostrou que o projeto profissional e societário do Serviço Social tem futuro, pois representa uma das únicas perspectivas de alternativa comprometida com os interesses da massa popular.

Esse contexto de contrarreforma do Estado teve continuidade na década de 2000 e foi ampliado, guiado pelo neoliberalismo e interesses internacionais, causando prejuízos incontáveis as políticas e direitos sociais conquistados. Além disso, nos anos iniciais desta década teve-se no contexto internacional uma nova crise econômica de grandes proporções que também contribuiu para a redução das políticas sociais e desconstrução de direitos.

A crise internacional tem repercussão no Brasil, pois conforme argumenta Figueiras e Gonçalves (2007, p. 225), “as fragilidades do país reaparecerão com toda força, evidenciando mais uma vez os limites estruturais do modelo liberal periférico e da sua política macroeconômica”. A desaceleração do comércio mundial terá um impacto sobre o valor das exportações, com redução das quantidades exportadas e queda de preços das *commodities* agrícolas e industriais. A redução dos saldos da balança comercial implicará aumento da dependência em relação aos fluxos de capitais internacionais. As taxas de juros tenderão a se elevar, provocando a elevação das taxas de juros domésticas. Em resumo, reaparecerá a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, explicitada pelo seu lado comercial e reforçada pelo lado financeiro (GONÇALVES, 2009 apud BRAVO, 2009, p. 699, grifo do autor).

Desta maneira, os reflexos da crise internacional rebateram na economia brasileira e extrapolaram a ela ao provocarem: a agudização das expressões da “questão social”, contribuindo para sua despolitização ao desqualificarem-na como questão pública e dever do Estado e levando a barbárie, a violação dos direitos humanos, a criminalização da pobreza e aumento da violência.

Aqui abro um parêntese para uma importante contribuição de Bravo (2009) sobre o enfrentamento das expressões da “questão social” e a reconfiguração sofrida pela forma com que a ela é vista e enfrentada na contemporaneidade, já que a “questão social” “significa

muito mais do que as expressões de pobreza, miséria e exclusão. O predomínio do capital fetiche conduz a banalização do humano.” (BRAVO, 2009, p. 700).

Assim, a ofensiva neoliberal causou e continua causando imensos danos, principalmente a classe trabalhadora e setores menos abastados da sociedade. Estas perdas se refletem cotidianamente na atuação dos profissionais envolvidos com a formulação, implantação, execução e fiscalização das políticas sociais, dentre eles os assistentes sociais, que precisam estar sempre atentos, ter grande propriedade no conhecimento dos seus princípios éticos, de suas competências e seu papel social vinculado aos interesses das classes subalternas para não se envolverem nas armadilhas cotidianas colocadas pelo Estado refuncionalizado em suas instituições.

Isto quer dizer que estes profissionais precisam analisar criticamente a realidade macrossocial e seus impactos para não cair em generalizações errôneas, preconceituosas ou mesmo basear sua análise profissional da “questão social”, desvinculado-a de suas gêneses ou desconsiderando os processos sociais contraditórios, eminentes da sociedade capitalista e do pensamento liberal ou neoliberal, que as criam e as transformam diariamente, dentre outros processos ardis.

Bravo (2009) também nos chama atenção para o fato de que este contexto de crise nacional e internacional, reducionismo de direitos e políticas sociais, advindos da ofensiva neoliberal, defendida e conduzida pela contrarreforma do Estado brasileiro criam, novamente, um ambiente favorável para que surjam dentro do Serviço Social segmentos que defendam um revisionamento teórico-metodológico ou até mesmo mudanças fundamentais na profissão para se adequar a realidade atual. O que representa um grande perigo as conquistas profissionais efetuadas até o momento e possibilita o crescimento das vertentes vinculadas ao conservadorismo, que visam à constituição de outro projeto profissional como hegemônico.

Considero como um dos principais exemplos deste perigo para o Serviço Social dos dias atuais, em relação ao crescimento de profissionais que apóiam mais uma “modernização conservadora” da profissão e ameaçam as conquistas das vanguardas profissionais das décadas de 1980 e 1990, a reforma efetuada pelo governo brasileiro, tanto no período de governo de Fernando Henrique Cardoso quanto no de Lula, com relação à educação, principalmente, em relação ao sucateamento e mercantilização da educação superior pública.

Porque é a partir dessa mercantilização e deste sucateamento que tais governos desvalorizam as universidades públicas, repassam recursos insuficientes para a manutenção dos cursos de qualidade, oportunizam a expansão de universidades privadas e possibilitam o surgimento de cursos de formação acadêmica a distancia, semipresenciais ou não presenciais. O que causa preocupação e até causa desconfiança em relação à formação dos profissionais (não somente no Serviço Social), pois esta é feita de forma maciça com intelectuais colaboracionistas e acríticos a ordem do capital, contribuindo para a formação de um perfil profissional radicalmente diferenciado do que queremos enquanto categoria. (BRAVO, 2009).

No campo da formação profissional encontram-se desafios sem precedentes na historiografia da profissão. Acompanhando as tendências mundiais de aligeiramento, de redução e otimização de custos, observa-se no Brasil a multiplicação dos cursos universitários privados nas modalidades presenciais e à distancia, e a tentativa de reconfiguração do modelo de universidade pública (no caso brasileiro, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI – é um bom exemplo). O vantajoso negócio chamado EADs (Ensino à Distância) coloca o Brasil no circuito da total mercantilização da educação sem qualquer controle e de precarização e empobrecimento do perfil profissional que acompanha a precarização e a configuração das políticas sociais na atualidade: focalizadas, seletivas, direcionadas para o controle da pobreza. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 132).

Bem verdade que o processo de consolidação da nova imagem profissional que queremos enquanto categoria ainda está em construção, que o projeto ético político hegemônico da categoria e o perfil profissional estão sempre em disputa no contexto histórico e que há outros projetos e perfis profissionais vinculados ao conservadorismo que também sempre se expressam nesta disputa. Por este e outros fatores, ainda observamos continuidades

no discurso e atuação profissional dos Assistentes Sociais em relação ao Serviço Social tradicional. Sobre isso, Ortiz (2010) explica:

Entretanto, o fato dessa autoimagem, visível no projeto profissional, que atualmente, norteia a profissão, apresentar-se hegemonicamente entre suas entidades, não significa que tenha eliminado os traços daquela imagem socialmente consolidada. Há, na verdade, uma tensão entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho; e outros, novos, emergentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. Esta tensão, marcada por continuidades e rupturas, atravessa a imagem da profissão configurando-a, enquanto uma totalidade constituída dialeticamente por uma dupla face: a imagem social e a autoimagem profissional, diversos lados da mesma unidade: a imagem da profissão. (ORTIZ, 2010, p. 155).

Assim, a nova imagem profissional que queremos construir, tanto em relação à autoimagem quanto em relação à imagem social do assistente social, é aquela que está completamente desassociada do conservadorismo e do (neo) conservadorismo, reflete o acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social crítico, advindos do legado deixado pela reconceituação e renovação desta profissão, cujo principal “desdobramento expressa-se a partir do ‘salto quantitativo’ do Serviço Social brasileiro observado ao longo das décadas de 80 e 90 e firmado na atualidade com a existência do projeto ético-político.” (ORTIZ, 2010, p. 20).

Netto (2008) em sua avaliação geral sobre o movimento de renovação e o papel da intenção de ruptura neste processo mostra que mesmo com todos os avanços gerados através da renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente nos anos 80 e 90, ainda não foi possível verificar a completa ruptura com o tradicionalismo. E, alguns desses avanços conquistados nesse sentido nem sempre são feitos de forma consciente pelos assistentes sociais ou pelas instituições representativas da categoria.

O que demonstra que o processo de renovação profissional ainda não atingiu seu objetivo principal completamente, mesmo que hoje o perfil e a autoimagem do profissional sejam antagônicos ao que existia no Serviço Social “tradicional”. Ainda temos um longo caminho pela frente para manutenção das conquistas efetuadas e superação do

conservadorismo, que se reinventa para garantir a sobrevivência da sociedade capitalista baseada nos seus monopólios e seus processos de contrarreforma e supressão de direitos.

As transformações da autoimagem renovada estão diretamente vinculadas ao novo perfil profissional que se identifica e defende os interesses da classe trabalhadora e este novo perfil pretende se expressar através de seu novo projeto profissional, segundo Ortiz (2010), a partir de dois processos: O acúmulo teórico e político de sua intervenção junto às classes minoritárias na época do movimento de reconceitualização e a conjuntura de transição democrática brasileira dos anos 80, principalmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Ratifico que, temos como principal desafio tornar o projeto profissional crítico em um guia para o exercício cotidiano dos assistentes sociais para que a consolidação do projeto seja efetuada por sua implementação efetiva. Sobre isto, Iamamoto (2006) considera as seguintes medidas necessárias:

Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que atribuem sustentação a esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano. Exige-se uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o “dever ser” com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta idealizada, porque abstraída da realidade histórica, ao elidir as particulares determinações e mediações que incidem no processamento dessa especialização do trabalho coletivo. (IAMAMOTO, 2006, p. 119).

Ou seja, é necessário reconhecer as condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho dos assistentes sociais para estabelecer seus limites e possibilidades à plena realização do seu projeto profissional, as condições e relações de trabalho em que se escreve este profissional, os objetivos propostos em sua atuação para alcançar a ação delimitada pelo projeto e determina-los como sujeitos da história. Assim, para entender este processo é preciso compreender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho.

Por fim é preciso esclarecer que, ainda hoje, a imagem do Serviço Social que reflete, majoritariamente, nos ambientes de trabalho, na sociedade em geral e na própria concepção de muitos destes profissionais sobre si é aquela vinculada ao passado conservador e esta tem

sofrido tensões e rebatimentos, desde os anos 80 e 90. O que nos termos de Ortiz (2010) leva-nos a entender que se por um lado as marcas da origem da profissão ainda se constituem como traços predominantes, por outro, cada vez mais se fortalecem no âmbito da profissão a partir do seu projeto profissional, uma nova imagem vinculada a aqueles que defendem direitos.

CONCLUSÃO

Como foi dito na introdução, este Trabalho se baseou na revisão bibliográfica com o objetivo de esclarecer os diversos questionamentos que surgiram durante a realização do estágio obrigatório em Serviço Social no HUCFF, com relação à imagem social da profissão, a vinculação do assistente social ao novo projeto profissional para concretização da nova autoimagem, os avanços e continuidades em relação à construção da nova imagem profissional e os rebatimentos destes fatores na atuação deste profissional no cotidiano.

O objetivo destas considerações é contribuir para o entendimento de que a teoria está diretamente relacionada com a prática e deve ser considerada como algo extremamente importante na atuação cotidiana do Assistente Social, que deve utilizá-la como referência para análise da realidade social e base da formação de novas estratégias para o enfrentamento das expressões da “questão social” e dos embates diários dentro de seu espaço ocupacional.

Sobre as experiências e descobertas efetuadas por mim neste Trabalho, limitarei minhas observações ao campo de estágio – o HUCFF – já que esta é a única experiência prático-operativa que vivenciei até o momento, mas isso não significa que tais observações não possam ser aplicadas a outros espaços ocupacionais e áreas de atuação do assistente social.

Apesar de não ter explorado a relação entre as condições de trabalho e a manutenção de traços tradicionais da imagem profissional, entendo que, as condições, vínculos e relações de trabalho contribuem para a determinação da autoimagem do assistente social no HUCFF, porque existe uma grande diversidade, principalmente em relação a condições, benefícios e vínculo de trabalho que promovem a diferenciação entre profissionais, da mesma categoria, no espaço hospitalar.

Alguns assistentes sociais são estatutários, outros são terceirizados (chamados de “extra-quadro”), outros exercem a profissão como “desvio de função”, o que reflete em seus direitos trabalhistas diretamente, conforme comprova o primeiro relatório da pesquisa do Perfil dos Assistentes Sociais da UFRJ, divulgado no ano passado e, também podem causar variações nas formas e estratégias do agir profissional considerando as relações instáveis de trabalho de alguns desses profissionais.

Além disso, há também a diferenciação em relação ao perfil cultural, acadêmico e profissional, que podem, também, causar diferenciações no próprio reconhecimento destes profissionais dentro do espaço de trabalho por profissionais da mesma área, por si próprios e/ou por áreas diversas.

Estas diferenciações não refletem somente nos profissionais de Serviço Social, mas também nos discentes que atuam como estagiários dentro do HUCFF e percebem nitidamente estas variações, tanto na autoimagem do profissional e consequentemente, no seu agir profissional, quanto na imagem social que é feita dele pela equipe e usuários. E, caso estes estudantes não consigam entender os motivos que levam a estas variações podem até reproduzi-las durante suas intervenções, prejudicando seu aprendizado.

Percebo também, que ainda há, mesmo em espaços públicos importantes como o HUCFF, influências advindas do Serviço Social tradicional e suas protoformas, como a falácia de que “na prática a teoria é outra”, que é consequência da pouca importância dada pelos profissionais à leitura e às atualizações teórico-metodológicas constantes, que como vimos neste Trabalho, é fruto do lastro conservador que ainda se perpetua nos dias atuais.

Assim como, o sentimento de subalternidade perante outras profissões, principalmente na saúde³⁷, as próprias limitações impostas pelo mercado de trabalho e a condição do

³⁷ Aqui nos referimos ao senso comum que se perpetua nas relações cotidianas em relação à política de saúde, onde o médico e os enfermeiros são os únicos profissionais desta área – sendo o médico o salvador de vidas e o enfermeiro seu auxiliar, deixando outros profissionais a margem em escala de importância por não estarem diretamente envolvidos na questão de salvar vidas. Há de se ressaltar aqui, que o Sistema Único de Saúde e a

assistente social como trabalhador assalariado, dificulta, muitas vezes, o entendimento de que é exatamente a partir de tais limitações que podem surgir alternativas para enfrentamento das expressões da “questão social” e das demandas internas da instituição.

Em contrapartida, alguns dos profissionais do Serviço Social do HUCFF demonstraram, durante o meu período de convivência com eles, uma preocupação em relação a pós-graduação tanto *stricto sensu*, principalmente no mestrado e doutorado, quanto *lato sensu*, nas especializações. Com a relação a este fator, reconheço que muitos destes profissionais já entendem a necessidade da atualização e aproximação acadêmica, mas, algumas vezes, ainda não conseguem refletir o fruto de seus conhecimentos na determinação da autoimagem profissional para além do “umbigo profissional”.

Ou seja, ainda é difícil reconhecer na maioria dos profissionais de Serviço Social da UFRJ, como demonstrou o primeiro relatório da pesquisa do Perfil de Assistentes Sociais da UFRJ, o que também se repete no HUCFF, a construção de estratégias e alternativas para determinação da nova imagem profissional dentro desta instituição ou mesmo o comprometimento com a alteração de sua imagem social perante a equipe multiprofissional, justamente porque alguns deles atribuem pouca importância a participação efetiva dos espaços de luta dentro e fora do espaço universitário.

O que nos remete ao entendimento de que ainda há muito a se construir para a determinação da nova imagem social do Assistente Social e que esta deve ir além da consolidação interna da autoimagem do profissional, pois os espaços de trabalho também representam espaços de disputa política, e conquistá-los significa maior autonomia profissional e ampliação de políticas sociais para atendimento do público alvo, que é a classe

revolução no próprio conceito de saúde defendido pela OMS, tentam desconstruir tais pré-conceitos cotidianamente. O próprio regulamento interno do HUCFF reconhece o assistente social como um dos profissionais da saúde, porém estes e outros profissionais sofrem resistências a esse entendimento cotidianamente, tanto pela desconstrução do projeto legal do SUS, quanto no próprio processo de formação de outros profissionais que colocam os médicos como os principais e/ou únicos profissionais dessa área.

trabalhadora, a qual o Serviço Social tem compromisso determinado em seu projeto profissional.

Neste período de estágio também foi possível observar as diversas dificuldades impostas à atuação do assistente social e da equipe multiprofissional pela ofensiva neoliberal, que como vimos no segundo capítulo deste trabalho, é a principal responsável pela restrição dos direitos conquistados nos anos 80 e 90, na perspectiva de contrarreforma do Estado. Os exemplos desses prejuízos a saúde e educação pública no HUCFF e na UFRJ são os mais variados: precarização das condições de trabalho, sucateamento, falta de recursos materiais e humanos, terceirização de serviços, privatizações, dentre outros, que levam a intensificação das manifestações e greves por garantias de direitos trabalhistas, de saúde e educação dentro da universidade.

Estas dificuldades impostas pelo neoliberalismo e pela política de contrarreforma do Estado refletem na intervenção do assistente social diretamente, pois como seu projeto ético-político está na contramão do projeto societário defendido pela classe burguesa nos dias atuais, aumentam os embates cotidianos pela garantia e ampliação de direitos, e, pela defesa dos princípios e valores éticos descritos no projeto profissional. Em contrapartida aumentam as exigências do mercado de trabalho para que o assistente social atue contrariando seu atual projeto ético-político, retomando práticas vinculadas ao conservadorismo, na perspectiva de alteração do novo perfil profissional para reafirmar a imagem profissional consolidada no imaginário social.

Concluo estes apontamentos afirmando que o comprometimento com a consolidação da nova imagem profissional é um quesito importante para o assistente social, pois esta consolidação pode representar uma alternativa para que esta categoria avance no processo de renovação do Serviço Social e afirme seu projeto ético-político, representando uma possibilidade concreta ao enfrentamento da conjuntura atual de desconstrução de direitos.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história/ Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 47 – 111; p. 192 – 199.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. O Brasil dos anos 1990: contra-reforma e destruição. In: BEHRING, Elaine Rossetti. *Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 113 – 123.
- BRAVO, Maria Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 100, out/dez. 2009.
- BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 100, out/dez. 2009.
- CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 2, mar. 1980.
- CFESS, 2005. Pesquisa nacional “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”. *Conselho Federal de Serviço Social*. Brasília: CFESS, 2005.
- CFESS, 2012. Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Mesa dos depoimentos históricos: A chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em Vão.../ *Conselho Federal de Serviço Social*. Brasília: CFESS, 2012. p. 39 – 139.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, nov. 2005.
- GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: PPGSS-UFRJ, v. 19, n. 2, jul-dez 2009.
- GUERRA, Yolanda. O projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 91, set 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In:

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações Sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 71 – 121.

IAMAMOTO, Marilda Villela. La formación y la intervención profesional: Hacia la construcción de proyectos ético-políticos em Trabajo Social. A rearticulação do Serviço Social na América Latina: projeto profissional e formação profissional. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *La formación y la intervención profesional: Hacia la construcción de proyectos ético-políticos em Trabajo Social*/ Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social. La Plata: Espacio Editorial Buenos Aires, 2006. p. 109 – 135.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 105 – 155.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de Reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 4, 1980.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante, GIL, T.F.B.; OLIVEIRA, V. D.; ROMA, C. C. L.; SERRA, A. V. *Perfil dos Assistentes Sociais da UFRJ – Relatório de Pesquisa*. RJ: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. O Estado na fase do Capitalismo Tardio. In: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 333 – 350.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. Acumulação capitalista e “questão social”. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 136 – 139; p. 168 – 210.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 5, 1980.

_____. Capitalismo monopolista e serviço social. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 19 – 34; p. 69 – 81; p. 98 – 107.

_____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. O processo de renovação do Serviço Social. In: NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 127 – 164.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 100, out/dez. 2009a.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, nov. 2005.

_____. Serviço Social e Saúde formação e trabalho profissional. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; [et al.], (orgs). *Serviço Social e Saúde formação e trabalho profissional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009b. p. 141 – 160.

ORTIZ, Fátima Grave. *O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, vol. I, p. 15 – 31; p. 35 – 87; p. 111 – 125; p. 171 – 229.

_____. *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, vol. II, p. 35 – 107; p. 147 – 175.

VINAGRE, Marlise. A “Virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 100, out/dez. 2009.